

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
Participação da Mulher nas Atividades Socioprodutivas na Localidade de
Trapeira - Canguçu/RS**

PRISCILA BARCELOS CARDOSO RÖHNELT

Rio Grande, 2011

PRISCILA BARCELOS CARDOSO RÖHNELT

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
Participação da Mulher nas Atividades Socioprodutivas na Localidade de
Trapeira- Canguçu/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni

Rio Grande, 2011

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni (Orientadora)
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Universidade Federal do Rio Grande

Prof.^o Dr.^o Adão José Vital da Costa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Susana Maria Veleda da Silva (Suplente)
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Universidade Federal do Rio Grande

Dedicatória

Este trabalho é dedicado
a todos os que
fizeram parte
de sua construção.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido a dádiva da vida.

Aos meus pais por terem construído os alicerces de minha formação, com valores e princípios dos quais me orgulho, e por todo o apoio e incentivo baseado nos estreitos laços de amor que nos unem.

Ao meu irmão, agradeço pelas gargalhadas nos bons momentos e pelo apoio e consolo nas horas difíceis.

Ao meu marido, Luiz Fernando, pelo seu incondicional apoio e por sempre estar ao meu lado nos bons e nos maus momentos me dando sustentação para seguir em frente diante de situações difíceis, com quem compartilho ideais para uma vida e amor para muitas vidas.

Aos familiares e amigos por compreenderem minha ausência.

À CAPES pela bolsa concedida.

A minha orientadora, Giancarla Salamoni, um exemplo de profissional. Agradeço pela sua paciência diante de minhas limitações. Sou grata por todo conhecimento e dedicação despendidos.

Aos membros da banca examinadora pelas correções e o interesse em contribuir para este trabalho.

A todos os professores que fizeram parte de minha formação colegial e acadêmica, possibilitando-me chegar até aqui – a conclusão do curso de pós-graduação em Geografia, em nível de mestrado.

Às mulheres agricultoras que fizeram parte de minha pesquisa e que me receberam com disponibilidade e atenção, contribuindo de maneira única e fundamental para o desempenho do trabalho de pesquisa.

Epígrafe

Quem me dera,
ao menos uma vez,
que o mais simples fosse visto
como o mais importante.
(Renato Russo)

Resumo

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A participação da mulher nas atividades socioprodutivas na Localidade de Trapeira - Canguçu/RS.** Dissertação – Mestrado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni. Rio Grande: FURG, 2011. 127p.

O objetivo central deste trabalho consiste em identificar os espaços de participação das mulheres camponesas nas atividades socioprodutivas, em um estudo de caso, na localidade de Trapeira, município de Canguçu – RS, e, a partir disso, compreender a importância do papel assumido pela mulher na reprodução social da unidade familiar, o qual combina atividades agrícolas e não agrícolas, caracterizando a existência da pluriatividade no contexto da agricultura familiar camponesa. O caráter central que a mulher assume na organização interna da agricultura familiar e a sua versatilidade frente à adesão a novas atividades possibilitam a reprodução do grupo familiar e, em muitos casos, a manutenção do patrimônio fundiário. Em face das múltiplas dimensões da participação das mulheres no contexto da agricultura familiar, o ser agricultora para as mulheres camponesas inclui um rol de atividades e obrigações a ser desempenhado que extrapolam a esfera da produção e se constitui num modo de vida. Assim, a organização do trabalho no interior das unidades familiares denota novas dinâmicas socioprodutivas produzidas no espaço rural, nas quais a mulher assume um papel central visto que atua em diversas esferas da vida camponesa, inclusive na geração de renda agrícola e não agrícola.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; estratégias produtivas; pluriatividade; mulher camponesa.

Abstract

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **REPRODUCTION STRATEGIES OF THE FAMILY FARM: Woman's participation in socio-productive activities in the locality of Trapeira - Canguçu/RS.** Dissertation: Master in Geography – Federal University of Rio Grande. Guiding: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni. Rio Grande: FURG, 2011. 127p.

The aim of this paper is to identify the spaces of participation of peasant women in socio-productive activities, in a case study, in the location named *Trapeira*, municipality of Canguçu - RS, Brazil, and, from this, understand the importance of the role played by woman in social reproduction of the family unit, which combines agricultural and non agricultural activities, characterizing the existence of pluriactivity in the context of peasant family farming. The central character that woman assume in the internal organization of family farming and her versatility to join new activities enable the reproduction of the family group and, in many cases, the maintenance of landholdings. Given the multiple dimensions of women's participation in the context of family farming, to be a peasant woman includes a list of activities to be performed and obligations that go beyond the sphere of production and constitutes a way of life. Thus, the organization of work within family units denotes new socio-productive dynamics produced in rural space, in which the woman assumes a central role since it acts in different spheres of peasant life, including the generation of agricultural and non-agricultural income.

Keywords: Family farming; production strategies; pluriactivity; peasant woman.

Lista de Figuras

Figura 1 -	Mapa ilustrativo de localização da Localidade de Trapeira – 4º Distrito do Município de Canguçu no Estado do Rio Grande do Sul	22
Figura 2 -	Mapa ilustrativo da Localidade de Trapeira – 4º Distrito do Município de Canguçu – com a demarcação dos limites da Localidade e a localização aproximada das propriedades entrevistadas	27
Figura 3 -	Representação gráfica do Complexo Agroindustrial	40
Figura 4 -	Paisagem do cultivo de fumo nas propriedades familiares: do canteiro à estufa	78
Figura 5 -	Diversificação produtiva destinada ao autoconsumo: alho e cebola, fava, batata doce e mel	80
Figura 6 -	Produção artesanal: confecção de toalhas e guardanapos	81
Figura 7 -	Espaços produtivos com a participação e co-participação da mulher	87
Figura 8 -	Atividades realizadas pelas mulheres dentro e fora das unidades familiares	90
Figura 9 -	Espaços da propriedade com a participação do trabalho da mulher: da lavoura à casa	92

Figura 10 - A mulher e o trabalho agrícola: preparo do produto para comercialização, aração da terra, capina, plantio e capina com tração animal	93
Figura 11 - A leitearia: espaço essencialmente do trabalho da mulher	94
Figura 12 - A horta e os cuidados com os animais de pequeno porte: atividades e espaços da mulher	95
Figura 13 - Atividades extra-agrícolas geradoras de renda complementar	98
Figura 14 - Forma de aquisição da terra entre as entrevistadas	103

Lista de Quadros

Quadro 1 - Estabelecimentos rurais no Município de Canguçu e percentual da área	24
Quadro 2 - Características da agricultura familiar, por região, segundo diferentes variáveis	45
Quadro 3 - Rio Grande do Sul: número de estabelecimentos agropecuários ..	46
Quadro 4 - Número de estabelecimentos rurais pluriativos e exclusivamente agrícolas que têm ingressos de aposentadoria	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAI – Complexo Agroindustrial

CICASUL – Companhia Industrial de Conservas Alimentícias

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	17
1.2 Metodologia	17
1.3 O Contexto Empírico.....	21
2 A PRODUÇÃO FAMILIAR NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	28
2.1 Contextualização Histórica sobre a Produção de Subsistência no Brasil.	28
2.2 A Agricultura Familiar a partir da Década de 90	41
3 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: Concepções Teóricas	50
3.1 Estudos Clássicos sobre o Campesinato	52
3.2 Abordagens Contemporâneas sobre a Agricultura Familiar	61
4 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	68
4.1 Principais Estratégias de Reprodução Familiar na Localidade Trapeira – 4º Distrito – Canguçu/RS	77
5 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS NA LOCALIDADE DE TRAPEIRA	83
5.1 A Organização Interna da Agricultura Familiar	85
5.2 Espaços Produtivos da Unidade Familiar com a Participação do Trabalho da Mulher	86
5.2.1 A Esfera da Produção	92
5.2.2 O Trabalho na Esfera Doméstica	95
5.2.3 A Esfera Pluriativa	96
5.3 A Importância da Aposentadoria como Estratégia de Reprodução para as Mulheres Camponesas	99

5.4 A Relação das Mulheres com a Terra e Perspectiva para os Filhos	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	116
ANEXOS	119

1 INTRODUÇÃO

A ideia central do presente trabalho consiste em abordar a participação do trabalho da mulher no processo socioprodutivo da agricultura familiar camponesa¹, uma vez que ela desempenha diversas funções na organização interna da unidade produtiva familiar. Para o entendimento dessa questão, busca-se desvelar a lógica de funcionamento do grupo doméstico, presente na agricultura familiar, assim como, compreender as transformações ocorridas nas relações de trabalho no espaço rural e que afetam o modo de vida das pessoas envolvidas nesse processo. Partindo dessa premissa, se propõe a análise de um ator específico que constitui o grupo familiar ou doméstico², trazendo à discussão o papel desempenhado pela mulher no funcionamento da unidade onde se estabelece, se organiza e vive: a família.

Na revisão bibliográfica serão apresentadas as condições históricas de existência da agricultura familiar no interior do modo capitalista de produção, e que se reproduz na medida em que se adapta e se transforma no que tange as formas peculiares de inserção ao mercado, como trata Oliveira (1991), revelando que, ao mesmo tempo em que produz para o mercado, mantém seus objetivos voltados para além da produção. (CARNEIRO e MALUF, 2003)

Nesse sentido, a manutenção e reprodução do grupo familiar, mesmo que apresentando novos arranjos no que se refere à organização da produção, está condicionada tanto por fatores internos das unidades produtivas quanto pelo contexto externo de configuração da sociedade em geral, que se refletem tanto na agricultura brasileira como na agricultura latino-americana. (BRUMER e PIÑEIRO, 2005)

¹ Neste trabalho o conceito de agricultura familiar camponesa é entendido como uma forma de organização socioprodutiva na qual o trabalho, a terra e a família constituem os elementos fundamentais. Cabe ressaltar que a sua lógica de funcionamento incorpora elementos culturais que definem um modo de vida camponês.

² O grupo doméstico pode ser definido pelo conjunto de pessoas que trabalham e consomem, unidos por uma mesma unidade produtiva. É constituído, na maioria das vezes, pelo casal e seus filhos, todavia pode-se encontrar mais de uma geração na mesma unidade familiar. Ainda, nem sempre todas as pessoas que formam esse grupo mantêm laços de parentesco entre si. (SALAMONI, 2000)

Na agricultura familiar o grupo doméstico é o principal responsável pelo trabalho e, mesmo que o homem, enquanto chefe de família seja quem se responsabiliza legalmente pela unidade produtiva, ou seja, documentalmente - conforme explica Paulilo (2003) ao dizer que “[...] quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável” (PAULILO, 2003, p.5) -, ainda assim, a mulher desempenha múltiplas atividades visando a manutenção do patrimônio fundiário, ou seja, a propriedade da terra.

Cabe ressaltar que a mulher é agente ativo no processo produtivo, mesmo que as atividades designadas às mulheres sejam consideradas ‘leves’ ou ‘fáceis’. A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam certas especificidades femininas. De outra forma, sua entrada no conjunto da força de trabalho é, muitas vezes, considerada apenas como ajuda (ROSSINI, 2006). Entretanto, mesmo relegadas a um segundo plano na esfera da produção, o papel da mulher como trabalhadora rural é, essencialmente, manter a reprodução biológica e social da família. Conforme Stropasolas (2006),

[...] as mulheres têm uma consciência confusa de sua situação nas relações sociais de produção no espaço rural, na medida em que existe uma profunda interação entre os diferentes setores da sua vida. O fato que o essencial de sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, favorece a confusão dos papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão. Contudo, ser agricultora não se resume a exercer uma profissão na agricultura, mas exige que se leve em conta outros parâmetros que interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas mesmas, pois ser agricultora é também ser esposa, mãe, mulher e rural. (STROPASOLAS, 2006, p.152)

Investiga-se, assim, de que forma as mulheres atuam como agentes centrais na maior parte das unidades familiares que praticam a pluriatividade³ e se a razão de tal envolvimento com atividades tanto agrícolas como não-agrícolas advém da

³ De acordo com FULLER e BRUN (1988): “[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. A pluriatividade nos permite questionar o pressuposto de que a *full-time farming* é a norma e, portanto, algo bom, e de que a pluriatividade é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais.” (FULLER e BRUN, 1988, p.150)

necessidade de diversificação das fontes de renda familiar também na busca de atividades que permitam construir maiores níveis de autonomia, frente às relações adversas que impõe o mercado agrícola.

Nesse sentido, busca-se avançar na abordagem sociológica sobre as relações sociais de trabalho para identificar como se manifesta a territorialização do modo de vida da mulher camponesa, especificamente os espaços de participação e/ou co-participação como trabalhadora, frente às transformações impostas pelo mercado e pelas expectativas advindas da sociedade que designa ao rural novas atividades, as quais não se restringem apenas à esfera da produção.

Nesse contexto, a adoção de novas estratégias produtivas surge como alternativa de reprodução social para as famílias rurais como, por exemplo, a associação das atividades tradicionais, como a produção para o autoconsumo⁴, com a incorporação de atividades não-agrícolas a serem desempenhadas pelo grupo familiar – a pluriatividade (SCHNEIDER, 2003). Assim, a mulher assume um papel central, tanto na produção de alimentos para o consumo doméstico quanto na nova dinâmica das relações sociais de trabalho desempenhadas fora da unidade familiar.

Diante disso, a problematização dessa pesquisa reside no seguinte questionamento: Qual o papel da mulher nas transformações que orientam as estratégias de reprodução da agricultura familiar?

Por fim, cabe destacar os antecedentes que definiram a escolha de tema de pesquisa, a saber: primeiro, o trabalho monográfico realizado no ano de 2007, intitulado *A Caracterização da Agricultura Familiar no 4º Distrito do Município de Canguçu - RS*. E, segundo, o aprofundamento da análise das estratégias incorporadas pela agricultura familiar dessa localidade, apresentadas no curso de Especialização em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, *As Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar no 4º Distrito do Município de Canguçu - RS*, no ano de 2008.

⁴ De acordo com Zanetti e Menasche (2007), “A produção para o autoconsumo engloba pequenas criações, hortas, pomares e pequenas lavouras. Entre os itens produzidos, pode-se mencionar uma grande variedade de frutas, legumes e verduras; animais como galinhas, suínos, peixes, ovinos e caprinos; feijão, mandioca, batata, mel, leite, vinho e cachaça.” (ZANETTI e MENASCHE, 2007, p.133)

1.1 Objetivos

Objetivo Geral:

- Compreender o papel da mulher na organização socioprodutiva da agricultura familiar.

Objetivos Específicos:

- Caracterizar o perfil socioprodutivo das unidades familiares da localidade de Trapeira - Canguçu/RS;
- Identificar as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para se reproduzir socialmente e se manter no campo;
- Identificar os espaços produtivos com a participação e/ou co-participação do trabalho da mulher no interior da unidade familiar.

1.2 Metodologia

A metodologia implica na estruturação do trabalho de pesquisa de cunho científico, fundamentada a partir de uma problematização até a obtenção dos resultados finais pretendidos. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa pode ser definida como o processo de delinear um caminho a ser percorrido durante a investigação, com a finalidade de nortear o estudo.

No presente trabalho investigou-se a importância do trabalho exercido pelas mulheres, dentro da lógica de funcionamento da agricultura familiar. Para tanto, partiu-se da identificação das diferentes estratégias adotadas pela família para permanecer no espaço rural e manter sua unidade produtiva de caráter familiar. Por fim, procedeu-se à análise e compreensão da organização socioespacial da agricultura familiar, tendo como foco o trabalho da mulher.

A escolha dos procedimentos metodológicos converge para o alcance dos objetivos estabelecidos no trabalho. Elege-se a pesquisa qualitativa para explicar fenômenos sociais a partir da análise de experiências empíricas - no caso analisado, as práticas e atividades cotidianas exercidas pelas mulheres, no contexto da agricultura familiar camponesa. Para Minayo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2000, p.21-22)

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Para tanto não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foi adotado o *estudo de caso*, o qual envolve a investigação profunda e exaustiva de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento, nesse caso especificamente na localidade de Trapeira – 4º Distrito do Município de Canguçu – RS.

O estudo de caso, dentre os métodos de investigação empregados no cotidiano das ciências sociais e humanas, se constitui em ferramenta largamente utilizada para se conhecer de maneira aprofundada tanto formas de organização quanto fenômenos sociais distintos. “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.” (YIN, 2010, p.39)

Enfim, trata-se de um modo investigativo cuja caracterização é abrangente. No entanto, a delimitação deve precisar os aspectos a serem analisados, para que as informações possam encaminhar à compreensão da situação pesquisada. (CHIZZOTTI, 1991)

Dessa forma, o recorte espacial do estudo de caso foi a localidade de Trapeira – 4º Distrito do Município de Canguçu/RS, em face de essa área apresentar ampla diversidade no que se refere às estratégias de reprodução da agricultura familiar (ROHNELT, 2008). Sabe-se que, mesmo adotando diferentes estratégias para compor a renda familiar, os componentes do grupo doméstico não perdem sua característica principal: a de ser agricultor (no caso analisado, o de ser agricultora),

pois, a partir de observações prévias na área de estudo, verifica-se que as estratégias produtivas empregadas como complemento de renda para a manutenção da família são eminentemente desempenhadas pelas mulheres.

Assim, é no trabalho de campo que o pesquisador se envolve com seu objeto de estudo. “O trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo.” (MINAYO, 2000, p.51)

Para realização da pesquisa de campo utilizou-se o processo de amostragem não-probabilística, por meio de amostras intencionais, na qual foram escolhidos casos para a amostra que representam o ‘bom julgamento’ da população/universo. Foram investigadas 24 unidades produtivas familiares, do total de 90 unidades produtivas que compõem a localidade de Trapeira, ou seja, uma amostra de 27%. Utilizou-se a técnica da *entrevista*, que consiste no processo de interação entre o entrevistador e o entrevistado, tendo por meta a obtenção de informações do entrevistado e da realidade vivenciada por este. As entrevistas foram baseadas em um roteiro semi-estruturado (APÊNDICE 1).

A entrevista é uma técnica utilizada com mais frequência nas ciências sociais, pela qual se busca conhecer e compreender como as pessoas pensam e agem, no que acreditam, quais seus valores, sentimentos e percepção em relação às situações vivenciadas. (RESENDE e FERREIRA, 2009, p.262)

O instrumento básico de coleta de dados primários foi elaborado contendo informações no âmbito socioeconômico, como formas de acesso à propriedade, características dos residentes, utilização das terras, composição e relações de trabalho do grupo familiar.

As questões propostas buscaram elucidar a problemática sobre o papel exercido pelas mulheres, que ultrapassa o simples fato de ser agricultora, e vai além alcançando o *status* de *modo de vida*. “A resposta a todos esses tipos de questões ajudará a determinar o escopo de sua coleta de dados e, particularmente, como irá distinguir os dados sobre o sujeito do seu estudo de caso (o fenômeno) dos dados externos ao caso (o ‘contexto’).” (YIN, 2010, p.53)

As respostas para tais questões foram desveladas com o auxílio da entrevista, que é o momento em que o pesquisador pode aprofundar temas focalizando

seu objeto de estudo, tomando conhecimento da percepção das mulheres agricultoras sobre sua profissão e seu modo de vida, os quais se confundem e se mesclam no contexto da agricultura familiar. Cabe ressaltar que as falas das entrevistadas foram transcritas diretamente para o texto, entretanto com o cuidado de preservar o anonimato das informantes. Para tanto, as mulheres camponesas ouvidas neste estudo foram tratadas como entrevistada A, B, C e assim por diante.

A base de coleta das informações e dados secundários utilizados na análise foi obtida por meio de fontes documentais, a partir de levantamento de dados junto a órgãos municipais, estaduais e federais. A coleta de outras informações relevantes foi realizada em mapas do município e cartas topográficas, assim como o levantamento de dados estatísticos em censos agropecuários, populacionais, anuários, cadastros, entre outros, especificamente nas publicações do IBGE e do ITEPA.

A partir do contato direto com as agricultoras foi proposta a elaboração de um croqui, a ser utilizado como procedimento metodológico. Para tanto, as agricultoras expressaram no papel uma representação da sua unidade produtiva familiar e demarcaram os espaços que efetivam sua participação no interior da unidade produtiva. A escolha do croqui se deve ao fato deste representar a construção do conhecimento através da percepção, tendo a percepção como uma forma de conhecimento que transcende o momento, levando à compreensão do objeto como um processo que é abstrato, simbólico e analítico. Ainda, o croqui não exige precisão de traço, pois consiste em ser um esboço, uma representação que registra uma idéia instantânea, mas que permite uma aproximação do pesquisador em relação às percepções das agricultoras sobre os seus espaços de trabalho.

Ainda que os croquis sejam representações gráficas sem o uso de convenções cartográficas e de precisão geográfica, representam ser um complemento à entrevista aplicada. De acordo com Chelotti e Pessoa (2009), sobre metodologias de campo:

[...] não existe *a priori* uma metodologia única. A gama de possibilidades dependerá das características socioculturais dos sujeitos pesquisados. Assim, podemos utilizar desde o diário de campo, passando pelas entrevistas (formais ou informais), técnicas como o desenho, a dinâmica da carta, o levantamento fotográfico, dentre outros. De certa maneira, em pesquisa qualitativa, a metodologia constrói-se ao longo da vivência com o trabalho de campo. (CHELOTTI e PESSÔA, 2009, p.480)

Desse modo, o estudo da temática específica foi desenvolvido mediante levantamento bibliográfico sobre o assunto, complementado pelo contato direto com a realidade local, ou seja, as unidades produtivas familiares da localidade de Trapeira no 4º distrito do município de Canguçu - RS. A partir da interpretação dos dados e informações coletadas, foi realizada a redação final, contendo a caracterização da organização do espaço agrário do recorte selecionado para a pesquisa e dos sujeitos nela envolvidos, incluindo as expressões de pluriatividade, com ênfase no papel da mulher e sua importância na organização das estratégias produtivas que asseguram a manutenção e reprodução da unidade agrícola e do grupo familiar.

1.3 O Contexto Empírico

O município de Canguçu localiza-se ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, limita-se ao norte com Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal; ao sul com Cerrito; a leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul e a oeste, Piratini. Cortado pela BR-392, que liga Pelotas a Santa Maria, está a 310 Km da capital Porto Alegre e a 55 Km de Pelotas. Apresenta proximidade ao eixo econômico de Pelotas/Rio Grande, com localização central no âmbito geográfico da Zona Sul do Estado, fazendo divisa com oito municípios, como mostra a figura 1.

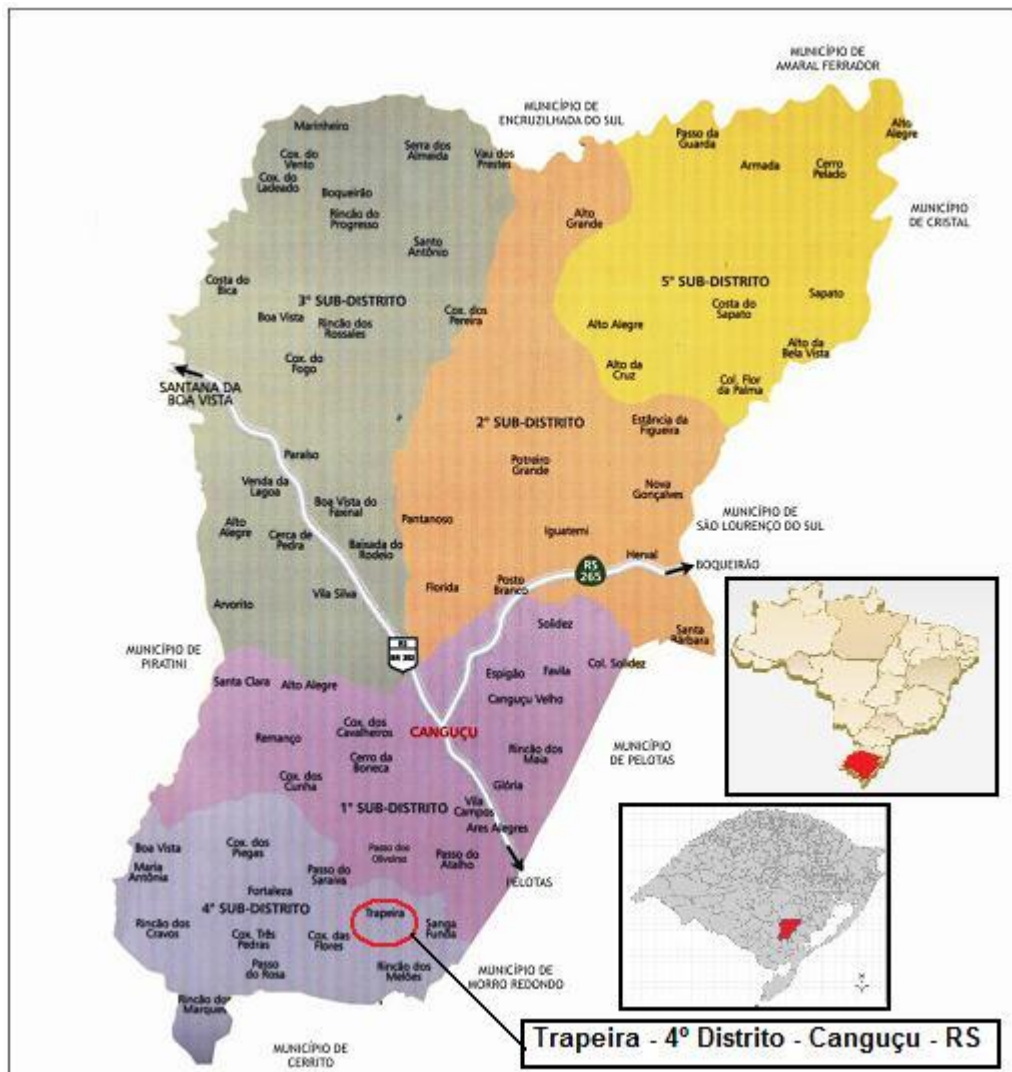


Figura 1 - Mapa ilustrativo de localização da Localidade de Trapeira – 4º Distrito do Município de Canguçu no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: do autor, adaptado de DUTRA, 2010, p.28.

A atual divisão do município de Canguçu, conforme mostra a figura 1, é por distritos. O 1º sub-distrito compreende a sede, e as localidades mais próximas a área urbana. Os demais distritos, dentre eles o 4º sub-distrito, representam áreas geograficamente mais afastadas do perímetro urbano. A localidade de Trapeira está a 30 quilômetros de distância do centro do Município de Canguçu.

Considerando o centro geodésico do município, o mesmo está localizado nas coordenadas 31º23'42" de latitude sul e 52º40'32" de longitude oeste, estando a 386 metros de altitude. O clima é subtropical, semi-úmido, com estações bem definidas, com ocorrência de geadas fortes no inverno e frequentes no outono e primavera.

Com relação aos aspectos topográficos, o relevo do município apresenta-se íngreme e com afloramentos rochosos, dificultando o manejo do solo mediante utilização de mecanização e impossibilitando o uso e aproveitamento de toda a extensão de área das propriedades rurais. As características do relevo são consequentes de sua formação geomorfológica, pois o município se assenta sobre a Serra dos Tapes, que faz parte da região fisiográfica gaúcha Serras do Sudeste, com terrenos originados da província geológica mais antiga da crosta terrestre, constituída pelo Escudo Cristalino Sul-rio-grandense. (VIEIRA e RANGEL, 1984)

Canguçu se emancipou do município de Piratini no ano de 1857, sendo o 22º município a ser criado no estado do Rio Grande do Sul. Apresenta um perfil produtivo eminentemente agrícola, consequência de ser um município essencialmente rural e com uma agricultura diversificada. Acolhe em seu território de 3.525 km² descendentes de origem italiana, espanhola, portuguesa e africana, com forte predominância da colonização alemã. É conhecido como o município com o maior número de pequenas propriedades do país (minifúndios), passando a ser chamado de Capital Nacional da Agricultura Familiar, representada pelas mais de 12,5 mil pequenas propriedades rurais⁵.

Em relação à estrutura fundiária do município de Canguçu, de acordo com os censos agropecuários realizados entre o período de 1970 a 1996, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o qual classifica os estabelecimentos rurais em quatro estratos de área, observa-se que há uma predominância dos estabelecimentos de 10 a 100 hectares no período, tanto em número quanto em área de estabelecimentos rurais em Canguçu, conforme mostra o quadro 1.

⁵ A caracterização de pequena propriedade de acordo com a análise de Diniz (1984), que concebe as dimensões da propriedade de acordo com a mão de obra empregada, sendo considerada pequena propriedade aquela essencialmente trabalhada pelo proprietário e sua família. Podem ocorrer propriedades de tamanho tão pequeno que a mão-de-obra se torne excedente e os membros da família procurem outra ocupação. Ficaria, então, caracterizado o minifúndio.

Quadro 1 – Estabelecimentos rurais no Município de Canguçu e percentual da área

Anos		1970	1980	1985	1995	2006*
Grupos de Área (ha)						
Menos de 10	% est	35.74	28.98	27.72	27.51	-
	% área	35.76	4.3	4.92	4.42	-
10-100	% est	60.54	66.32	67.98	67.19	-
	% área	60.57	50.00	51.12	49.84	-
100-1000	% est	0.34	4.48	4.1	5.02	-
	% área	3.49	34.40	34.39	34.45	-
1000 ou mais	% est	0.18	0.22	0.20	0.28	-
	% área	0.18	11.30	9.57	11.29	-
Total	% est	100.00	100.00	100.00	100.00	-
	% área	100.00	100.00	100.00	100.00	-

*Obs.: Dados a serem divulgados;

Fonte: ITEPA, IBGE Censo Agropecuário 1970, 1980, 1985, 1995 e 2006 (2010).

Na configuração socioeconômica, o município de Canguçu apresenta uma estrutura socioprodutiva baseada na agricultura familiar policultora, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado. Nesta agricultura diversificada destacam-se os cultivos do fumo⁶, pêssego, feijão e milho e a pecuária de corte e leite. Caracteriza-se pela predominância do trabalho familiar e do uso da tração animal, sendo quase insignificante a utilização da mecanização na agricultura e a mão-de-obra externa ao estabelecimento agrícola.

Segundo a contagem populacional do IBGE (2010), a população de Canguçu apresentava 53.259 habitantes, sendo mais de 60% residentes no espaço rural e menos de 40% residentes na zona urbana, sendo passível de destaque o intenso êxodo rural verificado entre as décadas de 80 e 90, motivado pela falta de incentivos e investimentos na agricultura, principalmente no segmento familiar, levando muitas pessoas a se deslocar para a cidade em busca de trabalho assalariado no comércio e na construção civil locais, ou então, a migrar para os municípios vizinhos, principalmente Pelotas e Morro Redondo.

Estes deslocamentos campo-cidade têm diminuído nos últimos anos em face de novas dinâmicas produtivas, como, por exemplo, a integração dos agricultores familiares aos chamados CAI's (Complexos Agroindustriais), que

⁶ Neste trabalho o cultivo do fumo é concebido no contexto da diversidade produtiva por representar uma das estratégias de reprodução socioespacial da agricultura familiar. Entretanto, não pode ser considerado como parte da policultura voltada para a produção de alimentos.

possibilitaram a existência de contratos de compra e venda dos produtos agrícolas, ou seja, a garantia de comercialização e a absorção da mão-de-obra dos membros da família no interior das unidades produtivas.

A integração ao CAI se configura como uma possibilidade de permanência no campo e de reprodução social das famílias rurais, devido aos incentivos (contratos formais de comercialização, seguro agrícola, crédito, assistência técnica e extensão) oferecidos pelos segmentos empresariais (agroindústrias), principalmente na produção de fumo, fato que destaca o município de Canguçu como o segundo maior município produtor dessa lavoura do Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, a relação estabelecida dentro da lógica produtivista do complexo nem sempre atende às demandas de geração de renda e emprego dos agricultores familiares, uma vez que estes produtores ficam subordinados aos preços pagos pelas empresas e/ou cooperativas com as quais estão comprometidos contratualmente. Além disso, no caso da fumicultura, a utilização intensiva da mão de obra familiar compromete, sobremaneira, a produção para o autoconsumo, uma vez que a exigência de longas e contínuas jornadas de trabalho, ao longo do ano agrícola, tem reflexos sobre a manutenção da diversificação da produção. Essa situação relaciona-se, diretamente, à perda, ainda que parcial, da autonomia dos agricultores sobre a organização socioprodutiva nas unidades familiares.

Quanto à população total da localidade de Trapeira, foram realizadas investigações junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, à Secretaria de Agricultura, à UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região) e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu. A Prefeitura Municipal de Canguçu e a Secretaria de Agricultura alegaram falta de cadastros e de levantamento populacional da localidade em questão. Na consulta junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, está cadastrado um total de 218 associados, sendo, deste total, 27 mulheres. O número de associados é informado por pessoa, e não, por unidades produtivas.

Na pesquisa junto à UNAIC não foi possível obter acesso aos cadastros mas indicaram um representante da localidade que estimou uma população de aproximadamente 280 habitantes e uma média de 90 unidades produtivas, sejam

elas próprias ou cedidas por regime de parceria entre pessoas com laços de parentesco.

Quanto à denominação da localidade de Trapeira existem duas versões, obtidas a partir de relatos dos próprios moradores: a primeira foi relatada pelo representante da UNAIC, o qual contou que havia ali uma tapera (casa velha e abandonada) onde uma família muito pobre passou a residir e que tinha tantos buracos que era preciso colocar trapos velhos para preenchê-los e ainda, devido à pobreza da família, tinham muitos trapos que eram utilizados como roupas e pendurados em uma árvore para secar, de tal forma que pareciam uma “trapeira”; a segunda versão foi obtida junto à representante das mulheres trabalhadoras rurais da localidade, no sindicato dos trabalhadores rurais de Canguçu. Essa relatou que o nome Trapeira advém da construção de uma casa, que pertencia ao subprefeito de Canguçu, há muitos anos atrás, para a qual durante a construção, devido à falta de materiais, foram improvisados outros acabamentos. Logo após o término da casa, que fora realizada com tijolos de vários tipos e tamanhos, com diferentes tipos de materiais que sobraram de outras construções, as pessoas passaram a se referir tanto à casa quanto à localidade como *trapeira*. Em anexo (ver anexo I) um mapa simplificado da Trapeira realizado por um agricultor e morador do lugar.

A seguir, um mapa ilustrativo de Trapeira, contendo os limites com as localidades de Passo do Saraiva a noroeste e Passo do Lourenço a oeste, as localidades de Passo da Areia e Encruzilhada dos Grilos, respectivamente nos limites norte e nordeste, a Sanga Funda a leste e a Coxilha das Flores como limite sul, sendo todos os limites com localidades também pertencentes ao 4º Distrito do município de Canguçu.

Na ilustração consta ainda a localização aproximada das propriedades onde residem as agricultoras entrevistadas durante a pesquisa de campo. Foram entrevistadas 24 agricultoras, que colaboraram para a pesquisa participando mediante a concessão de entrevistas, elaboração de croquis da unidade produtiva e fornecendo informações gerais sobre a localidade.

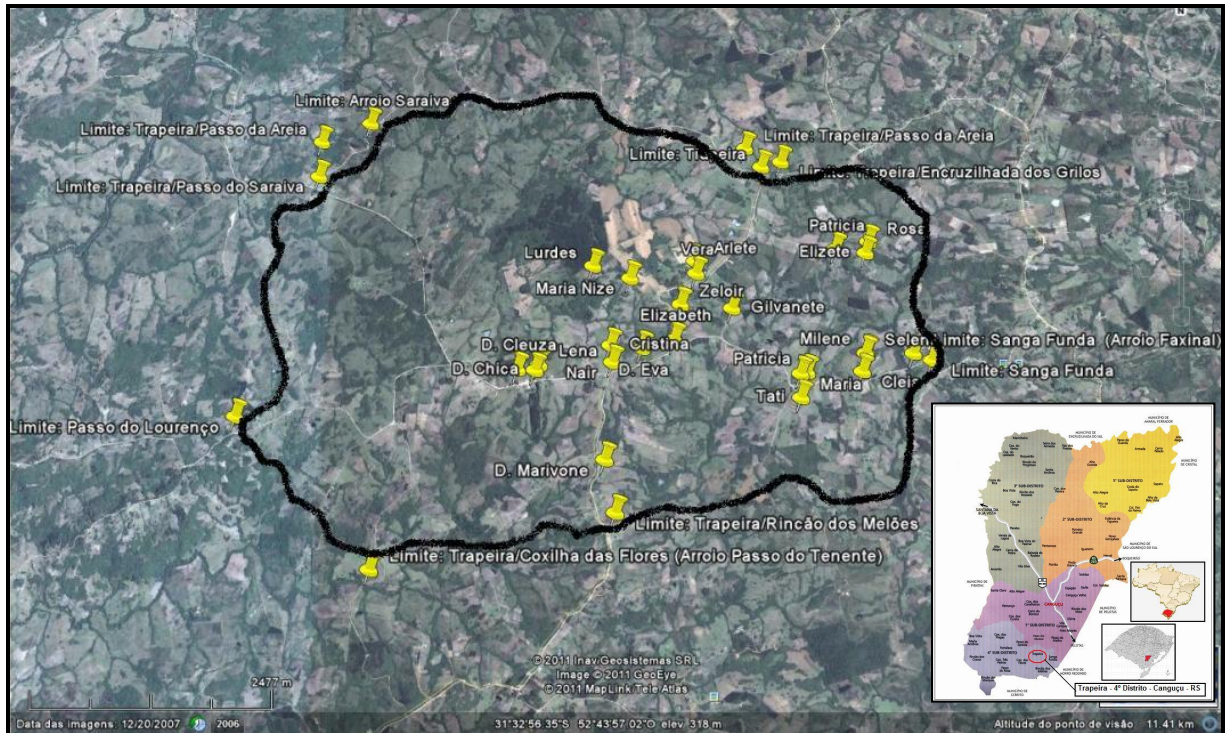


Figura 2 - Mapa ilustrativo de Trapeira - 4º Distrito do Município de Canguçu - com a demarcação dos limites da Localidade e a localização aproximada das propriedades das entrevistadas.

Fonte: do autor, adaptado de Google, 2011.

A localidade de Trapeira caracteriza-se por apresentar uma agricultura familiar com estratégias produtivas diversificadas, que variam desde o plantio e comercialização integrados ao Complexo Agroindustrial, passando pela produção voltada prioritariamente para o autoconsumo, até a adoção de estratégias extra-agrícolas, como a pluriatividade, para a complementação dos rendimentos agrícolas. Identifica-se ainda, na localidade em questão, uma forte participação da mulher na organização interna das unidades produtivas familiares e na atuação frente às novas atividades incorporadas como trabalho, na tentativa de manter o patrimônio fundiário e a família, como, por exemplo, atividades que se caracterizam como pluriatividade.

2 A PRODUÇÃO FAMILIAR NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Este capítulo busca explicar o contexto e as origens históricas das formas e expressões da produção familiar no Brasil, iniciando pela organização da agricultura de subsistência⁷, conforme denomina Prado Júnior (1999), mesmo que esta tenha ocupado uma posição secundária no espaço agrário do Brasil Colônia.

O desenvolvimento de uma incipiente produção de gêneros agrícolas voltados para o consumo doméstico, inicialmente, estava demarcada nos espaços da grande propriedade monocultora, conhecidos como fundos de propriedade, ou seja, as áreas que não eram consideradas propícias para as culturas de exportação poderiam ser utilizadas para o cultivo de produtos alimentares.

A agricultura desenvolvida no Brasil Colônia destinava-se à exportação de produtos primários produzidos sobre um tripé (grande propriedade, monocultura e trabalho escravo), com destaque para a produção de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café. Paralelamente, dentro ou fora dos limites da grande propriedade, a produção de alimentos baseada na organização familiar surgiu como a primeira expressão da agricultura de autoconsumo no contexto brasileiro. Essa produção para o autoconsumo torna-se elemento essencial quando se analisa a temática e a dinâmica de funcionamento da agricultura familiar.

2.1 Contextualização Histórica sobre a Produção de Subsistência no Brasil

Ao se tomar como objeto de estudo a agricultura familiar no contexto brasileiro, faz-se necessário um retrospecto de sua origem histórica e formação no

⁷ A *agricultura de subsistência* é aquela em que, basicamente, a plantação é feita geralmente em pequenas propriedades (minifúndios) e a finalidade principal é a sobrevivência do agricultor e de sua família. A agricultura de subsistência, pode conviver com outras formas de produção, como por exemplo nas grandes plantações do café no Brasil colonial muitas vezes, onde os colonos praticavam essa forma de cultivo para sua manutenção pessoal e familiar.

espaço geográfico. A organização familiar na agricultura ganhou expressão no enfoque das políticas públicas mais recentemente, na década de 1990, e até mesmo como campo de investigação acadêmico-científico, especificamente nas ciências humanas e sociais, pode ser considerado relativamente novo. Muito embora o tema seja novo, a problemática social, econômica e cultural associada à produção familiar na agricultura advém desde o início do processo de colonização no século XVI, ou seja, a pequena produção de subsistência sempre constituiu um contraponto à grande lavoura de exportação, desde o Brasil Colônia.

Tanto a grande lavoura, voltada para o mercado internacional, quanto a pequena produção, que direciona sua produção para o mercado interno, constituem-se historicamente pela diversidade de formas de organização socioespacial, pois a produção de subsistência representa a primeira configuração da produção de alimentos no Brasil que, em sua evolução, vai configurar no século XX a chamada agricultura familiar. No entanto, essas diferentes formas de produção e ocupação do espaço são ao mesmo tempo complementares. Nas palavras de Andrade,

Levando-se em conta que a agricultura é uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita, devemos analisar os processos agrícola e agrário brasileiros, voltados para a evolução que os acompanha. (ANDRADE, 2002, p.13)

Os contrastes e contradições do processo de colonização, o qual constituiu no território brasileiro uma colônia de exploração de Portugal, foram, sem dúvida, marcados pelo regime da propriedade da terra, baseado em grandes extensões físicas denominadas sesmarias (lotes de terras cedidos mediante doação por parte da Coroa Portuguesa). É importante ressaltar que as sesmarias eram distribuídas a pessoas que já dispunham de recursos para explorá-las, sendo que a mão-de-obra utilizada na exploração dessas áreas era constituída, basicamente, de mão-de-obra escrava de origem indígena e africana.

Diante destas características, primeiro se configurou um espaço agrário escravocrata latifundiário-monocultor-exportador, sendo que essa forma de domínio agrário e agrícola, bem como a forma de acesso à terra, perdurou de 1500 a 1822 - ano em que o regime de sesmarias foi extinto e cedeu lugar ao chamado direito de posse, onde cabia direito ao posseiro requerer a posse da terra que ocupava. Essa foi uma tentativa de democratizar o acesso à terra no Brasil, porém, em meados do

século XIX, mais precisamente em 1850, estabeleceu-se a Lei de Terras que modificou a forma de acesso à terra, passando esta a ser adquirida somente mediante compra e venda, fortalecendo assim o poder dos latifundiários.

Mesmo perdurando ao longo dos séculos as antigas formas e também as antigas funções, ou seja, grandes propriedades monocultoras de cana de açúcar, algodão, cacau e café - artigos destinados à exportação -, ao lado da grande lavoura, mais precisamente nos fundos territoriais, foram organizados espaços agrícolas voltados para a produção de alimentos para consumo interno, as chamadas pequenas lavouras, com produtos como mandioca, milho, entre outros - cultivos destinados ao autoconsumo e à comercialização local.

Essas formas da pequena produção adquiriram um caráter complementar, cuja função principal seria a de subsistência e, em segundo plano, ocupar o tempo ocioso entre ciclos da grande lavoura. Neste contexto é que se originam as bases da agricultura de subsistência no Brasil, mas já surge com uma função de excelência – como a produção de alimentos para o mercado interno e a ocupação de mão-de-obra livre - diferindo da grande lavoura que configurou no espaço agrário brasileiro unicamente uma função econômica concentradora, pois os lucros das exportações, assim como a propriedade da terra, eram extremamente excludentes.

Ainda no que se refere à ocupação e uso da terra, também faz-se necessário compreender as relações sociais de trabalho que se estabeleceram sobre o território. No Brasil Colônia a política de configuração territorial latifundiária e exportadora foi estabelecida baseada na utilização de mão-de-obra escrava, primeiramente indígena (séculos XVI e XVII), posteriormente africana (séculos XVI a XIX) e, finalmente, complementada pela imigração européia não-portuguesa (início do século XIX até o XX). Conforme explica Furtado:

No caso brasileiro, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante a incorporação de mais mão-de-obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão-de-obra. (FURTADO, 1980, p.120)

A mão-de-obra trazida de forma compulsória ao Brasil, constituindo o trabalho escravo, era formada, na sua maioria, por negros africanos procedentes de regiões que hoje constituem países como Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Congo. Essa forma de emprego de mão-de-obra perdurou até meados do século XIX, quando a elite brasileira se convenceu de que o sistema escravocrata

representava um empecilho para a expansão do capitalismo no Brasil. Esse processo só foi rompido após um longo e lento período de maturação política, pois foi somente a partir de fatores político-institucionais e econômicos que foi possibilitada a ocorrência de dois processos simultâneos, tanto de inserção do sistema capitalista quanto de abolição da escravatura e as consequentes mudanças no fator mão-de-obra. Szmrecsányi (1990) escreve sobre a longa duração das transformações nas relações sociais de trabalho:

[...] da gradativa abolição do escravismo colonial, um processo que teve, se não o seu início, certamente uma forte aceleração a partir da proibição do tráfico de 1850, mas que, mesmo assim, demorou ainda quase quatro décadas para completar-se por meio da famosa Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. (SZMRECSÁNYI, 1990, p.30)

Mesmo tendo que alterar as formas de organização do trabalho, para a adesão definitiva ao capitalismo, a oligarquia agrária brasileira tomou as devidas providências para não alterar a estrutura fundiária do país, consolidando juntamente com a proibição do tráfico, a Lei de Terras de 1850 – data a partir da qual a propriedade da terra só poderia se estabelecer mediante compra e venda. A promulgação dessa lei, cujos princípios continuam em vigor até hoje, destinava-se a impedir o acesso à terra pelo contingente de trabalhadores formado por escravos e imigrantes, assim como por trabalhadores livres nacionais, existentes também em grande número.

Para o desenvolvimento do capitalismo era necessária a implantação do trabalho assalariado. Em relação ao contingente imigratório europeu, ele se deu por meio de duas modalidades distintas de correntes migratórias, caracterizadas por Szmrecsányi (1990) como:

1º. A corrente migratória *colonizadora*, que tinha por objetivo a implantação de núcleos de povoamento e que se concentrou no sul do país. Essa corrente se caracterizou por ser oriunda de uma política imigratória propriamente dita, financiada pelo Governo Imperial, com fins de povoar os estados do sul do país, principalmente o Rio Grande do Sul, fronteiro com o Uruguai. Nesse caso, foi estimulada a imigração alemã, cuja primeira leva de imigrantes aportou em território brasileiro no ano de 1824, ainda sob a vigência do regime de posse de terras. Esses imigrantes ocuparam áreas localizadas ao longo dos vales dos rios e, posteriormente, com a chegada de imigrantes italianos, a colonização se estendeu sobre regiões íngremes,

áreas impróprias para a pecuária, e representaram uma das formas da agricultura familiar propriamente dita, por basearem sua organização socioprodutiva no trabalho da família, voltado para a produção de alimentos, tanto para o autoconsumo quanto para abastecer o mercado local e regional.

2º. A corrente propriamente *imigratória*, que possuía objetivos diferentes da anterior, pois se destinou basicamente a suprir a demanda de mão-de-obra para trabalhar na lavoura cafeeira. Os imigrantes, em sua imensa maioria, eram italianos, e aportaram em território brasileiro nas suas primeiras levas em 1874, em vigência da Lei de Terras, dificultando o acesso a quem não dispunha de posses. Esse contingente imigratório europeu representa no Brasil o chamado colonato paulista⁸ que se estabeleceu no Sudeste do país, mais especificamente no Estado de São Paulo. No colonato, quem recebia incentivos para promover a vinda de imigrantes eram os fazendeiros, para fomentar a substituição da mão-de-obra escrava pela livre e, assim, encaminhar as mudanças sociais, econômicas e políticas do sistema capitalista e da passagem do regime monárquico para o republicano.

Nas primeiras décadas do século XX as imigrações cessaram paulatinamente, no entanto em algumas décadas posteriores passaram a ser fomentadas migrações internas para a ocupação e exploração do território, no entanto, trazendo arraigada consigo a desigual forma de acesso e distribuição da terra no Brasil. Ainda no Brasil Imperial surge a primeira proposta de reforma agrária, primeiramente com Joaquim Nabuco que, seguido pelo governo de João Alfredo, em 1889, a sugere como complemento à abolição da escravatura, que se processou em 1888.

Prado Júnior (1999) analisa a inserção da grande lavoura de acordo com ciclos de produção econômica no Brasil, sendo que o primeiro ciclo – o ciclo do pau-brasil – seria irrelevante se comparado aos demais. O autor considera que foi a agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior parte do território brasileiro, muito embora o ciclo da mineração também tenha contribuído direta ou indiretamente para os arranjos e rearranjos territoriais. Já na segunda metade do

⁸ O colonato é caracterizado pelo uso do trabalho familiar e assalariado de imigrantes em substituição à mão-de-obra escrava africana. Para alguns autores, representa a inserção de relações capitalistas nas formas de trabalho e da produção da agricultura monocultora no século XIX no Brasil.

século XVIII, a economia brasileira era impulsionada pela produção de gêneros tropicais como açúcar e algodão, ganhando maior destaque a produção açucareira. No entanto,

Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras da produção local, então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia. [...] os antigos e tradicionais fornecedores do Oriente; e a América, aproveitando suas reservas imensas de terras virgens, virá encher a falta e se tornará o grande produtor moderno do algodão. (PRADO JÚNIOR, 1999, p.131)

A agricultura brasileira ganha destaque na exportação de produtos de gênero tropical e tende a se localizar espacialmente próxima aos portos, para facilitar o escoamento da produção. Chama a atenção o fato de que os ciclos da mineração e da pecuária é que introduziram o avanço das áreas agrícolas para o interior do país uma vez que,

O algodão em tempos de febre e dos grandes lucros, gozando de preços anormalmente altos, constituirá uma destas exceções. Encontrando no interior condições naturais altamente propícias, mão-de-obra relativamente abundante que a decadência da mineração deslocara e pusera a sua disposição. (PRADO JÚNIOR, 1999, p.134)

Cabe ser destacado que a mão-de-obra utilizada na produção de alimentos se diferencia da utilizada na grande lavoura, ou seja, é fundamentalmente movida pela mão de obra livre. Na agricultura de subsistência, subsidiária à grande lavoura, são produzidos gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. Prado Júnior explica as relações entre as duas principais formas de organização da agricultura:

A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno – a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais – foi um apêndice dela, [...] gêneros de consumo produzidos na maior parte dos casos, nos mesmos estabelecimentos rurais organizados e estabelecidos para cuidar da grande lavoura. Destinam-se a abastecer o pessoal empregado nesta última, e existem, portanto, unicamente em função dela. (PRADO JÚNIOR, 1999, p.143)

Assim, os sistemas agrícolas de subsistência surgem também para garantir a manutenção da grande lavoura. Porém, cabe ressaltar as diferenças entre dois sistemas de cultivo agrícolas. A grande lavoura caracterizou-se pela produção em larga escala, em grandes unidades produtivas, direcionando a produção para o exterior, empregando grande e numerosa mão-de-obra escrava, num sistema de

cultivo extensivo. Essas características diferem das apresentadas pela agricultura de subsistência, pois esta, inicialmente, ocupava áreas no interior dos domínios da grande lavoura, ou seja, nas fazendas e engenhos. Conforme explica Prado Júnior:

Praticam-se aí as culturas alimentares necessárias a este fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, entremeando-a – como se dá com o milho, plantado entre os algodoeiros, ou com a mandioca, nos canaviais, - ou em terras à parte destinadas especialmente a elas. Parte é realizada por conta do proprietário, que emprega os mesmos escravos que tratam da lavoura principal e que não estão permanentemente ocupados nelas; outra, por conta dos próprios escravos, aos quais se concede um dia na semana, geralmente o domingo [...] para tratarem suas roças. (PRADO JÚNIOR, 1999, p.158)

Vê-se então que surgem lavouras de pequeno porte especializadas na produção de cultivos alimentares, separada da grande lavoura, podendo ser chamada de roça, chácara ou sítio, que se caracteriza por não possuir escravos ou assalariados e onde o proprietário ou ocupante da terra é também o trabalhador. O mesmo autor distingue a figura do proprietário da figura do agregado uma vez que, da forma como se estabelece o acesso à terra no Brasil, muitas vezes as relações produtivas se constituem sob a forma de agregado aos domínios da grande lavoura, pois o *agregado* é um trabalhador rural a quem o proprietário concede o direito de se estabelecer e explorar parte da propriedade em troca de serviços prestados.

Esta agricultura de gêneros alimentícios ocupou, ainda, as proximidades dos centros urbanos para facilitar o escoamento da produção de excedentes. Mesmo nos casos em que as terras próximas aos centros urbanos se destinavam à grande lavoura, algumas áreas não eram suficientemente favoráveis à implantação das monoculturas, então nesses locais se desenvolvia a produção de alimentos. Percebe-se que para esse sistema ficava a porção das terras com os solos inferiores ou cansados, já considerados inaproveitáveis para os grandes cultivos.

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistência, e que parece ter ficado bem caracterizado acima, cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. (PRADO JÚNIOR, 1999, p.163)

A agricultura subsidiária à grande lavoura emergiu a partir de formas dependentes e/ou tuteladas do campesinato brasileiro. Por um lado, os imigrantes (que formaram o colonato nas fazendas de café) e, por outro, os moradores (trabalhadores nas fazendas canavieiras), denominações diferentes para atores

sociais que mantinham praticamente a mesma relação de dependência no uso da terra e no emprego da força de trabalho familiar, se dedicavam aos cultivos alimentares em períodos de diminuição das atividades agrícolas ligadas à monocultura. Nesse caso, ressalta-se a subordinação econômica, política e social existente entre as formas de campesinato e os proprietários de terras.

O colonato e a morada constituíram-se em formas de imobilização da força de trabalho paralela à grande lavoura exportadora, sendo estabelecidas relações de trabalho nas fazendas com base em regras consensuais. No primeiro caso – ao colonato – era concedida às famílias de imigrantes, pelo fazendeiro ou o administrador das terras, a possibilidade de integração e desenvolvimento de uma pequena unidade de produção, sendo que as atividades desenvolvidas nestas áreas constituíram-se paralelamente às desempenhadas na lavoura principal. O sistema de meação entre o produtor familiar e o proprietário fundiário caracterizava as relações sociais de produção.

Já no segundo caso mencionado, ao morador era concedida relação de morada no interior da grande propriedade canavieira, como alternativa a alguns trabalhadores chefes de família que aceitavam a subordinação ao fazendeiro ou ao sistema de poder personalizado.

Os proprietários apropriavam-se do sobretrabalho realizado pelos colonos e moradores, oferecendo baixas remunerações pelo produto mercantil produzido subsidiariamente. Os colonos recebiam remuneração correspondente à metade do suposto valor alcançado pelos produtos comercializados, geralmente cana ou café. Conforme explica Neves:

A pretexto de ajuda ao chefe da família, as esposas e os filhos exerciam um trabalho gratuito, o que propiciava o rebaixamento do valor da força de trabalho porque ampliava o número de trabalhadores para atender à reprodução da unidade familiar. A contrapartida às formas de apropriação do sobretrabalho era ao acesso às lavouras de subsistência, às pequenas criações e a constituição de um patrimônio e de uma poupança, materializados nas benfeitorias e nos animais de locomoção, muitas vezes convertidos em propriedade de um pequeno lote de terra, por meio do qual, fundamentalmente, o colono podia obter a condição de proprietário e produtor independente. (NEVES, 2008, p.139)

O acesso aos meios de subsistência propiciou, tanto aos colonos quanto aos moradores, uma alternativa quanto à constituição de pequenas propriedades, ainda que mediante formas de produção tuteladas. No entanto, ainda que sob relativo

controle, o produto do trabalho e o uso da força de trabalho própria dos membros da família propiciaram a organização socioespacial da produção familiar voltada a sua subsistência.

O sistema monocultor e as formas como se processou a produção colonial configuraram o caráter da formação agrária brasileira – de agricultura de exportação e predatória das riquezas naturais. Tal processo, fundamentado na posse de grandes extensões de terra, utilização inadequada do solo e exploração do trabalho alheio, acarretou em uma formação histórica do espaço agrário passível de ser reavaliada na atualidade, pois foi marcada por profundas desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais.

A economia brasileira dos séculos XVIII e XIX, por estar extremamente dependente do mercado externo, vê-se nas primeiras décadas do século XX diante de uma ruptura econômica, visto que a ‘quebra’ da Bolsa de Valores de Nova York ocasionou impactos na economia brasileira. Segundo Alcoforado,

O modelo agrário-exportador que prevaleceu no Brasil do período colonial até 1930 tinha como principais interessados na sua manutenção a classe de latifundiários e os setores agro-exportadores. Este modelo se esgotou em consequência da crise econômica mundial, que afetou profundamente as exportações do Brasil para o mercado internacional a partir do crack da Bolsa de Nova Iorque em 1929, da emergência de uma burguesia industrial comprometida com a modernização do país e o desenvolvimento nacional e da crise política resultante da eleição fraudulenta para a sucessão do então presidente Washington Luís que redundou na Revolução de 30 e na ascensão ao poder de Getúlio Vargas. (ALCOFORADO, 2000, p.101)

Desse modo, o período pós-1929 altera o caráter principal do padrão de acumulação adotado pela economia brasileira – o modelo primário-exportador ou de “desenvolvimento para fora”. A partir desse momento, a indústria se constitui no principal elemento do processo de desenvolvimento econômico, deslocando o centro dinâmico da economia brasileira do espaço rural-agrícola para o urbano-industrial. Em face do processo de reformulação do projeto nacional, as novas estratégias de investimento giram em torno da adesão à industrialização.

Após a Revolução de 30 e a conseqüente mudança de foco da economia brasileira, passam a ganhar espaço as ideias em torno da necessidade de uma reforma agrária, trazendo a influência de estudiosos como Josué de Castro (1946), Caio Prado Júnior (1979), seguidos por projetos apresentados na Câmara dos Deputados, na década de 60. Ainda naquela década foram organizados movimentos

de trabalhadores rurais no país, que tiveram influência das chamadas Ligas Camponesas (1962)⁹ organizadas pelo Partido Comunista do Brasil e que também atuaram organizando a população rural em sindicatos. Houve, ainda, a forte participação da Igreja Católica que se posicionou e agiu em vários pontos, fosse através de movimentos de alfabetização ou de sindicalização voltados para os trabalhadores rurais. Na década de 80 surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), que busca a reterritorialização dos trabalhadores e camponeses por meio da reforma agrária. Sua política se baseia na desapropriação e redistribuição de terras ociosas, onde é garantido o direito à terra a quem nela queira trabalhar.

Cabe registrar que, na segunda metade do século XX, o governo brasileiro fomentou uma política de colonização denominada *Marcha para o Oeste*, iniciada durante o Estado Novo (1937-1945) e intensificada durante o Regime Militar (1964-1985), política esta que se baseava na ocupação da Região Noroeste do país compreendendo os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Amazonas. Como atrativo à ocupação daquela região do país, o governo promoveu a abertura de vias de transporte, principalmente rodovias, a concessão de facilidades na aquisição de terras e crédito a juros subsidiados, destinado a pessoas e/ou empresas que quisessem ampliar suas atividades. Os fatores atrativos eram o extrativismo mineral (ouro e minério de ferro) abundantes na região e, para garantir o povoamento, a exploração de madeira e a expansão da fronteira agrícola. Nesse sentido, o processo de modernização permitiu tornar agricultáveis as áreas do cerrado e da floresta amazônica, com a implantação do cultivo da soja e de pastagens, respectivamente. Como consequência da expansão do povoamento brasileiro, Andrade (2002) explica que:

As populações indígenas foram expropriadas de suas terras, dizimadas ou reduzidas à condição de miséria, enquanto a floresta era destruída e em grande parte devastada por incêndios. Com isto, eram atingidos, ao lado dos indígenas, os povos da floresta, formados por caboclos descendentes dos antigos povoadores, que exploravam os produtos vegetais e viviam em pequenos povoados. (ANDRADE, 2002, p.16)

A devastação ainda continua com consequências que deixam marcas para as futuras gerações. Essa política foi ampliada e financiada pelo Estado, pois o que

⁹ Ver mais especificamente sobre o assunto em JULIÃO, Francisco. **Ligas Camponesas - outubro de 1962 - abril de 1969**. Rio de Janeiro: CIDOC CUADERNO, nº 27, 1969.

inicialmente representava a ocupação da fronteira oeste passou a acarretar intenso processo de devastação e expropriação de terras. Segundo Andrade (2002),

Os solos da Amazônia, silicosos e pobres em matéria orgânica, tiveram suas florestas queimadas e transformadas em cinzas, ricas em potássio, mas que, com dois ou três anos de cultura empobreciam, tornando-se necessário o avanço da cultura por áreas ainda não desmatadas ou em desmatamento, deixando para trás as terras empobrecidas. (ANDRADE, 2002, p.16)

A exploração espraiou-se de forma tão intensa na medida em que a extração madeireira e as queimadas antecederam, no tempo e no espaço, a pecuária extensiva e o cultivo intensivo de grãos, constituindo no território brasileiro uma política de uso e apropriação econômica descolada das questões ambientais, bem como sem considerar a função social da terra.

As consequências do processo de modernização da agricultura, implantado no Brasil na década de 60, denominado *Revolução Verde*¹⁰ ou *Green Revolution*, surgiram após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente entre 1940 e 1950, tendo como seu berço a América do Norte. Esse modelo – baseado em inovações biológicas, químicas e mecânicas – originou um novo padrão agrário considerado como moderno e que foi trasladado para o Brasil em meados dos anos 50, mas que se intensificou entre os anos de 1960 e 1970 devido a estímulos de políticas públicas, como, por exemplo, o crédito rural.

Desde a década de 60, com o processo de modernização da agricultura e com políticas de incentivos a incorporação deste, formou-se uma nova configuração dos meios de produção. As atividades agrícolas, dependentes de recursos naturais (solo e água) e da manipulação do homem sobre o meio através de sua mão de obra, viram-se diante de transformações, as quais mudariam as relações entre sociedade e natureza. Surgiu o processo de dependência da agricultura de meios de produção oriundos do segmento urbano-industrial, como maquinários (tratores, colheitadeiras) e produtos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), ou seja, elementos que anteriormente não faziam parte do processo produtivo, mas que, mediante as novas exigências do mercado, principalmente de exportação, os agricultores viram-

¹⁰ Pacote tecnológico importado da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) responsável pela modernização da agricultura por meio da implementação de maquinários (mecanização: tratores, colheitadeiras etc.) e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) nas atividades agrícolas objetivando o aumento dos índices de produtividade da terra e do trabalho.

se obrigados a incorporar nas atividades agrícolas. Para muitos agricultores que não conseguiram se inserir neste processo restou a exclusão, acentuando o êxodo rural.

Essas transformações ocasionaram a dependência da agricultura em relação ao mercado externo, ao capital e a sistemas de produção muitas vezes alheios às características econômicas, sociais e culturais dos produtores rurais.

Diante de tal realidade, o produtor familiar, especialmente aquele trabalhador que junto com sua família produz para garantir seu sustento e não tem como investir em maquinários e terras para a expansão de sua produção, tornou-se alvo de interesse dos segmentos industriais. A indústria passou a utilizar essa mão-de-obra não-remunerada em seu benefício, uma vez que os produtores familiares não contabilizam nos custos de produção o valor do trabalho do grupo familiar. A partir de então, formam-se os complexos agroindustriais – CAI's – que integram os agricultores familiares ao processo de modernização. Para Montoya,

A agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, passando rapidamente a se integrar à dinâmica da produção industrial, naquilo que ficou conhecido como “complexos agroindustriais” ou “agronegócios”. Com base nesses fatos, pode-se afirmar que a produção rural passou a se situar, economicamente, entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura (a montante) e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola (a jusante). (MONTTOYA, 2001, p.180)

A representação a seguir (Figura 3) mostra o Estado como gestor e financiador através de agentes e instituições públicas de crédito, pesquisa e assistência técnica - EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Rural). A indústria à montante representa a fornecedora de insumos e maquinários agrícolas que foram incorporados ao modelo produtivo. A indústria à jusante refere-se à agroindústria de processamento e beneficiamento de matérias-primas agrícolas oriundas da produção familiar integrada, concebida agora como 'moderna'.

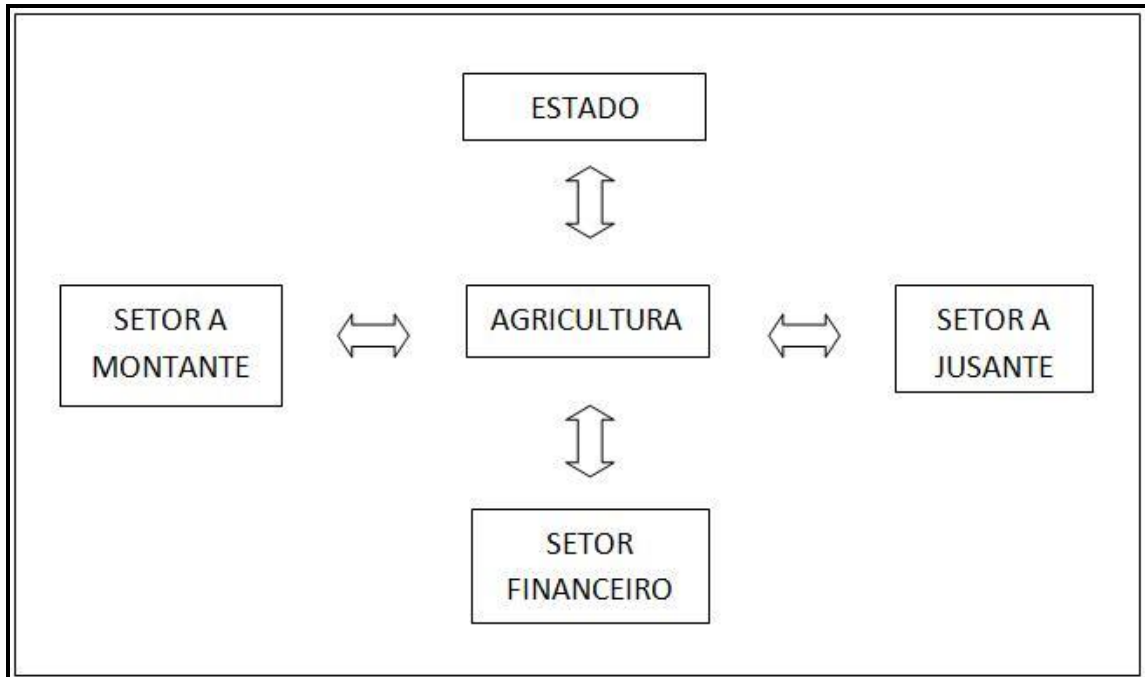


Figura 3 - Representação gráfica do Complexo Agroindustrial.

Fonte: do autor, adaptado de CASTRO, 1998, p.162.

Assim, o CAI é o principal responsável pela expansão da modernização da agricultura, associando quatro atores: o Estado (mediador do processo através de políticas de crédito agrícola, pesquisa e extensão rural), os produtores rurais integrados (os agricultores), a indústria de insumos (a indústria que produz para a agricultura) e a agroindústria (de beneficiamento e transformação da produção). Nas palavras de Müller:

Nesse sentido, modernização agrária consiste na alteração do modo tradicional predominante de produzir para o modo moderno concomitante às alterações na sociabilidade dos grupos sócio-econômicos. A modernização técnico-econômica implica na alteração da parte fixa do capital constante ou dos 'meios fixos de produção' (como tratores, arados com tração mecânica) da composição do capital, e na parte circulante do capital constante ou dos 'elementos do custeio da produção' (como adubos químicos, defensivos) [...] essas mudanças acarretam impactos na parte variável da composição do capital (...). (MÜLLER, 1989, p.40)

Em suma, a modernização implicou em uma nova configuração da organização espacial da agricultura, alterando, além das formas de produzir, as relações do homem com a natureza e estabelecendo a condição de dependência da agricultura com a indústria de máquinas e insumos, bem como restringiu a inserção de muitos produtores nessa nova dinâmica da agricultura.

Este breve retrospecto histórico da organização do espaço agrário brasileiro objetivou demonstrar que os domínios das antigas formas da propriedade latifundiária sempre estiveram ancorados na exportação e amparados por políticas governamentais e que os processos remanescentes desde o período colonial foram fortalecidos com a difusão do modo capitalista de produção.

2.2 A Agricultura Familiar a partir da Década de 90

A trajetória da agricultura brasileira expressa o direcionamento das prioridades dos projetos de desenvolvimento nacional, voltadas à produção em larga escala para a exportação. No entanto, podem-se evidenciar, nas últimas décadas, algumas mudanças no que tange os esforços de reconhecimento e a criação de políticas públicas direcionadas para outro segmento que não seja a grande lavoura – no caso, o segmento da agricultura familiar. Além disso, a perspectiva que norteia as políticas públicas tem avançado em algumas questões, conforme esclarece Hespanhol:

[...] apesar das dificuldades de democratização das políticas públicas, a elaboração de documentos oficiais sobre o desenvolvimento rural romperam com a visão produtivista e setorial e passaram a adotar a perspectiva territorial. (HESPANHOL, 2008, p. 83)

Esse autor (2008) compreende a esfera da pequena propriedade familiar no contexto da agricultura brasileira como sendo um segmento que abarca diversas dimensões para o seu entendimento, pois é tanto produtivo quanto o é social, ambiental e cultural. Um dos enfoques do autor são as restrições impostas ao desenvolvimento da pequena propriedade, uma vez que o histórico das políticas públicas brasileiras revela o apoio aos médios e grandes proprietários e produtores rurais, deixando à margem um expressivo contingente populacional que se dedica à pequena produção de base familiar.

Desse modo, foi somente na última década do século passado que surgiu uma política específica destinada a atender as demandas da agricultura familiar – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – elaborado e implementado no ano de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse programa teve como objetivo principal ser um fundo de amparo às adversidades encontradas por esse segmento da agricultura para garantir seu

espaço, tanto na esfera econômica quanto social. Entretanto, “O PRONAF se direciona à chamada agricultura familiar de transição, formada por estabelecimentos familiares não consolidados como empresas.” (MEDEIROS, 2007, p.172). Por esse motivo os agricultores familiares têm acesso restrito e parcial. Dessa forma, o PRONAF não se configura em um programa de assistência social, mas um conjunto de mecanismos destinados a remover obstáculos que impedem o acesso dos agricultores familiares ao mercado.

O programa administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA entra em vigor como um sistema de crédito a juros subsidiados, cujo objetivo é atender exclusivamente ao agricultor familiar e atua mediante financiamentos de projetos individuais e/ou coletivos de agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Em suas formulações gerais, se destina a agricultores com uma renda bruta de até 110 mil reais anuais. No entanto, existem várias linhas de crédito, voltadas aos diversos grupos e às diferentes demandas da agricultura familiar.

Segundo o MDA (2009), o PRONAF, que possibilita o acesso do agricultor ao crédito rural, se estabelece segundo as seguintes linhas de crédito:

a) PRONAF Custeio: direcionado ao financiamento de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

b) PRONAF Investimento: voltado a financiar a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

c) PRONAF Agroindústria: linha de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

d) PRONAF Agroecologia: financiamento para investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

e) PRONAF Eco: financia investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitem ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

f) PRONAF Floresta: destinado a financiar investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

g) PRONAF Semi-árido: direcionado a investimentos em projetos de convivência com o Semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semi-árida.

h) PRONAF Mulher: linha de crédito voltado aos investimentos da mulher agricultora integrante de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil.

i) PRONAF Jovem: destinado a financiar investimentos de propostas de crédito a jovens agricultores e agricultoras.

j) PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: para agricultores e suas cooperativas ou associações para financiamento de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

k) PRONAF Cota-Parte: para financiar investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

l) PRONAF Microcrédito Rural: permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

m) PRONAF Mais Alimentos: financia propostas ou projetos de investimento para produção associados a açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

O PRONAF com a linha de crédito voltada ao chamado Grupo B, que se caracteriza como o Microcrédito Rural, possui como público alvo agricultores e agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvem atividades produtivas no meio rural que se enquadrem na modalidade de renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil, sendo que até 70% da renda podem ser provenientes de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural. Evidencia-se esta categoria, pois é a utilizada pelos agricultores familiares na localidade pesquisada neste estudo.

Os agricultores que contratam financiamentos de custeio agrícola no PRONAF recebem uma ação dirigida, o SEAF (Seguro da Agricultura Familiar), instituído no âmbito do PROAGRO¹¹ (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária). Os seguros fazem parte do programa direcionado à agricultura familiar exigindo os seguintes requisitos: cuidados básicos com a lavoura, como adubação, controle de pragas, doenças e plantas daninhas, assim como a utilização de tecnologia adequada para a cultura, o manejo e o meio ambiente. Para tanto, a assistência técnica é mediada pela PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), elaborada visando atender aos princípios do desenvolvimento sustentável e à diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar.

Nessa perspectiva, surgem algumas alternativas no bojo das políticas públicas voltadas para a agricultura (à medida que fornecem crédito, preços e tributações), serviços de apoio (como pesquisa, assistência técnica, extensão rural) e apoio à formação de infra-estrutura física e social nos municípios. Entretanto, diante da ausência e/ou ineficácia de políticas públicas, os agricultores familiares optam por se integrar aos complexos agroindustriais e, como exigência do mercado, se modernizar. A modernização agroindustrial tem redefinido e transformado as unidades de produção familiar, via integração aos complexos agroindustriais e na emergência da pluriatividade entre esses agricultores, constituindo-se, assim, em estratégias de reprodução social.

¹¹ PROAGRO é um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento do seu custeio agrícola, em caso de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações, atuando mediante indenização dos recursos utilizados por meio do custeio rural. (MDA, 2010)

Ressalta-se que a agricultura familiar é um tipo de organização socioprodutiva que predomina no mundo inteiro. Somente no Brasil, existem cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, somando uma proporção de 80% dos estabelecimentos agrícolas, porém detendo 20% das terras. Ainda, o abastecimento do mercado interno de alimentos se encontra eminentemente ancorado na agricultura familiar, que possui como característica a diversificação da produção.

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos¹² agrícolas de base familiar, o que expressa 84,4% dos agricultores brasileiros e representa 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Quadro 2).

Quadro 2 - Características da Agricultura Familiar, por região, segundo diferentes variáveis

Região	Estabelecimentos (%)		Área (%)		Área Média (%)	
	2006	1995/96	2006	1995/96	2006	1995/96
Nordeste	50	50	33	32	16	17
Centro-oeste	5	4	14	13	62	84
Norte	9	9	21	20	53	57
Sudeste	16	15	15	17	22	30
Sul	20	22	17	18	20	21
Brasil	100	100	100	100	24	26

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009, p. 22.

O IBGE, de acordo com a Lei da Agricultura Familiar¹³, considera como agricultores familiares aqueles que atendem, simultaneamente, aos seguintes critérios: área inferior ou igual a quatro módulos fiscais, mão-de-obra empregada predominantemente da própria família, principal fonte de renda oriunda das atividades desempenhadas nas atividades ligadas diretamente à produção agrícola

¹² “O Censo de 2006 considerou como estabelecimento agropecuário “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim, numa unidade recenseável.” (MDA, 2009, p.20)

¹³ Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

e direção do estabelecimento diretamente nas mãos do grupo familiar, envolvido no processo produtivo.

Na Região Sul do Brasil, composta pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os estabelecimentos familiares representam 84% do total de estabelecimentos e 37% da área total. Alguns índices referentes ao Rio Grande do Sul estão expressos no quadro 3.

Quadro 3 – Rio Grande do Sul: número de estabelecimentos agropecuários

Grupos de área	1985	1996	2006
Menos de 10 ha	181.777	150.679	171.578
10 a menos de 100 ha	279.340	244.905	232.609
100 a menos de 1000 ha	32.133	30.727	27.597
Mais de 1000 ha	3.329	3.072	2.826
Sem inf. ou sem área	593	575	6.857
Área total em ha	497.172	429.958	441.467

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009, p. 86.

A agricultura familiar brasileira, impulsionada nas duas últimas décadas por programas originados de políticas públicas, chega a ser responsável por 80% da produção de alimentos consumidos dentro do país. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 4,3 milhões de propriedades agrícolas familiares são responsáveis por 70% da produção de feijão e 34% do arroz – alimentos básicos da dieta dos brasileiros que representam 11% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A elaboração de políticas públicas específicas para a agricultura familiar representou um divisor de águas tanto no reconhecimento da importância desse segmento socioprodutivo para o abastecimento interno de alimentos quanto na elaboração de um projeto que incluía a diversidade de expressões da produção familiar, almejando o desenvolvimento territorial. Como consta nos objetivos do seu plano de metas, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi criada com a incumbência de coordenar projetos de desenvolvimento em territórios rurais, os quais devem dirigir “[...] o foco das políticas para o ordenamento territorial, de autonomia e de autogestão [...]” (BRASIL apud

HESPANHOL, 2008, p.83), sendo que no mesmo documento consta o seguinte enunciado:

Na abordagem territorial o foco das políticas é o território, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade dos atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base de coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social. (BRASIL apud HESPANHOL, 2008, p.84)

Apesar de ser fomentada esta perspectiva, as ações no campo do planejamento e ordenamento territorial ainda são inexpressivas, em face do país ainda apresentar alguns impasses para o desenvolvimento proposto, como, por exemplo, não possuir um plano de metas e ações bem definido, os programas de crédito ficarem restritos a oferta de empréstimos a juros subsidiados e apresentar restrições em relação aos beneficiados e, ainda, variar a oferta de acordo com o perfil dos produtores rurais.

Em um contexto de competitividade desigual na agricultura, o produtor familiar, que trabalha com o grupo doméstico em busca de seu sustento e manutenção no campo, encontra adversidades, como, por exemplo, estar diante de um mercado de *commodities*, que impõe grandes volumes de produção e o uso de técnicas e insumos modernos, ou seja, um padrão incompatível com aqueles produtores que não dispõem de espaço físico nem recursos financeiros para competir nas condições que exige o mercado de exportação. “Assim, a agricultura familiar tem cada vez menos espaço para participar da produção de *commodities* agrícolas, tendo como melhor alternativa a diversificação da produção.” (HESPANHOL, 2008, p.86)

Em face dessas circunstâncias, o agricultor familiar busca alternativas de sobrevivência e reprodução social, como o associativismo, as atividades extra-agrícolas (agroindústria familiar, comércio, artesanato, turismo rural), que constituem algumas das modalidades de pluriatividade presente na agricultura familiar. Há, contudo, no contexto brasileiro uma grande heterogeneidade de situações e é levando em consideração essa diversidade que se torna necessário pensar a organização socioespacial da agricultura familiar nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental, abarcada pelo viés do desenvolvimento sustentável. Em sua análise, Hespanhol (2008) apresenta propostas que almejam um desenvolvimento

que seja sustentável, porém destaca que projetos de desenvolvimento rural que pretendam ultrapassar a questão da produção, atingindo a esfera da valorização do produtor, precisam ser pensados para além do mercado.

Nessa perspectiva de abordagem, De David (2008) analisa os diferentes arranjos socioespaciais presentes nas últimas décadas no Estado do Rio Grande do Sul, e as mudanças acarretadas em consequência desses novos ordenamentos territoriais, advindos com a imposição de avanços tecnológicos na agricultura e que influenciaram na dinâmica de organização do espaço rural como um todo.

Os contrastes desta dinâmica produtivista, acompanhados de lógicas de reprodução social diferenciadas, acabam por deflagrar a existência, no espaço rural do Rio Grande do Sul, de dois atores sociais distintos: de um lado a presença da grande propriedade pecuarista e latifundiária e, de outro, o segmento socioeconômico caracterizado pela pequena produção baseada no trabalho familiar.

De David (2008) aborda o trabalho familiar a partir da realidade vivenciada pelos assentados da reforma agrária. Cabe ressaltar que sua condição de agricultores familiares assentados não os distingue quanto a racionalidade familiar na busca por objetivos comuns, como as reivindicações por crédito, preços mínimos e assistência técnica. Porém, o histórico de luta os diferencia à medida que os que tiveram acesso à terra e organizaram sua unidade de produção trazem em sua trajetória uma longa história de expropriação e luta. Segundo as palavras do autor,

[...] os assentamentos rurais serão abordados como frutos de uma conquista, empreendida por organizações sociais que congregam diferentes atores, como os trabalhadores rurais assalariados, os pequenos agricultores expropriados e os emigrantes rurais proletarizados, entre outros. (DE DAVID, 2008, p.16)

A nova dinâmica presente no espaço rural o tornou, aos olhos de muitos, um espaço dual, à medida que diminuíram as distâncias entre urbano e rural e o rural passou a desempenhar funções que não se restringem à produção agrícola ou, como observam alguns autores, ao obsoleto “setor primário” da economia. Assim, “A emergência de uma nova ruralidade marcada pela presença, cada vez mais evidente, de recursos e condições tipicamente urbanos redefine os espaços rurais.” (DE DAVID, 2008, p.16)

Ao mesmo tempo, essas transformações no espaço estimulam a busca por outros referenciais para o planejamento territorial, o qual deve reconhecer as novas

dinâmicas do desenvolvimento rural, uma vez que nesse espaço estão presentes diferentes atores, novos anseios e diversas atividades. Segundo de David, "[...] o lócus exclusivo da produção agrícola cede lugar a um espaço heterogêneo, configurado pela diversidade produtiva e de modos de vida." (DE DAVID, 2008, p.16)

A partir dessa concepção é que se busca, na contribuição dos estudos clássicos e contemporâneos em torno do campesinato, como se configura a categoria analítica da agricultura familiar, que aglutina várias faces de um mesmo agente ou ator que é ao mesmo tempo político, econômico, social e cultural – o agricultor familiar camponês.

3 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: Concepções Teóricas

Os principais referenciais teóricos que tratam do segmento da agricultura familiar e suas características básicas partem da análise de sua essência, cujas raízes históricas são o campesinato. O aporte teórico vem para subsidiar a defesa da idéia sobre a qual o camponês ou a sua lógica propriamente dita ainda estão fortemente presentes em algumas regiões do mundo contemporâneo.

De um modo geral, quando se fala da produção familiar na agricultura, está se falando de pequenas e tradicionais unidades de produção. Assim sendo, as análises teóricas, que dizem respeito ao caráter familiar da produção agrícola e aos princípios de seu funcionamento, tem sempre como referencial empírico, as unidades de produção pequenas, tecnicamente atrasadas e cuja organização interna tem como eixo a satisfação das necessidades da família que produz. Produção familiar é, nesta perspectiva, sinônimo de campesinato tradicional. (WANDERLEY, 1989, p.21)

A revisão teórico-bibliográfica visa averiguar, a partir de diferentes abordagens, como esse camponês – denominado nesse trabalho como agricultor familiar camponês - vem se mantendo no decorrer do tempo, ultrapassando crises e se mantendo ativo no contexto da agricultura, à medida que se adapta e se reorganiza de acordo com os modos de produção vigentes. No pensamento de Wanderley,

Em primeiro lugar, o campesinato, mesmo que tenha perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Podem-se identificar, portanto, em diversos países da atualidade, setores mais ou menos expressivos que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir quanto em sua vida social. (WANDERLEY, 1999, p.34)

Nesse sentido, o campesinato possui características particulares e que se mantêm até os dias atuais, muito embora ocorra um processo de adaptação às condições históricas, político-econômicas e socioculturais. Em suma, a lógica camponesa encontra-se fundamentada, eminentemente, pelos seguintes elementos:

1º. O acesso à terra e aos meios de produção:

A questão do acesso à terra e aos meios de produção pode ser traduzida pelas diversas formas de exploração do fator terra e não se limita à propriedade legal, pois podem ser identificadas formas dependentes ou tuteladas de acesso à terra, como é o caso da parceria e do arrendamento. No que se refere às técnicas e sistemas agrícolas, representa as possibilidades de utilizar os próprios recursos disponíveis no interior das unidades produtivas familiares, os quais lhe outorgam certa autonomia no processo produtivo.

2º. O trabalho eminentemente familiar:

O trabalho se caracteriza por ser desempenhado pelo grupo familiar, pois esse representa um caráter subjetivo expresso pelo campesinato. “Trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence [...]” (WANDERLEY, 1988, p.76), mesmo que em algumas situações ocorra a contratação temporária de mão de obra assalariada, troca de dia de serviço com vizinhos ou parentes em época de safra, por exemplo, ou a associação de parceiros ou meeiros para trabalhar na terra.

3º. A economia centrada no autoconsumo:

A organização da produção visa, prioritariamente, o abastecimento interno da unidade familiar, ou seja, o sustento e as necessidades básicas dos membros da família. Não significa que não exista a integração com o mercado, tanto na comercialização de excedentes quanto a semi-especialização para o mercado. Essa estratégia permite, ao longo do tempo, a formação de uma poupança para futuros gastos, seja para ampliar o patrimônio fundiário, por exemplo, para servir de herança para os filhos, ou investir em melhorias na propriedade, tanto nas necessidades domésticas quanto relacionadas à produção.

4º. A autonomia e o controle na gestão da unidade produtiva:

Pelo fato do camponês trabalhar com a sua família, para a sua família, com os seus meios de produção, essas características lhe proporcionam uma determinada autonomia no processo produtivo, como quanto a o que plantar, como

plantar e qual o tempo necessário para a sua jornada de trabalho. Enfim, detém o controle da gestão dentro da unidade produtiva.

Os principais referenciais teóricos que tratam da questão da produção familiar na agricultura buscam nas raízes históricas do campesinato as condições que explicam a permanência desse grupo social ao longo do tempo e em diferentes espaços. A seguir, elencam-se alguns autores clássicos e contemporâneos que elucidam a temática e suas concepções.

3.1 Estudos Clássicos sobre o Campesinato

Karl Marx analisou o sistema capitalista de produção vivenciado na Inglaterra, durante o século XIX. Em sua obra *O Capital*, com base no rápido ritmo de expansão do capitalismo, previu que a industrialização chegaria ao campo e, conseqüentemente, a mecanização agrícola atingiria o espaço rural como um todo, provocando assim a desagregação da organização camponesa, cujos objetivos estão voltados eminentemente para o autoconsumo. Cabe ressaltar que os camponeses não dispunham de recursos financeiros para adquirir maquinários e inovações tecnológicas conforme as exigências do sistema capitalista de produção para se manter e permanecer enquanto organização social. Entretanto, “O problema fundamental para o esquema teórico marxista reside no rumo das mudanças impostas sobre a agricultura [...]” (SACCO DOS ANJOS, 2005, p.10)

Marx afirmava que a indústria atingiria o campo, promovendo a transformação do espaço rural como um todo e, principalmente, expropriando os camponeses. Ainda, considerava o campesinato como uma classe social de baixa classicidade, pois não representa uma “classe em si”, mas, uma “classe para si”, sendo assim, não teria como enfrentar determinada situação de inserção do capital, por meio da industrialização das atividades agrícolas. Assim, esses camponeses tornavam-se vulneráveis por não ter uma representação social e política, sendo comparados a um ‘saco de batatas’, pois estavam todos juntos, porém organizados apenas dentro da sua unidade produtiva, sem uma coesão social, sem uma representatividade política, o que os levaria fatalmente à eliminação social.

Para Silva (1986), Marx não reconhecia o campesinato como uma das classes do capitalismo:

Assim, ele salienta que os camponeses constituem uma classe social somente na medida em que 'milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade [...] no entanto, na medida em que não existe entre eles 'comunidade alguma, ligação nacional nenhuma, nem organização política (atomizados como batatas num saco) nesta exata medida não constituem uma classe [...]. (SILVA, 1986, p.103)

Marx apontava que o camponês seria expropriado e absorvido pelo sistema como empregado assalariado das grandes empresas rurais ou do mercado urbano-industrial, uma vez que o sistema em si geraria uma concentração de riquezas nas mãos de poucos, em detrimento da pobreza de muitos camponeses, que antes eram autônomos e, posteriormente, passaram a ser trabalhadores assalariados subordinados ao patrão. Segundo o autor,

[...] o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado. (MARX apud ABRAMOVAY, 1992, p.35)

Nesse sentido, Marx leva à compreensão de que o capitalismo conduziria à extinção do camponês enquanto forma de organização social, lhe deixando como opções se enquadrar na burguesia ou no proletariado. Entretanto, a perspectiva marxista falha, porque não explica como o campesinato continuou se reproduzindo de diferentes formas, mas cuja lógica permanece sendo basicamente camponesa e que desempenha atividades não-capitalistas dentro do sistema capitalista de produção. São essas estratégias de reprodução familiar que garantem sua permanência “[...] cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar [...] ou simplesmente a sobrevivência da família.” (LAMARCHE, 1993, p.17)

Dentro da lógica de análise marxista sobre o campesinato há estudiosos que se caracterizam por uma abordagem neomarxista - os neomarxistas são teóricos que ratificaram os pressupostos de Marx sobre o campesinato, através de estudos realizados na sociedade atual. Oliveira (1991) corrobora a teoria de Marx no que faz referência à penetração do capitalismo no campo, a qual pode ser verificada nos

dias atuais. Mas a despeito do que deduzia Marx, o autor afirma que o campesinato ainda se encontra ativo no espaço agrário e rural e mantém relações de produção próprias do camponês, o que o identifica como classe social. Conforme Oliveira,

[...] relações não-capitalistas de produção no campo hoje são criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento). (OLIVEIRA, 1991, p.46)

De acordo com esta visão, o campesinato desempenha relações não-capitalistas de produção dentro da sociedade capitalista e é de extrema importância para a expansão do capitalismo, uma vez que o camponês comercializa seus produtos a preços bem abaixo da média do mercado, pois não contabiliza o valor da mão-de-obra nos custos de produção. Ainda, não extrai do processo de trabalho a mais-valia, ao contrário da lógica capitalista, logo os produtos terão valores bem menores no mercado, devido à auto-exploração camponesa. Por outro lado, visa prioritariamente atender às necessidades de sua família, mesmo que para tal fim seja necessário ampliar a jornada de trabalho do grupo familiar. Tavares dos Santos explica que:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor-de-uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.33)

Ao explicitar as características fundamentais do campesinato, que é o trabalho eminentemente familiar, com autonomia no processo produtivo, mesmo que essa autonomia o leve à auto-exploração, observa-se que este camponês está inserido no espaço agrário da sociedade capitalista atual, demonstrando sua capacidade de transição e permanência no interior do modo de produção dominante, porém mantendo uma lógica que o diferencia de formas estritamente capitalistas.

Oliveira (1991) defende a idéia de que o camponês faz parte do modo de produção capitalista e que este é criado e recriado para atender aos interesses do capital, mas ao mesmo tempo, reconhece a permanência de relações não

capitalistas na agricultura, as quais possibilitam a manutenção das famílias camponesas, sem necessariamente serem expropriados dos seus meios de produção, como afirmava Marx.

Lênin estudou o campesinato posteriormente a Marx, seguindo a sua mesma linha de raciocínio, porém no contexto russo de transição política e social de caráter socialista: a Revolução Russa. Lênin analisou o contexto agrário do país em sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, datada de 1899, na qual descreveu com dados quantitativos as unidades de produção camponesas, analisando itens como população, área, técnicas, utilização da terra, as proporções de trabalhadores assalariados, para compreender como ocorrera a inserção do capitalismo no contexto agrário russo. (CORTEZ, 2006)

Lênin deu continuidade à teoria de Marx e enfatizou que a lógica do capital (para a obtenção de lucro é preciso produzir mais em um menor espaço de tempo) levaria à mecanização do campo e à concentração de riquezas e capital. Ao mesmo tempo em que esse processo fosse ampliado, absorveria o pequeno produtor familiar camponês, que não mais conseguiria se enquadrar nos padrões de produção que o mercado exigia, sendo expropriado como camponês e passando a ser um trabalhador assalariado para o capital. Diante desse contexto, restaria apenas a transformação do camponês autônomo em empregado assalariado. Essa transformação se daria em diversos âmbitos, tanto no rural como no urbano, assim como na forma de vida das pessoas, pois com o sistema capitalista de produção se alterariam também as relações de trabalho. Para Cortez,

A explicação decorre do fato que na medida em que seu trabalho se transforma, isto é, é “liberado” dos meios de produção, o pequeno produtor se subordina aos possuidores de capital que o submete a produção de mercadorias – para atender ao consumo – transformando-o por fim, ele mesmo em mercadoria. (CORTEZ, 2006, p.41)

Lênin assinala que os camponeses encontravam-se totalmente dependentes e subordinados ao recém criado mercado russo, restando apenas a sua extinção ou ascensão à classe superior do campesinato. O autor identificava a emergência de três classes sociais distintas dentro do próprio campesinato: os camponeses pobres, os camponeses médios e os camponeses ricos. No decorrer do processo de expansão do capitalismo a classe intermediária seria gradativamente eliminada e esse camponês se tornaria burguês ou proletário. Assim, haveria a formação de

duas classes camponesas distintas remanescentes desse processo, tendo como referência o fator terra.

A primeira classe era chamada *burguesia agrária*, formada pelo camponês que fosse capaz de comprar mais terras, ampliar sua extensão territorial para atender aos padrões que o mercado exigia para a continuidade e desenvolvimento da propriedade. Nesse caso, a transformação do camponês em uma burguesia agrária é caracterizada pela concentração de terras.

Na segunda classe estariam os camponeses que ficaram à margem desse processo de transformação e não conseguiram se adaptar aos novos padrões da produção capitalista. A esses que não possuíam terra nenhuma ou em pequena quantidade não restaria alternativa senão vender sua força de trabalho, formando um grande contingente de trabalhadores assalariados, denominados por Marx de *proletários*. Para Sacco dos Anjos,

A conclusão de Lênin é que tanto na agricultura quanto na indústria o antigo campesinato converter-se-á em burguesia e proletariado. Se o pequeno camponês-artesão prospera, rapidamente assume a condição de pequeno industrial e de comprador de mão-de-obra de outros camponeses, [...]. É nesse sentido que Lênin segue a tradição marxista, apontando o assalariamento como forma no qual o capitalismo logra que os trabalhadores produzam mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas, na agricultura ou em quaisquer ramos da atividade econômico-produtiva. (SACCO DOS ANJOS, 2005, p.13)

Karl Kautsky foi outro seguidor da linha marxista, que vivenciou o processo do modo capitalista de produção na Alemanha e o detalhou em sua obra *A Questão Agrária*, publicada no ano de 1899. É importante ressaltar que até o século XVIII a Alemanha mantinha ainda resquícios feudais, o que o motivou a definição de um camponês específico, o camponês medieval e sua relação com a terra.

Nesse caso específico Kautsky observou a desintegração do camponês medieval – histórico – frente a novas formas de produção exigidas pelo mercado capitalista. A Alemanha apresentou uma industrialização tardia em relação aos demais países europeus e, conseqüentemente, retardou a extinção do regime feudal e suas características, como a presença do campesinato.

Desse modo, Kautsky analisou a passagem histórica e técnica de um modelo de subsistência para um modelo de acumulação de capital, assim como averiguou diversos contrastes entre o sistema feudal e o modo de produção capitalista e as conseqüências impostas para a sociedade como um todo e,

principalmente, para essa parcela significativa da população, os camponeses, pois a família camponesa da Idade Média se constituía em uma sociedade baseada na produção para sua subsistência, comercializando um pequeno excedente, ou seja, sua existência não dependia de transações mercantis.

Entretanto, com o surgimento da indústria e do comércio urbano, os camponeses passaram a vender o produto excedente do seu trabalho em um ritmo mais acelerado, pois passaram a sofrer as pressões e exigências do sistema capitalista. Esse pequeno produtor camponês ampliou sua jornada de trabalho para poder, de certa forma, sobreviver diante do modo capitalista de produção. Kautsky reforça a idéia de que as relações eminentemente capitalistas encontram espaço, em princípio, nos centros urbanos.

O sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente [...] em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. O mais comum é que a agricultura lhe escape à influência durante muito tempo. Mas a evolução da indústria já conseguiu modificar o caráter da produção rural. (KAUTSKY, 1980, p.29)

Inicialmente, Kautsky considerava que “esta sociedade, que se bastava a si mesma, era indestrutível.” (KAUTSKY, 1980, p.29), porém, diante da industrialização das atividades agrárias, a autonomia do campesinato no processo produtivo e sobre os meios de produção ficou sujeita à penetração do capitalismo no campo. Por outro lado, mesmo as formas de organização camponesas que conseguiram se manter no interior desse processo estabeleceram estratégias de sobrevivência, entre elas a questão da auto-exploração camponesa. Para Kautsky, essa auto-exploração da mão de obra familiar seria uma barreira às inovações tecnológicas e um empecilho à inserção do modo capitalista de produção, logo, este segmento teria de ser expropriado para garantir o desenvolvimento da lógica do capital. Em suma, o eixo das propostas de Kautsky tem como centro a questão da industrialização da agricultura.

A permanência desse camponês na sociedade agrária atual demonstra a imprecisão das abordagens marxistas clássicas. Assim, a teoria de Alexander Von Chayanov (1974) é tida como um contraponto à visão marxista, no que se refere à análise do campesinato e sua inserção na sociedade moderna.

Chayanov observou o comportamento do camponês russo desde o final do século XIX até o período da revolução socialista, no primeiro quartel do século XX.

Era um neo-populista que defendia a auto-coletivização dos agricultores como meio capaz de promover a existência da produção familiar camponesa. Suas ideias entraram em confronto com o Estado, já que, como governo da época, Lênin propunha a imediata eliminação da propriedade privada da terra, expropriando os camponeses para a criação de fazendas coletivas, gerenciadas pelo poder estatal.

Por outro lado, os neo-populistas defendiam a viabilidade da agricultura camponesa pela sua forte característica de se adaptar e sobreviver sob quaisquer circunstâncias, devendo a terra ser transferida para unidades privadas. As unidades camponesas eram concebidas a partir de uma racionalidade específica – como a forma de organização e distribuição dos recursos terra, trabalho e capital no interior das propriedades.

A Escola da Organização da Produção de Chayanov tem como fundamento a afirmação de que o comportamento econômico camponês não se ajustava ao modelo capitalista de produção, este último baseado nas categorias renda, salário e lucro. O autor afirmava que a distribuição dos recursos terra, trabalho e capital na agricultura familiar camponesa eram estabelecidos de acordo com a racionalidade camponesa e via a propriedade camponesa como elemento fundamental para o funcionamento geral da economia. Para Gerardi e Salamoni:

O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como sendo uma análise microeconômica interna das unidades camponesas. Segundo ele, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que a compõem e suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família [...]. (GERARDI e SALAMONI, 1994, p.199)

Como explica Chayanov: “Na economia agrícola familiar, a família equipada com meios de produção emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens.” (CHAYANOV apud WANDERLEY, 1989, p.3). Essa afirmação sustenta a ideia de que o agricultor familiar camponês possui especificidades, como, por exemplo, a racionalidade de não obter mais valia com a exploração de trabalho alheio e não objetivar o lucro com o resultado do seu trabalho mas, sim, a reprodução do grupo familiar.

O modelo teórico de Chayanov se baseia no estudo da organização interna da unidade camponesa, porque cada família é diferenciada pelo número de membros disponíveis para o trabalho (dinâmica demográfica), pela disponibilidade

de terra, pela questão da tradição e dos costumes. Um fator altamente relevante é a questão da mão-de-obra do grupo familiar não ser remunerada e o orçamento da família estar relacionado ao autoconsumo. Ainda, aponta que não existe a possibilidade desse camponês acumular capital, pois quando há a possibilidade de se ter uma poupança, esta é investida na aquisição de mais terras, para representar uma forma de herança futura deixada aos membros da família.

Chayanov trata do campesinato como uma empresa familiar em oposição à empresa capitalista. Essa forma de organização se distingue das demais formas capitalistas de produção devido ao caráter familiar, pois trabalha na sua terra, com os seus meios de produção, com a sua família e para a sua família. A exploração camponesa, analisada por Chayanov, se define segundo uma racionalidade, que é a racionalidade camponesa, expressa por Wanderley na seguinte expressão: “Trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence.” (WANDERLEY, 1988, p.76). Para Chayanov o campesinato segue os seguintes princípios:

- 1) Inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo;
- 2) Trabalho familiar, visto não como fonte de geração de mercadorias e lucro na produção, mas sim para assegurar a manutenção da família;
- 3) Priorização da sua reprodução biológica e social, sendo que os resultados excedentes da produção, obtidos da propriedade da terra e do seu trabalho, são comercializados para geração dos rendimentos familiares e reinvestidos na propriedade.

Chayanov aponta como explicação para os baixos rendimentos per capita nas unidades familiares um desequilíbrio entre força de trabalho e consumo, por ele chamada *relação trabalho/consumo*. Nos casos em que a família é composta por alguns membros, como filhos pequenos ou pessoas idosas, que não possuem condições de trabalhar, ela tende a ter mais gastos e, conseqüentemente, uma relação negativa entre “braços e bocas”.

Sobre a questão da auto-exploração, Chayanov (1974) diz que a empresa familiar busca alternativas para sobreviver como:

- Duplicação da jornada de trabalho para aumentar sua produção;
- Desvio da mão-de-obra excedente para realização de atividades não agrícolas;
- Ajuda mútua entre parentes e vizinhos (o que a torna singular dentro do sistema capitalista, porque essa forma de trabalho não é encontrada nas formas de produção capitalista);
- A posse da terra.

Assim, compreende-se que não é com o lucro do capital que a família compra a terra, mas sim com o fruto do seu trabalho. A aquisição da propriedade traduz e expressa o projeto comum da família para garantir tanto a sobrevivência quanto a continuidade da família sobre a terra.

Chayanov argumenta, ainda, que o excesso de mão-de-obra associado a um limitado tamanho de propriedade, cujo espaço disponível para a produção seja muito pequeno, chega, praticamente, a anular a força de trabalho excedente, uma vez que o tamanho da propriedade não é capaz de absorvê-la. As concepções de Chayanov se enquadram no contexto atual ao explicar as potencialidades do camponês e o seu esforço para se manter como segmento produtivo no interior do modo de produção capitalista.

Mendras (1970) reforça a concepção de Chayanov sobre as relações entre família e produção proposta, inter-relacionando o funcionamento do campesinato em relação à sociedade como um todo. Esse autor salienta a questão da autonomia camponesa a partir dos seguintes elementos:

- a) A autonomia relativa em relação à sociedade como um todo, já que ele produz essencialmente o que precisa para assegurar o seu sustento;
- b) A importância estrutural do grupo doméstico, a importância do trabalho familiar;
- c) Um sistema econômico de autarquia relativa, já que é autônomo;
- d) Uma sociedade de inter-relacionamentos;

- e) A função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral.

Ainda tomando a relação entre *produção* e *família*, na lógica de funcionamento das unidades de produção, Oliveira (1991) destaca quatro elementos, adaptados a partir da obra de Chayanov, como características que identificam o camponês no contexto brasileiro:

- 1º - Predominância do trabalho familiar;
- 2º - Socialização do trabalho, onde todos os membros da família participam das tarefas produtivas, sem remuneração em dinheiro, a fim para garantir a continuidade da unidade de produção familiar;
- 3º - Jornada de trabalho de acordo com as necessidades (para Chayanov, a principal iniciativa do camponês para aumentar seus rendimentos era o investimento intensivo de trabalho familiar sobre a sua própria terra).

3.2 Abordagens Contemporâneas sobre a Agricultura Familiar

As abordagens atuais tratam de um tema que continuamente se renova à medida que a agricultura familiar, hoje, se apresenta de formas bastante diversas. Ou seja, buscam-se as diferentes formas de adaptação de um mesmo objeto, para demonstrar como “[...] a exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história, e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive”. (LAMARCHE, 1993, p.23)

Lamarche (1993) analisa diferentes segmentos dessa modalidade caracterizada pela produção familiar. Primeiramente, ele concebe a exploração familiar como sendo aquela “[...] a qual corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.” (LAMARCHE, 1993, p.15)

O autor demonstra, claramente, a permanência do produtor familiar no interior do modo de produção capitalista, justificada pela sua capacidade de adaptação e pela diversidade de formas que encontrou para se manter ativo e para

assegurar a manutenção de sua família e a conservação de sua propriedade. Ainda, salienta a importância desse segmento da agricultura para a sociedade.

Independente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. (LAMARCHE, 1993, p.13)

Neves (2007) aborda a produção familiar em um contexto recente e argumenta apresentando as diferentes delimitações conceituais e normativas atribuídas a esse segmento da agricultura. Afirma que, até a última década do século passado, ocorreu certa vacância em seu estudo, uma vez que, até a década de 90, os estudos que se fizeram nas Ciências Sociais e Humanas adotaram, prioritariamente, os termos *pequeno produtor* ou *pequeno proprietário*, sendo priorizado, de acordo com essa nomenclatura, apenas o critério *quanto é produzido*, sendo consideradas apenas a escala de produção e a dimensão física das propriedades.

Segundo a autora, este tema foi primeiramente trazido à tona nas pesquisas em Ciências Sociais, nos Estados Unidos e Europa, que se orientaram de acordo com a forma de organização estadunidense e europeia da agricultura familiar, desde a década de 70, tendo como referência as *family farms* (fazendas cuja unidade equivale, respectivamente, a ± 200 acres nos EUA e 20 acres na Europa), altamente tecnificadas e ligadas ao mercado urbano-industrial.

No caso do Brasil, cuja realidade é distinta, tanto no que tange as dimensões físicas quanto nas características de produção, bem como nas condições históricas em que se configuraram as diversas formas de organização socioespacial da produção familiar, observa-se que as pesquisas e estudos acadêmicos sempre estiveram voltados para o *agrobusiness*. Somente na década de 80 uma publicação estadunidense foi valorizada no campo editorial brasileiro, o trabalho de Burbach e Flynn (1980), cuja abordagem distinguia o sistema da agricultura familiar do sistema de agricultura industrializada empresarial, mediante as condições de uso de força de trabalho como: “[...] familiar para o primeiro e assalariada para o segundo.” (NEVES, 2007, p. 216). Esse estudo já alertava sobre a ameaça de sobrevivência da agricultura familiar frente ao processo de industrialização, trazendo os limites da

reprodução deste sistema não só nos Estados Unidos, mas também nos países da América Latina.

Na década de 90, Bergamasco e Antuniassi (1995) realizaram um levantamento bibliográfico acerca da temática da agricultura familiar no contexto brasileiro e se depararam com um termo que por si só já é elucidativo: da *produção familiar*; havendo também a recorrência de diversos termos como *agricultor de subsistência*, *camponês*, *pequeno produtor*, *pequeno proprietário*, porém ainda ficava faltando uma designação genérica, que fugisse à regra de ser classificada em função de renda e produção. As autoras, ao propor uma discussão analítico-conceitual, trouxeram à tona a principal característica deste segmento social e produtivo, que é basicamente o trabalho familiar. Em 1995, Bergamasco e Wanderley organizaram um número da Revista Reforma Agrária que viria a consolidar o tema na academia, contando com a colaboração de autores, como: Brumer, Ferreira, Moreira, Lopes e Carmo, sendo que todos os artigos buscavam a caracterização da diversidade da agricultura familiar no contexto brasileiro.

No bojo desse processo, buscou-se a construção da identidade de um grupo social que se apresenta de forma multifacetária, mas que compreende a relação entre a organização e gestão de produção e trabalho, cujo eixo central se pauta na família, no comprometimento com as gerações futuras, na agricultura de subsistência e na racionalidade camponesa “[...] modo de produzir orientado por objetivos e valores construídos pela vida familiar [...].” (NEVES, 2005, p.25)

Cabe destacar que, mesmo regida por características em comum, a produção familiar apresenta-se de formas tão distintas e complexas, pois esta é dotada de contradições e ambiguidades que a tornam capaz de sobreviver diante de um mercado competitivo e excludente, característico da sociedade capitalista contemporânea.

Ploeg (2006) trata da questão da produção familiar numa perspectiva conceitual de campesinato e agricultura camponesa; partindo da identificação da existência de características próprias afirma que este segmento está reemergindo na agricultura contemporânea européia.

O autor sugere que, atualmente, esteja ocorrendo uma recampesinização, visto que a agricultura camponesa está amplamente difundida em toda a Europa e

vem sendo fortalecida pelas novas respostas que tem dado à sociedade, como, por exemplo, assegurar a sua própria continuidade diante de tantas adversidades impostas pela expansão do capital globalizado. Um exemplo disso são as imposições do mundo moderno, como altos investimentos financeiros na produção, especialização da produção agrícola, que favorecem assim a lógica empresarial na agricultura, cuja organização deixaria à margem do processo mercantil os produtores cuja ênfase estivesse pautada na subsistência e na diversidade da produção.

No último século, se configurou um cenário econômico que favoreceu um padrão de produção extremamente concentrador de terras e riquezas e que manteve à margem os produtores de base familiar. Porém, o que viria explicar essa permanência e retomada do campesinato na Europa? Ploeg (2006) justifica que no atual processo de mercantilização, que possui movimentos contraditórios e ao mesmo tempo combinados, o camponês adaptou-se à medida que se integrou parcialmente ao modo de produção capitalista, mas sem perder as suas características intrínsecas, tais como:

- 1) Preservação da base de recursos próprios;
- 2) Superação da escassez de recursos como terra e capital, com o uso intensivo da mão-de-obra familiar;
- 3) Gerenciamento dos recursos sociais e materiais, isto é, são controlados pelos diretamente envolvidos no processo de trabalho;
- 4) Diferentes níveis de intensidade do trabalho;
- 5) Produção e reprodução relativamente autônoma, pois cada ciclo é construído a partir de recursos dos ciclos anteriores (a unidade de produção familiar se retroalimenta);
- 6) Geração de valor agregado aos produtos, em busca da emancipação.

Esse camponês é regido pela racionalidade da manutenção da unidade familiar, na qual até mesmo “O consumo pode agora ser suprimido para ampliar ganhos e benefícios no futuro. [...] Pais trabalham para seus filhos” (PLOEG, 2006, p.28). Estas características estão voltadas para a busca permanente de autonomia

por parte de produtor camponês. Muito embora as unidades de produção sejam individuais, estas se sustentam por relações de reciprocidade, vinculando autonomia e cooperação estabelecidas, geralmente, por laços de parentesco.

Ploeg (2006) analisou o contexto da recampesinização na Holanda e verificou a permanência e continuidade do campesinato, pois este incorporou algumas estratégias para se manter no processo produtivo. Esse autor identifica que a agricultura empresarial, em face da modernização, possui a produção descentralizada, a que ele chama de *reorganização da divisão espacial do trabalho na agricultura*, e torna-se dependente de tecnologias. Em contraponto, a agricultura camponesa é altamente localizada e procura guardar certo distanciamento dessa relação de dependência, uma vez que, à medida que se aproxima do grau de mercantilização, se afasta de seu ideal de autonomia.

Ploeg (2006), ao estudar a agricultura europeia, depara-se com a coexistência entre o 'modo de produção camponês' e o 'modo de produção empresarial' e é nesta intersecção que se encontram as respostas para a permanência do campesinato na sociedade atual. Assim, a recampesinização é entendida como um conceito que une duas dimensões: a qualitativa e a quantitativa, pois tanto os agricultores estão tornando-se camponeses quanto o número de camponeses está aumentando. Segundo o autor,

Evidentemente, há também múltiplos e multifacetados processos de descampesinização [...]. E, frequentemente, ambos, re- e descampesinização. Ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local, podendo os dois processos estar interligados de forma complexa. (PLOEG, 2006, p.43)

Na análise marxista a permanência do campesinato é considerada inviável, entretanto a recampesinização se dá como uma busca por alternativas de amenizar problemas como: desemprego, pobreza rural, insustentabilidade dos processos produtivos modernos, entre outros. "Evidentemente, o processo de recampesinização [...] não se confunde, de forma alguma, com um mero 'retorno ao passado'. Trata-se, ao contrário, de uma ativa reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos)." (PLOEG, 2006, p. 47)

Medeiros (2007) também analisa a temática da agricultura familiar e menciona que esta passou a fazer parte das discussões como categoria social recentemente, no entanto não é de hoje que se verifica a presença desse segmento

produtivo na agricultura. Porém, o papel atribuído a tal segmento, bem como o reconhecimento enquanto categoria socioeconômica, é recente e se deve, principalmente, às transformações pelas quais ela vem passando, chegando a ser tratada por alguns estudiosos como um fenômeno novo na agricultura.

A autora traz uma breve discussão conceitual sobre a agricultura familiar e o campesinato, mostrando a visão de diversos autores. Por exemplo, para Wanderley (1997) “[...] a agricultura familiar é aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção.” (WANDERLEY, 1997, p.25). Para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Fome e a Agricultura) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), conceituando “[...] a agricultura familiar deve se considerar que a administração da propriedade rural seja feita pela família, que o trabalho em sua maioria seja desempenhado pelos membros da família e que os fatores de produção sejam de propriedade da família.” (FAO/INCRA apud MEDEIROS, 2007, p.170). E por fim, a relação entre a propriedade da terra e a exploração familiar presente no Estatuto da Terra:

[...] imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros. (MEDEIROS, 2007, p.170)

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar, como sujeito de desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. Isto porque seu fortalecimento e valorização dependem da associação de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam ser implementados, articulando diferentes atores e instrumentos.

A partir das concepções apresentadas, em diversos contextos históricos e realidades geográficas, se revelam as ‘diversas agriculturas familiares’, pois se apresentam sob várias formas e representações sociais. No entanto, é na pluralidade das suas manifestações empíricas que se verificam os pressupostos teóricos que unificam a produção familiar em todo o mundo. Neste panorama se percebem suas características principais: trabalho eminentemente familiar, economia para o autoconsumo e autonomia na gestão da unidade produtiva.

É na perspectiva da organização socioespacial da produção familiar que se pretende compreender a diversidade de estratégias de reprodução social estabelecida pelo grupo familiar, com destaque para o papel desempenhado pela mulher na manutenção da unidade familiar camponesa.

4 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

As estratégias produtivas da agricultura familiar surgem como alternativas para o produtor garantir sua reprodução social, bem como permanecer no espaço rural, mesmo que alterando as formas e funções desempenhadas nesse espaço. Apontam-se como principais estratégias: a produção para o autoconsumo; a diversificação produtiva; a integração aos Complexos Agroindustriais e a pluriatividade.

Diante do modo capitalista de produção o agricultor familiar camponês teve que buscar formas para se adaptar, utilizando alternativas para se manter enquanto organização social familiar. Essa adaptação não foi, em todos os casos, gerada diretamente pelo capital, mas subordinada a ele. Por exemplo, o complexo agroindustrial (CAI) integrou o produtor familiar ao sistema econômico, pois essa produção integrada, seja ao CAI ou às cooperativas, vincula o camponês ao sistema econômico e o subordina ao capital, através da obtenção de insumos, créditos e fornecimento de matéria-prima. A integração transforma, em alguma medida, esses camponeses em agricultores tecnologicamente modernos, porém não perdem a característica de serem eminentemente produtores familiares.

São produtores responsáveis por parcela da produção de mercadorias, que acionam em seus processos de produção um capital de certa magnitude, que adotam tecnologia moderna, que conseguem constituir certo patrimônio, especialmente em terras valorizadas, mas que apesar disso permanecem trabalhando, representando o essencial da força de trabalho da unidade familiar de produção. (WANDERLEY apud SALAMONI, 2000, p.13)

Essa constitui uma forma de se manter dentro do sistema, mantendo sua organização basicamente familiar de produção, mesmo que para isso seja necessária a contratação de mão-de-obra temporária em períodos de safra, mas, sem perder sua característica familiar, continua mantendo uma relativa autonomia, principalmente devido ao fato de o camponês ser proprietário da terra. Por outro lado, passa a utilizar insumos externos para melhorar sua produção e para adequá-

la ao mercado, havendo a integração da produção, circulação e comercialização dos produtos agrícolas.

Justifica-se a existência do camponês, atualmente, devido a sua capacidade de adaptação, a fim de dar continuidade a um modo de organização das unidades produtivas, onde é valorizada a questão dos costumes e tradições aliada ao fato de trabalhar na sua terra, com o seu trabalho e para a sua família.

Salamoni (2001) averigua em sua análise a existência de relações camponesas, cujo local específico de estudo é o município de Pelotas, onde conclui que:

O que se percebe no município de Pelotas, é que a maior parte dos produtores familiares caracteriza-se hoje, por um tipo de subordinação ao capital que não implicou necessariamente a perda de controle dos seus meios de produção, principalmente da sua parcela da terra, a qual permanece apropriada juridicamente. E, apesar da relativa dependência econômica das culturas comerciais, não significa que estes produtores eliminem uma das suas características históricas que é a produção de subsistência. [...] Em síntese, os camponeses do sul do Brasil reafirmam continuamente sua vinculação com a terra, baseada na organização do trabalho familiar e na pequena propriedade. (SALAMONI, 2001, p.39-40)

Observa-se nesse processo a existência de unidades produtivas cuja organização interna está fundamentada pelo tripé *terra, trabalho e família*, que são características do campesinato – tratado aqui como sinônimo de agricultura familiar. As propriedades podem apresentar dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora de autoconsumo, com determinadas características socioculturais particulares de sociabilidade e que ainda se mantêm no contexto agrário brasileiro atual.

Nessa perspectiva, o produtor familiar, criado e recriado no contexto da agropecuária colonial, é um camponês – inserido nos circuitos mercantis da produção agrícola, subordinado às diferentes formas assumidas pelo capital, realizando um processo de trabalho definido por SANTOS (1978: 23) como [...] um processo de trabalho não-especificamente capitalista, reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente. (SALAMONI, 2001, p.40)

Por outro lado, o camponês inserido nesse sistema, mesmo possuindo uma área restrita de terra e com precários meios de produção, baseado em uma agricultura policultora, não se restringe somente à produção de gêneros alimentícios para o seu sustento, mas adere à incorporação de novas tecnologias e cultivos que eram até então alheios aos seus sistemas agrícolas, passando a adotar técnicas e

cultivos de acordo com as exigências do modelo imposto pela indústria – pela agroindústria - a fim de se inserir no mercado.

À medida que este segmento produtivo aprofundou suas relações com o segmento urbano-industrial, teve alteradas suas relações sociais de produção devido aos modelos impostos pela indústria para a produção agrícola, bem como passou a fazer parte dos processos de homogeneização agrícola, baseado em um determinado grau de tecnologias. Torna-se, então, um membro efetivo do complexo que comanda a dinâmica na moderna agricultura, ficando assegurada, assim, a sua reprodução enquanto produtor familiar no contexto da agricultura brasileira.

As estratégias de reprodução da agricultura familiar surgem como alternativas para o produtor manter sua produção, bem como permanecer no espaço rural, mesmo que alterando as formas e funções desempenhadas nesse espaço que lhe propicia sua reprodução econômica e, conseqüentemente, social. A seguir são apresentadas algumas das estratégias comumente utilizadas como alternativas de reprodução social, como a multifuncionalidade e a pluriatividade, a integração ao CAI e alternativas diversificadas, identificadas na realidade em estudo de forma mais dispersa, porém não menos importantes de serem discutidas na organização territorial da agricultura familiar camponesa.

- **Multifuncionalidade e Pluriatividade**

O termo multifuncionalidade – mais especificamente a multifuncionalidade da agricultura familiar – refere-se às múltiplas funções desempenhadas pela agricultura para a sociedade como um todo. Teve na França o berço de suas discussões teóricas e, devido a sua grande repercussão social, serviu de base para a adoção de políticas públicas para amparar tal segmento produtivo, o qual, mais tarde, sustentou a base de políticas públicas transladadas para toda a Europa. Esse conjunto de estratégias pode ser observado, atualmente, na configuração do PAC – Política Agrícola Comum – para a União Européia, como o estabelecimento de preços mínimos, subsídios agrícolas, pagamento por serviços ambientais, estímulo aos produtos locais, incentivo as tradições agrícolas, enfim políticas eficazes no amparo ao segmento agrícola familiar. Nas palavras de Carneiro e Maluf (2003):

[...] “multifuncionalidade da agricultura” [...] “múltiplas funções da agricultura”, viés em parte explicado pela intenção inicial de seus propositores de obter o reconhecimento social da concessão de uma retribuição monetária para as contribuições (“funções”) não exclusivamente produtivas da agricultura. (CARNEIRO e MALUF, 2003, p.19)

No contexto agrário francês, a atividade primária se organiza de maneira que a agricultura familiar garanta a segurança alimentar interna e o agronegócio atenda ao mercado internacional. Entretanto, as políticas públicas priorizam o segmento familiar camponês, reconhecido na França devido a sua multifuncionalidade. Mais tarde, quando o princípio francês foi aplicado no contexto da União Européia, houve controvérsias que partiram do contexto político, de âmbito internacional, sob a alegação de que o modelo de modernização da agricultura implantado no território europeu era o causador de impactos negativos aos níveis econômico, social e ambiental, levando a questionamentos dos rumos a seguir pela agricultura e da necessidade de se repensar o processo de modernização, no sentido de redesenhar a organização dos agroecossistemas. Segundo explica Wanderley,

Por um lado, uma visão econômica da crise da agricultura – baseada na determinação das leis do mercado que, em última instância, se traduziria pela drástica redução do número de agricultores e pela extinção desta atividade em grande parte do território nacional – e, por outro lado, uma visão sócio-política que defendia o princípio de que a atividade agrícola não se esgota na simples oferta de produtos ao mercado, mas que oferece igualmente outros bens à sociedade, inclusive bens considerados imateriais, o que faz da agricultura uma atividade com múltiplas funções, isto é, multifuncional. (WANDERLEY, 2003, p.13)

A multifuncionalidade não se restringe a uma dimensão puramente econômica, ela se constitui em uma síntese de múltiplas dimensões, envolvendo atividades rurais agrícolas e não-agrícolas. Essas atividades não-agrícolas exercidas no espaço rural são estratégias de reprodução das famílias rurais e, conseqüentemente, de mudanças nas formas de ocupação e organização espacial.

No Brasil, a multifuncionalidade é expressa, efetivamente, como uma estratégia de reprodução social do segmento agrícola familiar, devido à desvalorização dessa forma de organização socioespacial no bojo das políticas públicas nacionais, estimulando tanto a produção em pequena escala de alimentos quanto a diversidade de iniciativas dos produtores familiares em relação às formas de ocupação da mão de obra, em atividades agrícolas e não-agrícolas. Sendo assim, a multifuncionalidade da agricultura surge como uma nova possibilidade para

os agricultores familiares em substituição ao paradigma baseado na modernização da agricultura.

Entretanto, esse conceito torna-se ambíguo à medida que a concepção de espaço rural abarca atividades agrícolas e não-agrícolas em seu conceito desde a sua origem. E, como a questão é a adoção de atividades não-agrícolas pelos agricultores familiares, tem-se aí um âmbito de discussões a respeito da funcionalidade e aplicabilidade do termo na atualidade.

A pluriatividade é tida como a articulação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas no mesmo território, no caso o rural ou fora dele, por integrantes do grupo familiar. Tem sua presença marcada no campo com a chegada do segmento de serviços que vem complementar o que se definiu chamar de modernização da agricultura, que carregou consigo para o campo a técnica e, conseqüentemente, mão de obra especializada representada por profissionais ligados ao meio técnico-científico e informacional. Com a transladação de novas tecnologias e instalando características do fenômeno urbano-industrial no espaço rural, este foi se tornando cada vez mais multifuncional e pluriativo nas suas relações sociais de trabalho.

Neste estudo, a pluriatividade é concebida como uma estratégia de reprodução do grupo familiar no sentido de alocar a mão de obra em diversas atividades com vistas à geração de renda e, principalmente, na perspectiva de que identificar essa organização socioespacial permite “[...] a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa e multifacetária [...].” (WANDERLEY, 2003, p.9)

- **Integração ao Complexo Agroindustrial**

A modernização da agricultura estabeleceu a condição de dependência da agricultura em relação à indústria de máquinas e insumos químicos de um lado e, de outro, à indústria processadora de matérias-primas agrícolas, restringindo a inserção de muitos produtores nessa nova dinâmica da agricultura.

O CAI é uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e os grupos sociais. Esta definição

formal, que a rigor não passa de um decalque dos processos ocorridos em países altamente desenvolvidos, nada afirma sobre a natureza das relações sociais e das bases materiais que conformam determinado CAI nacional. (MÜLLER apud SIMCH, 2002, p.76)

Se, por um lado, esse processo intensificou a exclusão e a pobreza rural, por outro consolidou a participação da propriedade baseada no trabalho familiar, surgindo assim o produtor familiar que produz matérias-primas destinadas à agroindústria, o que, embora não contemple suas expectativas - principalmente quanto aos preços pagos pelos produtos - significa uma garantia de comercialização.

Estudos recentes, no Brasil, tentam mostrar, nas suas especificidades, essa tendência da redefinição e permanência do camponês na sua constante vinculação ao processo agroindustrial. [...] é no sentido de corroborar essa dimensão, no intuito de perceber a articulação dos processos produtivos rurais na dinâmica agroindustrial. (TEDESCO, 1994, p.115)

No Brasil, a partir da década de 50, houve um novo direcionamento na economia brasileira, quando o padrão de acumulação passa a ser representado pelo desenvolvimento industrial que resultou em uma visível mudança na agricultura. O governo de João Goulart (1963), através de sua política de estímulo às importações, deu início a uma nova dinâmica para a agricultura nacional, atingindo um novo patamar com empreendimentos de grande porte e produção de escala. O processo de modernização da agricultura, amparado e estimulado por políticas públicas, proporcionou a aceleração da industrialização da agricultura.

O processo de industrialização da agricultura não se resume à utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um de seus principais componentes. A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a “reunificação agricultura indústria” num patamar mais elevado do que o simples consumo de bens industriais pela agricultura. É um momento de modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base da técnica agrícola. (KAGEYAMA apud SIMCH, 2002, p.74)

Na década de 70 há o aprofundamento no processo de concentração e centralização industrial dos complexos agroindustriais. Com a modernização da agricultura, ou seja, no momento em que o produtor passa a depender do consumo de máquinas, fertilizantes, sementes e demais insumos, o setor industrial já estipula as quantidades e os tipos de produtos conforme as necessidades do mercado – é o domínio exercido pela indústria. Em outras palavras,

A agricultura, uma atividade outrora autônoma e com independência, possui certas peculiaridades que lhe eram características. Com a evolução essa

atividade foi perdendo gradativamente a autonomia e tornando-se atrelada a um setor não-agrícola, que é o setor industrial, com o qual passou a estabelecer relações de dependência. (WIZNIEWSKY apud SIMCH, 2002, p.75)

A industrialização no Rio Grande do Sul teve início na região de Pelotas com a indústria artesanal do charque. A indústria foi evoluindo e, no transcorrer do tempo, a região se especializou na indústria de alimentos como conservas de frutas, que tinham nas colônias seu principal fornecedor de matérias-primas. Destacam-se também as indústrias de carnes, peixes, arroz, a produção de óleos vegetais e a indústria de laticínios. Entretanto, foi ancorada na propriedade familiar que a agroindústria gaúcha se solidificou.

A parte mais importante dos agronegócios no Estado, nas áreas de carnes suínas e de aves, leite, vinhos, fumo, conservas e frutigranjeiros, estruturou-se com base na pequena produção agropecuária, que também é responsável por parcela expressiva da soja, do milho e do trigo produzidos internamente. A exploração das atividades é realizada através do uso intensivo da terra (recurso escasso) e de mão-de-obra familiar (recurso relativamente abundante), redundando na superutilização dos solos e em baixos níveis de renda familiar. Com base na produção diversificada, estruturou-se um setor de beneficiamento da produção agropecuária que constitui o segmento mais importante do parque agroindustrial sul-rio-grandense. (BENETTI apud SIMCH, 2002, p.81)

Por outro lado, um novo produtor familiar começa a surgir, o trabalhador que com sua família trabalha na própria terra, mas que ao mesmo tempo contrata mão-de-obra em época de colheita e que compra insumos industriais e vende matérias-primas para a agroindústria. Nas palavras de Montoya,

[...] a propensão à concentração dos mercados agroindustriais, direcionam o agricultor familiar, via difusão crescente de sistemas de integração contratual com as agroindústrias, na sua decisão do que produzir, do quanto produzir e do como produzir. [...] os agricultores familiares, de uma ou de outra maneira, inserem-se estrategicamente nas cadeias agroindustriais, procurando o incremento de sua renda. (...) surge o agricultor pluriativo, que passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas como forma estratégica de complementar a renda familiar e, também, de gerar ocupação para o conjunto dos membros familiares. (MONTAYA, 2001, p.210)

Na região Sul do Estado, onde se destaca o município de Pelotas, a indústria conserveira ganha expressão a partir de 1950, tendo como principal produto o pêssego em calda, com características devido à sazonalidade da fruta, concentrada entre os meses de dezembro e janeiro. Em função disso, a maioria das agroindústrias passa a maior parte do ano com capacidade de produção ociosa, devido a falta de matéria-prima para o processamento.

No final da década de 60, a região caracteriza-se pela consolidação de um parque industrial constituído de indústrias alimentícias – as indústrias de doces e conservas. Destaca-se a instalação de uma filial da empresa CICASUL que estimulou a consolidação da integração da produção familiar ao segmento industrial. A agroindústria foi também responsável por importantes transformações na propriedade familiar à medida que, através da demanda por matéria-prima, impunha exigências de modernização com vistas à obtenção de maior produtividade e qualidade dos produtos. Para Salamoni e Gerardi,

O processo de substituição de fatores tradicionais ocorreu paralelamente ao desenvolvimento das atividades de processamento industrial de pêssego. Percebe-se que a instalação de um parque industrial formado por empresas de porte, por volta da década de 60, passou a exigir dos produtores de pêssego um cultivo mais adequado e em maiores quantidades, forçando as alterações de bases tecnológicas, utilização de fertilizantes e adubação química, além de outras prescrições técnicas como o uso de inseticidas e herbicidas. (SALAMONI e GERARDI, 1992, p.56)

A sazonalidade do pêssego provocou a diversificação da produção porque, fora do período de safra do pêssego, processavam-se outras frutas e hortaliças da região como morango, aspargo, figo, etc. Esta diversificação fomentou a produção destes produtos na região e arredores, além de ampliar e diversificar a renda dos produtores familiares.

Nessa época, como continuidade ao processo de estímulo ao crescimento da indústria conserveira, o governo lançou a possibilidade de investimentos através de incentivos fiscais para a fruticultura. Segundo esclarece Simch:

Na década de oitenta, existiam em Pelotas 28 empresas dedicadas ao processamento de frutas e hortaliças [...]. No entanto, apenas duas, a CICASUL e a VEGA eram responsáveis por mais de cinquenta por cento da produção total, o que lhes dava a primazia na definição do preço pago aos produtores. Este mercado oligopsônico provocava a inconformidade dos produtores quanto ao preço pago pelos produtos, safra após safra. (SIMCH, 2002, p.85)

Embora o consumo de conservas tenha crescido no Brasil entre as décadas de 60 e 80, a crise financeira reduziu o poder de compra dos brasileiros, diminuindo consideravelmente o consumo interno e desencadeando o fechamento de várias indústrias da região e com isso o fechamento da maior delas, a CICASUL.

O produtor integrado passou a buscar um novo vínculo que lhe garantisse a comercialização e, nesse sentido, o fumo ocupou papel fundamental. O município que, atualmente, se destaca como o maior produtor da zona sul do Estado, é

Canguçu. Mas, a produtividade varia de acordo com as condições climáticas, que interferem diretamente nesse processo.

Segundo Simch (2002), os principais produtos com garantia de comercialização e contrato certo com a agroindústria são: o pêssego, o fumo, o leite e, mais recentemente, o eucalipto. O pêssego produzido em Canguçu destina-se as indústrias conserveiras de Pelotas, o produtor opta por produzir para a agroindústria, porque, muitas vezes já possui contrato de venda anterior ao plantio, assegurando a venda certa do produto com o comprador – a agroindústria. Mesmo este contrato sendo informal. Conforme explicam Salamoni e Gerardi,

A venda do pêssego nos mercados industriais é feita de modo direto e por isso, não envolve nenhum tipo de intermediação entre produtores e indústrias. Essa relação coloca face a face produtores familiares e empresários, sendo que esses últimos assumem dupla função: a de comerciantes-compradores do produto, e a de industriais transformadores do produto comprado. (SALAMONI e GERARDI, 1992, p.57)

As estratégias de reprodução do agricultor familiar frente à agricultura moderna geraram uma nova dinâmica de relações sociais e econômicas no meio rural. Devido às especificidades do produtor familiar em relação aos produtores empresariais, que possuem todo um aparato tecnológico e capital a seu dispor além de uma concentração fundiária histórica, conseqüentemente nesta realidade forma-se um mercado desleal – porque os pequenos produtores familiares que exercem essa atividade para assegurar a reprodução do seu grupo familiar não possuem condições de competir com o mercado dominado pelo modelo latifundiário-exportador, que é uma realidade na agricultura brasileira.

Historicamente, o Estado se mobiliza politicamente para amparar a agricultura brasileira, mas sempre quem ganha importância e destaque nas políticas públicas é o agronegócio, que visa a exportação. Revela-se aí que o governo está interessado em índices de crescimento econômico, não demonstrando o mesmo interesse com o desenvolvimento social, onde está ancorado um grande contingente populacional que vive no campo e que ainda sobrevive dessa forma de organização social e econômica – como é o caso do agricultor familiar camponês.

Essa realidade é passível de estudo e de busca de alternativas e deve ser encarada não apenas do ponto de vista econômico, mas por seu caráter social. Assim, fazem-se necessárias políticas públicas que maximizem as condições de mercado para o produtor rural e que favoreçam a multiplicidade de formas de

organização socioespacial da agricultura familiar “[...] através de estruturas econômicas que permitam enfrentar os oligopólios a montante e a jusante.” (MONTROYA, 2001, p.211)

4.1 Principais Estratégias de Reprodução Familiar na Localidade Trapeira – 4º Distrito – Canguçu/RS

Diante do cenário atual em que está inserida a agricultura, o produtor familiar encontra cada vez mais adversidades para se reproduzir biológica e socialmente. Os agricultores e agricultoras buscam aderir a estratégias na tentativa de manutenção da unidade produtiva e do grupo familiar.

As estratégias adotadas pelos agricultores familiares camponeses da localidade de Trapeira não os desvinculam de sua atividade principal, a agricultura, no entanto essas atividades são complementares e ao mesmo tempo necessárias para a permanência da família no espaço rural. As principais estratégias de reprodução encontradas foram:

- **Integração aos Complexos Agroindustriais**

O produtor familiar camponês passou a buscar nas relações com o mercado garantias para a comercialização da sua produção. Nesse caso, o fumo ocupou papel fundamental, uma vez que o município de Canguçu se destaca, atualmente, como o maior produtor da zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, mas o volume da produção e a produtividade alcançada variam de acordo com as condições climáticas, com a área física das propriedades e com a mão de obra disponível.

A cultura do fumo é difundida pelas indústrias fumageiras que, incentivadas pelo Estado, oferecem o financiamento necessário à produção. O fumo exige intenso trabalho manual e ao longo de todo o ano agrícola. Além disso, é uma cultura que ocupa uma área pequena no interior das unidades produtivas, se comparada a outros cultivos, adequado às características do produtor familiar, ou seja, pequena propriedade e trabalho familiar. Os tratos com o fumo são essencialmente artesanais e intensivos em mão-de-obra, envolvendo o trabalho de toda a família.

Para Salamoni,

Muitas vezes é a própria configuração da estrutura fundiária que favorece a integração da agricultura ao complexo. Nessa situação, embora ocupando uma pequena área fundiária, a produção integrada apresenta-se altamente capitalizada e, portanto, apta a participar do contexto produtivo moderno. (SALAMONI, 1993, p.153-154)



Figura 4 - Paisagem do cultivo de fumo nas propriedades familiares: do canteiro à estufa

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os demais produtos, com garantia de comercialização, por meio de integração com as agroindústrias são: o pêssego, o leite e, mais recentemente, o eucalipto. O pêssego produzido em Canguçu destina-se às indústrias de doces e conservas do município de Pelotas, nesse caso, o produtor opta por produzir para a agroindústria, porque já possui contrato de venda anterior ao plantio, assegurando a venda do produto com o comprador – a agroindústria. Mesmo este contrato sendo informal. Conforme explicam Salamoni e Gerardi,

A venda do pêssego nos mercados industriais é feita de modo direto e por isso, não envolve nenhum tipo de intermediação entre produtores e indústrias. Essa relação coloca face a face produtores familiares e empresários, sendo que esses últimos assumem dupla função: a de comerciantes-compradores do produto, e a de industriais transformadores do produto comprado. (SALAMONI e GERARDI, 1992, p.57)

Na localidade estudada, a produção leiteira é uma atividade secundária ou complementar na formação de renda nos estabelecimentos agrícolas, mas também

é um produto com garantia de comercialização, principal estímulo ao produtor. Esta atividade é desempenhada eminentemente pelas mulheres camponesas.

A plantação de eucaliptos também se constitui em uma atividade complementar aos rendimentos familiares devida à característica de se ter contrato de comercialização antes mesmo do plantio.

Para Brumer, recentemente uma diversidade de estratégias produtivas tem sido incorporada pela agricultura familiar,

Entre os “novos” produtos, merecem destaque o reflorestamento, a fruticultura, a olericultura, a apicultura, a piscicultura e a floricultura. Mesmo que, em nível estadual, alguns desses produtos apresentem valor de produção relativamente pequeno, eles constituem uma estratégia produtiva desenvolvida por produtores familiares capaz de garantir sua reprodução e permanência no campo. (BRUMER, 2001, p.234)

- **Produção para o Autoconsumo**

A produção para o autoconsumo tem um direcionamento para a satisfação de necessidades básicas do grupo familiar. A produção de gêneros alimentícios com valor de uso interno na propriedade é característica da agricultura familiar, tendo em vista evitar a dependência e os gastos externos, gerando uma economia da renda doméstica. A atividade policultora possibilita maior diversificação da produção e, conseqüentemente, uma ampliação das estratégias de reprodução familiar, porém, com a adoção de atividades ligadas à agroindústria e o tempo despendido em função desta, não resta muito tempo para diversificação produtiva. Nas palavras de Wanderley

Tende-se a desconhecer ou mesmo a qualificar como descaracterizadoras da condição de agricultor as estratégias produtivas que incluem o autoconsumo, em muitos casos como uma atividade central nos estabelecimentos agrícolas mais fragilizados. (WANDERLEY, 2003, p.14-15)



Figura 5 - Diversificação produtiva destinada ao autoconsumo: alho e cebola, fava, batata doce e mel.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A produção de alimentos, voltada ao consumo das famílias rurais, cumpre importante papel nas estratégias de reprodução social. No entanto, sempre mantém seu lugar à margem da produção voltada à comercialização e é realizada predominantemente sob responsabilidade das mulheres camponesas.

• Trabalho Assalariado na Agricultura

Devido à integração ao CAI, a produção de cultivos comerciais como o fumo vem se expandindo no espaço rural e, como este necessita de abundante mão-de-obra, por ser eminentemente artesanal, gera a oferta de empregos assalariados temporários em período de safra, possibilitando uma nova alternativa de reprodução do agricultor familiar excluído dos contratos diretos com o CAI. Então, alguns membros do grupo familiar não integrado vêem uma possibilidade de aumentar seus rendimentos empregando-se como trabalhador assalariado permanente ou em épocas de safra em propriedades vizinhas.

- **Produção Artesanal**

O artesanato doméstico é visto como uma estratégia de reprodução familiar devido a sua importância na formação dos rendimentos familiares. Geralmente, este trabalho fica a cargo da mulher, que exerce seus dotes manuais para beneficiar e agregar valor à produção, tais como fabricação de doces caseiros e atividades manuais como tricô, crochê, pinturas em guardanapos e toalhas de mesa. Esses produtos artesanais são comercializados tanto na área rural quanto urbana e representam uma importante fonte de renda para as mulheres camponesas.



Figura 6 - Produção artesanal: confecção de toalhas e guardanapos

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

- **Trabalho Sazonal na Indústria ou Trabalho Assalariado Não-agrícola**

Esta atividade é desempenhada eminentemente pelas mulheres que compõem o grupo familiar e consiste no trabalho temporário, em períodos de safra, nas agroindústrias de doces e conservas que se localizam nos municípios vizinhos a Canguçu. Esse período, geralmente, compreende os meses de novembro a janeiro. Essas mulheres, após cumprirem suas jornadas de trabalho na indústria, ao chegar em casa contribuem nas tarefas ligadas à produção agrícola, no cuidado com os animais e nos afazeres da casa, representando, assim, a tripla jornada de trabalho

feminino, aliada a um importante incremento nos rendimentos que asseguram a manutenção e reprodução da unidade agrícola de base familiar. Essa forma de ocupação da mão de obra feminina em atividades não-agrícolas não se configura como um trabalho assalariado efetivamente, mas, sim, demonstra a busca de complemento de renda e a incessante resistência de permanência no campo e na agricultura, uma vez que os rendimentos obtidos unicamente com as atividades agrícolas não são suficientes para a manutenção da propriedade e tampouco para a reprodução do grupo familiar.

5 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS NA LOCALIDADE DE TRAPEIRA

Os estudos envolvendo a temática da agricultura familiar, como já mencionados no decorrer deste trabalho, não são recentes, mas emergem com maior força nos anos 90 do século XX e trazem como foco de análise a organização interna da agricultura familiar. Aliada a isso, destaca-se a capacidade de adaptação deste segmento no interior do modo de produção capitalista, fato que explica, pelo menos em parte, a sua permanência no espaço agrário atual.

Ao tratar sobre o campesinato, se traz para o centro da análise a esfera da família, onde se percebe que o modelo atual de família é ainda reprodutor de valores ultrapassados e de diferenciações entre seus membros.

A delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e particularmente as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher, na família e no casamento, eram construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais culturais que legitimavam a ingerência paterna na definição deste processo decisório, contribuindo para tal finalidade instituições como a Igreja e o Estado. Assim, o patrimônio fundiário, a família e os padrões culturais, ao reproduzirem desigualdades entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social do campesinato. (STROPASOLAS, 2006, p.161)

No entanto, é na essência de sua organização (a família) que o campesinato se justifica no espaço agrário atual, principalmente se trouxermos para a análise a atuação de cada membro no contexto de organização interna da agricultura familiar, pois a racionalidade de prover o grupo é que mantém a peculiaridade do ser camponês. Diante dessa lógica, a mulher assume caráter central, visto que exerce sua profissão, que se confunde com o seu modo de vida, aliados e indissociáveis, no seu dia-a-dia.

A cultura camponesa é entendida como um modo de ser, de se relacionar socialmente no campo. Identidade é um dos componentes fundamentais da cultura camponesa que vem sendo ressignificada no sentido de valorizar o apego a terra, o respeito e o cuidado com a biodiversidade e a defesa da vida. Nesse sentido, a garantia da autonomia de camponesas e camponeses sobre o processo de trabalho [...] sobre o modo próprio de vida

é um dos aspectos essenciais de um novo campesinato. (CONTE; MARTINS e DARON, 2009, p.129-130)

Evidencia-se que o sistema que compõe a unidade de exploração agrícola onde trabalha e vive o grupo familiar se organiza em torno da família. A organização do trabalho é familiar, pois são os membros desta que atuam diretamente no processo de produção e gerenciamento da unidade. As mulheres ocupam lugar estratégico na organização e reorganização produtiva da unidade familiar. Nas estratégias de reprodução encontradas na localidade estudada, as mulheres se envolvem em todas as atividades desenvolvidas dentro da propriedade, assim como abarcam as novas atividades que passam a fazer parte do trabalho extra-agrícola. A incorporação de novas dinâmicas produtivas é importante para a reprodução do grupo familiar e da unidade produtiva como um todo, demonstrando a centralidade da participação das mulheres camponesas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural. Conforme ressalta Lovatto,

Em muitos casos é a mulher a responsável pela introdução das novas práticas de produção, na medida em que testa formas e preparados nos cultivos, dedica-se ao artesanato, à culinária, aos agrupamentos sociais, recuperando desta forma cooperação em todas as esferas produtivas. Ela aparece como centro de formação das articulações no meio rural. (LOVATTO, 2010, p.192)

A adoção de novas atividades desempenhadas simultaneamente ao trabalho agrícola surge como uma estratégia de reprodução realizada eminentemente pelas mulheres, que aliam seu ir e vir da lavoura a atividades domésticas e à prática da pluriatividade. Para Prieb

O fato é que pluriatividade, isto é, a combinação de práticas agrícolas e não-agrícolas, é um fenômeno cada vez mais presente no meio rural brasileiro, não se restringindo apenas à produção diversificada. A realidade atual mostra ser praticamente impossível uma vida digna, pautada em ganhos monetários provenientes de atividades exclusivamente agrícolas, isto, mesmo quando se trata de agricultura familiar articulada a complexos agroindustriais, altamente intensivos no fator trabalho. (PRIEB, 2005, p.98)

A prática de atividades extra-agrícolas não descaracteriza a profissão de agricultora entre as mulheres camponesas, pois esta prática representa apenas um complemento, que converge para um fim comum, que é a continuidade da unidade produtiva. A busca por novas estratégias é uma iniciativa que parte, via de regra, das mulheres, como um instinto de sobrevivência e preservação do seu grupo familiar e da manutenção do patrimônio fundiário.

Na busca do entendimento da lógica de organização e manutenção da composição do grupo familiar, parte-se de uma análise mais estrita dos membros da família, compreendendo a atuação da mulher no interior da unidade produtiva, deixando claro que este estudo não pretende encapsular a figura da mulher, nem tampouco trazer à discussão somente a esfera do trabalho ou a segregação para a análise do restante da família ou da unidade produtiva, mas, sim, analisá-la no contexto da organização interna da agricultura familiar.

5.1 A Organização Interna da Agricultura Familiar

Na divisão social do trabalho na organização interna da agricultura familiar, o trabalho do homem e da mulher se complementam, uma vez que confluem para um mesmo fim, que é a manutenção da família. Ainda que a organização do trabalho envolva todos os membros da família, é a mulher quem desempenha uma extenuante jornada de trabalho, envolvendo-se em todas as esferas da produção para assim assegurar a reprodução da unidade familiar. Segundo explica Wanderley,

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar -, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, p.45)

De acordo com Chelotti e Pessôa (2009), a distribuição das atividades dentro da unidade produtiva é feita sob a lógica de diferenciação de gêneros, uma vez que os autores, ao analisarem a organização da unidade familiar e da divisão do trabalho em uma pesquisa qualitativa com sujeitos da reforma agrária, identificam que: “[...] os espaços femininos são vistos como secundários na estrutura produtiva do lote, perpetuando uma tradição patriarcal machista que desconsidera o verdadeiro papel da mulher na propriedade familiar/camponesa.” (CHELOTTI e PESSÔA, 2009, p.462)

Os mesmos autores complementam a compreensão da organização interna da unidade agrícola, assim como da divisão das atividades dentro do grupo familiar, de que “[...] está implícita uma evidente questão de gênero, uma vez que a casa é sinônimo de espaço feminino, enquanto a lavoura é espaço masculino.” (CHELOTTI e PESSÔA, 2009, p.461). São papéis culturalmente produzidos e que se aplicam na realidade pesquisada, mas com ressalvas, pois nota-se que o trabalho da mulher está presente em todos os espaços produtivos da propriedade.

5.2 Espaços Produtivos da Unidade Familiar com a Participação do Trabalho da Mulher

Para se alcançar a concepção e representação dos espaços em que a mulher participa no interior da organização da agricultura familiar, foi adotado como procedimento metodológico a elaboração de um croqui (Anexos II e III) a ser produzido diretamente pelas agricultoras entrevistadas, o qual possibilitou a obtenção de maiores informações e detalhes sobre o cotidiano de cada mulher camponesa, propiciando, ainda, um maior entrosamento e aproximação com o universo pesquisado, uma vez que este era o momento em que as entrevistadas se sentiam mais a vontade e se percebiam participantes da pesquisa.

A partir do croqui se contempla a percepção das mulheres agricultoras sobre os espaços que atuam na unidade produtiva de base familiar. A escolha do croqui se deve ao fato deste representar a construção do conhecimento através da percepção, tendo a percepção como uma forma de conhecimento que transcende o momento, levando à compreensão do objeto como um processo que é abstrato, simbólico e analítico. Ainda, o croqui não exige precisão de traço, pois consiste em ser um esboço, uma representação que registra uma idéia instantânea, mas que permite uma aproximação do pesquisador em relação às concepções empíricas das agricultoras sobre os espaços que ocupam dentro da unidade familiar.

Ainda que os croquis sejam representações gráficas sem o uso das convenções cartográficas, representam um complemento valioso às entrevistas. A partir da análise dos croquis foi elaborado um diagrama (figura 7) procurando contemplar as diferentes representações dos espaços produtivos marcados pela

presença do trabalho da mulher. Embora as formas de expressão no papel sejam diversas, ao mesmo tempo se verifica a repetição das informações entre as entrevistadas.

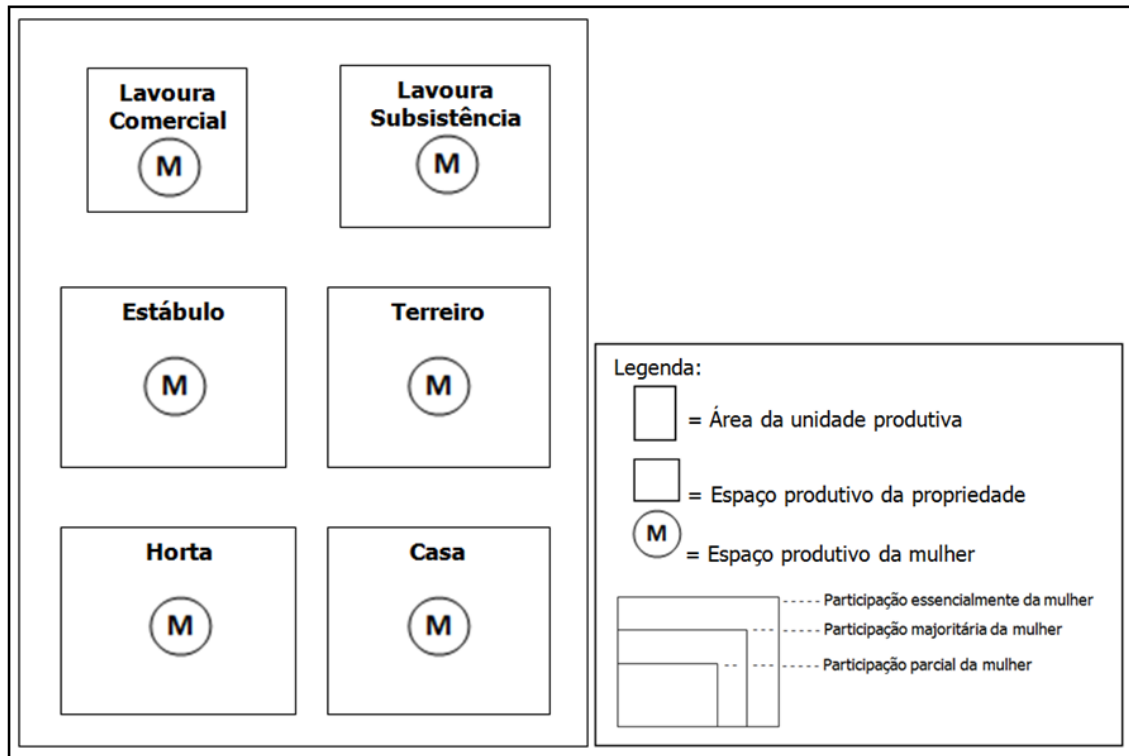


Figura 7 - Espaços produtivos com a participação e co-participação da mulher

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A figura 7 agrupa os principais espaços produtivos encontrados no interior das propriedades. Foram selecionados para esta representação os espaços em comum citados por todas as entrevistadas. Os demais espaços, como a estufa de fumo, por exemplo, não foram inseridos, pois não fazem parte da realidade da maioria das unidades produtivas visitadas. No entanto, constam em alguns dos croquis produzidos pelas entrevistadas, conforme pode ser observado no Anexo III.

A partir da representação espacial da participação da mulher camponesa, verifica-se que esta se encontra em todas as esferas da propriedade, ressaltando a importância da mulher no contexto da organização interna da produção familiar, pois as agricultoras da localidade pesquisada desenvolvem diversas atividades, sejam estas consideradas produtivas ou concebidas como atividades que não estão ligadas ao fator trabalho propriamente dito, consideradas como 'não-trabalho'.

Quando as mulheres foram questionadas sobre qual era o seu trabalho, a resposta sempre foi rápida e direta: “ajudar o marido na lavoura”. Essa resposta não dá conta da diversidade de atividades que elas arrolaram exercerem no seu dia-a-dia.

O entendimento do que é trabalho dentro da unidade produtiva, na opinião das entrevistadas, assume caráter extremamente subjetivo, pois muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres não são tratadas como trabalho e sim como parte de sua responsabilidade e atribuições como mulher e dona de casa, fato revelado nos seguinte trecho da entrevista:

“De manhã eu acordo, faço a lida, dou comida pros bichos, e vou pro trabalho na lavoura ajudá o marido.” (entrevistada H)

A expressão “ajudar o marido na lavoura” pode ser explicada na representação gráfica da figura 7, uma vez que as dimensões dos quadrados se referem à proporção da participação da mulher em cada espaço produtivo e fica evidente uma maior participação nos espaços no entorno da casa, como a horta e o estábulo, pois a atividade leiteira, assim como a horta, os cuidados com a casa e o terreiro (criação de animais de pequeno porte para o autoconsumo) são atividades de inteira responsabilidade da mulher.

As lavouras voltadas para o autoconsumo também se caracterizam pela presença do trabalho da mulher camponesa, porém, ainda que em menor participação, conta com a presença do trabalho masculino. Já as lavouras comerciais, destinadas essencialmente ao mercado, como é o caso do fumo, tem a participação da mulher como mão de obra, porém esta é de responsabilidade do homem, fato que justificaria a expressão usualmente verbalizada pelas mulheres “ajudar na lavoura”, tendo como referência uma menor participação no efetivo trabalho na lavoura voltada ao mercado urbano-industrial.

A expressão ‘ajuda’ é uma resposta comum quando as agricultoras falam sobre as suas atividades. No entanto, quando indagadas se só ajudam, a resposta é unânime: Na verdade, “trabalham muito mais que os seus maridos”. Evidenciando que o termo ‘ajuda’ se aplica à menor participação na lavoura comercial. E, ainda, a expressão *menor* se deve à proporcionalidade em relação às demais tarefas e obrigações diárias.

Quando se referem à jornada de trabalho diária, as mulheres camponesas expressam o grau de autoexploração :

“Quanto tempo eu trabalho por dia? O dia todo, desde que eu acordo, até a hora de deitar. Pois, de manhã eu faço a lida da volta da casa, e vou pra lavoura ajudar o (nome do marido), meio dia faço a comida e de tarde abro a venda. Quando estou na venda, aproveito e faço meus crochês, meus bicos de guardanapo. De noite continuo com as pinturas, pois é muita encomenda. As vezes, é duas horas e eu ainda estou passando e engomando as encomendas para entrega.” (entrevistada A)

Nas propriedades que adotam a integração ao complexo agroindustrial, principalmente com a produção de fumo, a participação da mulher também se efetiva, mas com algumas peculiaridades. O plantio do fumo exige o emprego intenso de mão-de-obra e a participação de todos os membros da família. No entanto, neste processo há uma distribuição de tarefas de acordo com idade e gênero. Os homens, geralmente, ficam encarregados da aplicação de agrotóxicos e do preparo da terra para o plantio. Para as mulheres, que trabalham no cultivo do fumo, são resguardadas tarefas de maior especificidade, como o plantio, a colheita e as atividades de preparo do fumo para a secagem na estufa.

Percebe-se que existe uma categorização quanto aos trabalhos braçais no interior da unidade produtiva. Atividades como lavrar a terra, aplicar os agrotóxicos, cuidar dos bois, ficam a cargo dos homens e são considerados como ‘pesadas’; enquanto trabalhos que teoricamente exigem menos esforços físicos como plantio, capina, colheita, trato dos animais domésticos, leiteira, casa, alimentação e cuidados com os filhos fica a cargo da mulher e são reconhecidos como ‘leves’. No entanto, essas categorias de trabalho não consideram a intensidade das atividades desempenhadas pelas mulheres camponesas, uma vez que estas desenvolvem um acúmulo de tarefas e responsabilidades. Para Bonini,

O trabalho desempenhado pelas mulheres possui três características: é constante, intenso e diversificado. Pois desempenham atividades na produção agropecuária, cuidam das tarefas domésticas e zelam pela educação dos filhos. (BONINI, 2004, p.55)

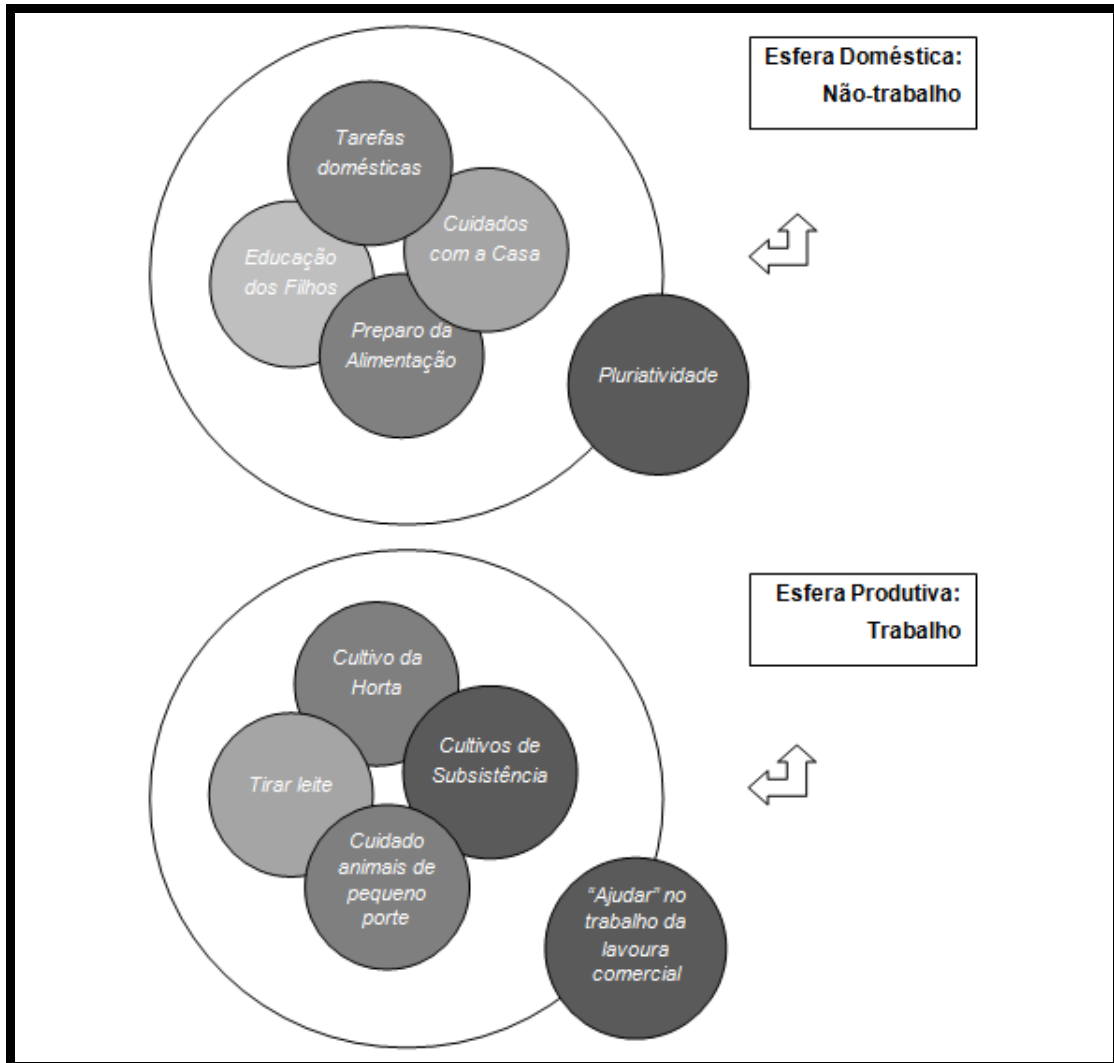


Figura 8 - Atividades realizadas pelas mulheres dentro e fora das unidades familiares

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A figura 8 mostra as múltiplas tarefas desempenhadas pelas mulheres agricultoras no contexto de seu dia-a-dia. Para tanto, as atividades foram divididas em duas esferas: o grupo das atividades da esfera produtiva e o grupo das atividades da esfera doméstica, sendo esta última a esfera de presença exclusiva do trabalho da mulher. Acrescenta-se, ainda, a esfera pluriativa, que compreende tanto as atividades extra-agrícolas no interior das unidades familiares, quanto as ocupações não-agrícolas exercidas fora da propriedade

O primeiro grupo, representado na figura 8 pelas atividades expressas pela esfera superior, aponta as atividades consideradas pelas mulheres como 'não-trabalho', sendo de responsabilidade intrínseca a cada uma delas. Como a

dedicação à família, o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos e o preparo dos alimentos. Para Salamoni e Gerardi,

[...] o fato de executar tarefas domésticas, como cuidar dos filhos, da casa, da horta, dos animais domésticos, da alimentação, além de ser igualmente responsável pela sobrevivência do grupo familiar, não é devidamente valorizado e isso muitas vezes, nem mesmo é considerado como trabalho. (SALAMONI e GERARDI, 1992, p.54)

É interessante ressaltar que, na percepção das agricultoras, a pluriatividade - atividades como manter e atender um pequeno comércio localizado junto a casa, realização de trabalhos artesanais como crochê, pintura em tecidos, fabricação de doces caseiros e a realização de atividades temporárias como assalariadas - também fazem parte das atividades consideradas como 'não-trabalho', pois reconhecem como trabalho e como profissão somente as atividades ligadas diretamente à agricultura. Assim, estas consideram a pluriatividade unicamente como um complemento de renda, para assegurar a reprodução do grupo familiar e da unidade produtiva. Wanderley (2009) reforça a compreensão de que:

[...] a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. (WANDERLEY, 2009, p.162-163)

Na figura 8 a esfera da pluriatividade faz parte do grupo das atividades consideradas como 'não trabalho' e, no caso pesquisado, não constitui uma prática adotada por todas as mulheres entrevistadas, mas é uma estratégia que adquire expressividade no contexto de manutenção da unidade produtiva familiar.

O grupo expresso na figura 8 pelas esferas inferiores demonstra as atividades exercidas diariamente pelas mulheres e que foram citadas pelas entrevistadas como sendo atividades que fazem parte do seu trabalho diário. No entanto, cabe ressaltar que, muito embora esta esfera não seja devidamente valorizada como trabalho, está diretamente ligada à produção para o autoconsumo, evidenciando o papel da mulher em todas as esferas produtivas da unidade familiar, mas, acima de tudo, como a principal responsável pelas atividades mais estritas ao autoprovisionamento doméstico.

[...] os produtos para o autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares porque propiciam alternatividade entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. (GAZOLLA, 2009, p.91)

Ao se tratar da organização interna da agricultura familiar, verifica-se o envolvimento de todos os membros da família no processo produtivo, que por vezes confunde-se com o próprio estilo de vida, uma vez que ser agricultor ultrapassa a escala profissional e se constitui num modo de vida. Dentro desta lógica de organização, sobressai-se uma figura que atua com centralidade no processo de manutenção e reprodução da unidade produtiva familiar: a mulher. A centralidade da figura da mulher justifica-se pelas diversas atividades realizadas e sua participação em todos os espaços da propriedade (figura 9).



Figura 9 - Espaços da propriedade com a participação do trabalho da mulher: da lavoura à casa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

5.2.1 A Esfera da Produção

A esfera da produção caracteriza-se como as atividades relacionadas à agricultura, onde a mulher participa juntamente com seu marido e filhos. O trabalho da mulher foi encontrado nas lavouras de fumo, batata, cebola, alho e feijão. No caso da produção de fumo, as mulheres participam da etapa de colheita, da preparação para secagem na estufa e do processo final de embalagem para a

comercialização, sendo estas duas últimas atividades realizadas no espaço do galpão.

Muito embora ainda permaneça uma divisão de tarefas dentro da unidade produtiva, onde as atividades mais 'pesadas' e intermediações externas (como a comercialização do fumo e do leite) esteja a cargo dos homens, verificou-se a participação da mulher em atividades como arar a terra, capinar, lidar diretamente com bois, atividades consideradas masculinas, dado o grau de esforço físico exigido (figura 10), fato que vem reforçar a participação efetiva da mulher na esfera da produção.



Figura 10 - A mulher e o trabalho agrícola: Preparo do produto para comercialização, aração da terra, capina, plantio e capina com tração animal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Ainda nesta esfera está a atividade leiteira, a qual é realizada eminentemente pelas mulheres, cabendo à agricultora cuidar de todas as etapas que envolvem esse processo: desde o cuidado com os animais e a estrebaria, assim como tirar o leite, até o preparo final para a entrega. (figura 11) O marido fica responsável apenas pela negociação externa, sendo encarregado pela mediação entre a unidade familiar e os canais de comercialização, sejam as agroindústrias ou as cooperativas.



Figura 11 - A leitaria: espaço essencialmente do trabalho da mulher
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

As tarefas ligadas à subsistência do grupo doméstico são vinculadas diretamente à figura da mulher. Isso porque a mulher é quem assume as responsabilidades da casa e do entorno. Verifica-se essa conduta de se responsabilizar pelo lar e pelo provimento do grupo familiar a partir das próprias tarefas que esta realiza, como a iniciativa de criação de hortas e sua manutenção. O espaço da horta é um espaço eminentemente feminino e é onde são cultivados legumes e vegetais como: couve, abóbora, alface, repolho, couve-flor, nabo, rabanete, beterraba, cenoura e frutas como o morango. Ainda, ficam sob seus cuidados as árvores frutíferas do pomar que geralmente localiza-se próximo à residência, onde são encontradas demais frutas como laranja, bergamota e limão. Mais uma vez, atividades e cultivos que são ligados diretamente à subsistência (figura 12).



Figura 12 - A horta e os cuidados com os animais de pequeno porte: atividades e espaços da mulher

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os cuidados do entorno da casa também ficam a cargo da mulher. Os animais de pequeno porte, como galinhas, patos, porcos, marrecos e bezerros, são sempre mantidos próximos à casa em pequenos criatórios, que ficam sob responsabilidade primeira da mulher. Salientam-se estas atividades uma vez que assumem papéis importantes para a subsistência do grupo familiar e evidenciam a participação da mulher nas atividades vinculadas à subsistência.

5.2.2 O Trabalho na Esfera Doméstica

A esfera doméstica é concebida como o espaço de representação do papel da mulher camponesa. Um espaço onde se desenvolvem atividades como: cuidar da casa, o preparo da alimentação, o espaço das relações familiares e dos diálogos, o espaço do quintal. No entanto, dentro da lógica do ser agricultora, toda e qualquer atividade ligada diretamente à esfera doméstica não é considerada trabalho e sim responsabilidade. Apesar disso, de acordo com Bonini,

O trabalho desempenhado pelas mulheres possui três características: é constante, intenso e diversificado. Pois desempenham atividades na produção agropecuária, cuidam das tarefas domésticas e zelam pela educação dos filhos. (BONINI, 2004, p.55)

O que se entende por trabalho dentro da unidade produtiva, na opinião das agricultoras, assume caráter extremamente subjetivo, pois muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres não são tratadas como trabalho e sim como parte

de sua responsabilidade e atribuições como mulher e dona de casa, fato revelado nos seguinte trecho de entrevista: “De manhã eu acordo, faço a lida, dou comida pros bichos, e vou pro trabalho na lavoura ajuda o marido.” (entrevistada H). Observa-se uma extenuante jornada de trabalho – em média 15 horas diárias de segunda a sexta com atividades envolvendo lavoura, casa e filhos. “A sobrevivência é um componente que aparece muito forte nas representações das mulheres, talvez por sentirem mais de perto o peso da manutenção da família, já que são as administradoras da esfera doméstica.” (NORONHA, 1986, p.34)

Os papéis sobre o ser agricultora se confundem com o de ser mãe e mulher. O ser agricultora praticamente unifica todos os papéis desempenhados pela mulher, e denota sua preocupação primeira que é a manutenção da produção para o autoconsumo, por esta representar a segurança alimentar do grupo familiar e pelo valor simbólico e cultural associado à permanência do patrimônio fundiário – a terra. Nas palavras de Lechat, “A situação da mulher camponesa é muito específica. Ela faz parte de uma unidade familiar onde produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único” (LECHAT, 1996, p.96).

“Vida de agricultora é muito serviço, tu não para nunca, tem que cuida da casa, do marido, dos filhos.” (entrevistada C).

Pode-se observar, no decorrer das entrevistas, a unanimidade em privilegiar a esfera doméstica do trabalho, ou seja, a preocupação em zelar pela família, demonstrando que ser mulher camponesa extrapola a dimensão produtiva e profissional e imbrica todo um rol de ser, viver e se organizar de caráter subjetivo, constituindo-se em um modo de vida.

5.2.3 A Esfera Pluriativa

Embora a múltiplas tarefas e atividades exercidas dentro da propriedade sejam representadas eminentemente pelo chefe da família (o homem), a pluriatividade é uma atividade desempenhada essencialmente pelas mulheres, ou seja, a adoção de novas estratégias fica a cargo das mulheres, fato que se explica pelo alto grau de versatilidade por parte delas.

A pluriatividade [...] é entendida como o conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas, remuneradas ou não, realizadas pelos membros da família

rural, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família. O sistema de atividades é mais amplo que a pluriatividade porque, de um lado, engloba todos os membros da unidade familiar que estejam unidos por laços de solidariedade e/ou reciprocidade, [...]. por outro lado, o sistema engloba todas as atividades, incluindo aquelas que não são meramente econômicas. (CAZELLA, 2009, p.58)

A inserção da mulher como força de trabalho assalariado, ainda que em períodos temporários na indústria representa um importante complemento de renda. Salienta-se que este trabalho extra só é aderido, na medida em que a família foi perdendo a condição de desenvolver a economia de subsistência. Como aponta Wanderley (2009) “[...] tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna na maioria dos casos, uma necessidade estrutural.” (WANDERLEY, 2009, p.177)

A incorporação de atividades extra-agrícolas também é responsável por uma nova configuração espacial dos espaços produtivos, uma vez que atividades como a prática do artesanato envolvem espaços do interior da casa para confecção, assim como a fabricação de doces e bolos. Atividades como o comércio local também envolvem demanda de espaço e, na maioria das vezes, esse espaço é oriundo de algum cômodo da casa da família, mas nesse anexo e nessa realocação de espaços é que se busca a manutenção da família. São diferentes estratégias adotadas buscando um mesmo fim.



Figura 13 - Atividades extra-agrícolas geradoras de renda complementar
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A adoção a diversificação das atividades exercidas pelo grupo familiar se deve à necessidade de uma entrada de renda adicional para suprir as demandas da família e da propriedade, cobrir os custos de produção agrícola e investir dentro da própria unidade produtiva. Objetivando a sustentabilidade da família e a manutenção da unidade produtiva, foram adotadas diferentes estratégias por um número expressivo das entrevistadas alegando que:

“Só vive da agricultura não dá. Quando colhe, as coisas não vale. Quando vale, a gente não colhe.” (entrevistada, I)

“Ihiihiih!... várias vezes, nós já pagamos dívida de fumo com o dinheiro do artesanato, da venda. Eu mantenho minha filha estudando na cidade só com o artesanato. Se não fosse isso, não dava não.” (entrevistada, A)

A pluriatividade não se configura como um abandono das atividades agrícolas, nem da profissão de agricultora, mas representa uma prática necessária para a continuidade de permanência na agricultura. Se configura como uma fonte de renda extra que visa suprir as demandas não sanadas unicamente com as atividades agrícolas. A mulher, dado a seu grau de versatilidade e responsabilidade de reprodução do grupo familiar, utiliza-se dessa estratégia para preservar sua família.

A pluriatividade, [...] estratégia da família, afim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. [...] No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participação dos ganhos da família: ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou; às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 2009, p.193-194)

A pluriatividade é concebida aqui como uma atividade pertencente à esfera produtiva, mas as mulheres entrevistadas não a consideram como serviço prestado ou mesmo como trabalho, visto que representa apenas uma prática secundária. Porém, foi constatado na realidade pesquisada que, embora secundária, assume papel de expressiva importância para a reprodução da agricultura familiar na atualidade.

5.3 A Importância da Aposentadoria como Estratégia de Reprodução para as Mulheres Camponesas

A maior parte das mulheres entrevistadas encontra-se na faixa etária entre 45 e 60 anos, tem em média três filhos e, em geral, de cada família, apenas um de seus filhos continuou a trabalhar no campo. No que se refere à escolaridade, a maior parte dessas mulheres cursou o Ensino Fundamental incompleto. Todas elas participam de alguma forma de alguma organização comunitária, ganhando destaque a vida em sociedade em torno da igreja. Praticamente todas as entrevistadas são associadas juntamente com seus maridos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu. Apenas as aposentadas possuem conta em banco.

A aposentadoria para as mulheres agricultoras foi um direito adquirido somente na última década do século XX. Conforme aponta CONTE (2009),

Uma vez que buscavam, como primeira bandeira de luta, o direito à aposentadoria, o primeiro empecilho foi o de não terem reconhecimento da profissão. Eram consideradas “do lar”, ou domésticas. Começaram, então, uma longa trajetória de estudo, formação e mobilização para que na Constituição Federal de 1988, fosse reconhecida a profissão de trabalhadora rural. Conseguiram o intento, uma grande vitória, resultante de muita mobilização. Porém, não possuíam documentos pessoais, com exceção da certidão de nascimento e casamento em seus nomes, assim como não tinham qualquer comprovação de que trabalhavam na lavoura,

pois os títulos de terra estavam em nome dos pais ou maridos. Isso impossibilitava o acesso a requerer qualquer direito. Com relação à aposentadoria, a luta se constituía para que o direito fosse de um salário mínimo para as mulheres aos 55 anos de idade e para os homens aos 60. (CONTE; MARTINS e DARON, 2009, p.98)

Pode-se constatar que a renda extra-agrícola das aposentadorias é usualmente aplicada na reprodução do grupo familiar e muitas vezes investida diretamente na manutenção da propriedade e nos processos de produção. A aposentadoria rural representa um importante ingresso de renda dentro da unidade e o número de propriedades que apresentam essa fonte de renda apresentou uma frequência expressiva na pesquisa de campo. Muitas entrevistadas são aposentadas, apontando, inclusive, para um indicativo de envelhecimento da população rural. Uma vez que a perspectiva para os filhos é o abandono do espaço rural rumo a novos horizontes, diferentes dos já vivenciados pelos pais na agricultura.

Os reflexos do descontentamento dos filhos(as) são manifestos, nas representações formuladas a este respeito, pela recusa da condição de agricultor(a), expressa pelo movimento dos jovens em direção à sede dos municípios da região, em busca de oportunidades de trabalho ou mesmo de acesso a níveis superiores de educação. Nesse quadro, o redimensionamento das unidades familiares se manifesta na expressiva diminuição no número de filhos por casal, como uma estratégia reprodutiva que revela redefinições culturais, bem como a busca objetiva para assegurar condições melhores aos filhos(as). (STROPASOLAS, 2009, p.167)

Na busca de reprodução do grupo familiar e para a manutenção da unidade produtiva, são utilizadas diferentes estratégias para o incremento dos rendimentos familiares, dentre elas a pluriatividade e também ressalta-se a importância do ingresso da aposentadoria dentro das unidades produtivas. Das nove entrevistadas que percebem os proventos da aposentadoria, todas investem pelo menos parte do benefício nas atividades agrícolas. Bem como as onze entrevistadas que praticam a pluriatividade investem a renda obtida com o trabalho extra-agrícola dentro da propriedade e na atividade agrícola.

Quadro 4 - Número de estabelecimentos rurais pluriativos e exclusivamente agrícolas que têm ingressos de aposentadoria

Tipo de estabelecimento	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos que realizam a atividade + ingresso aposentadoria
Pluriativos	11	0
Agrícolas exclusivos	13	9
Total	24	24

Fonte: do autor, 2011.

A partir do Quadro 4 observa-se que, dentre as unidades que não praticam exclusivamente a atividade agrícola, praticamente todas possuem uma outra fonte de renda, ganhando expressão a inviabilidade de manutenção da unidade familiar unicamente através de atividades agrícolas. Nas quatro unidades que apontaram viver exclusivamente da agricultura, sem o ingresso de aposentadoria, ganham destaque os esforços lançados aos cultivos de subsistência, diminuindo os gastos externos. Porém, as quatro entrevistadas alegaram não despendem esforços para diminuir as despesas, investindo o tempo que lhes resta na produção para o autoconsumo. No entanto, dentre as propriedades exclusivamente agrícolas, impera o cultivo do fumo, atividade que demanda intenso emprego de mão-de-obra e tempo para o cultivo.

Para Prieb,

Os produtores familiares que se encontram inseridos no processo de articulação com as empresas fumageiras possuem uma renda inferior àquela que almejam obter. Isso se deve, em parte, à intensidade do trabalho na atividade e ao excessivo uso de insumos na produção. Por outro lado, muitas famílias já perceberam que a apropriação de boa parte da renda gerada não é retida por elas. Isso contribui para a busca da diversificação de suas fontes de ganhos. Porém, a contratendência a isto advém da baixa exigüidade de terra agriculturável que possuem, [...]. (PRIEB, 2005, p.89)

No entanto, dentre as quatro entrevistadas exclusivamente agrícolas e não aposentadas, três revelaram uma insatisfação com o cultivo do fumo, assim como as dificuldades enfrentadas por quem depende unicamente da agricultura para prover o sustento do grupo familiar. Inclusive, manifestaram interesse em outras atividades para complementarem os rendimentos familiares, tendo como planejamento no

próximo ano realizarem algum tipo de trabalho temporário, como, por exemplo, o trabalho assalariado na agroindústria.

Ainda com referência ao quadro 4, observa-se que nenhum dos estabelecimentos pluriativos percebe proventos da aposentadoria, constatando-se que, para a manutenção da unidade produtiva e para a reprodução do grupo familiar, faz-se necessário outro ingresso de renda, pois, ainda que os cultivos para o autoconsumo diminuam os gastos, são insuficientes para a manutenção da unidade produtiva, que requer muitos investimentos.

Nos últimos anos, frente às situações adversas que tem enfrentado a agricultura familiar, faz-se emergencial ao agricultor, juntamente com a sua família, adotar diferentes estratégias para poder se manter no espaço rural, sendo que, muitas vezes, essa permanência se deve aos ingressos monetários da aposentadoria.

5.4 A Relação das Mulheres com a Terra e Perspectiva para os Filhos

A necessidade de reprodução da família vem em primeiro lugar. No entanto, a preocupação em manter a propriedade não fica aquém, visto que todas as entrevistadas são provenientes do espaço rural, tendo como origem famílias que trabalhavam na agricultura e viviam da sua terra. Praticamente todas as entrevistadas possuem parte de sua unidade produtiva obtida mediante herança, ou seja, é estabelecida muito mais que uma relação produtiva com a terra, e sim uma relação afetiva e simbólica ligada à transmissão do patrimônio fundiário.

É principalmente em torno da dinâmica reunida nas categorias *terra*, *trabalho* e *família* que os agricultores familiares organizam seus valores, expectativas e representações da vida social, que embasam suas estratégias para a reprodução social do patrimônio econômico e cultural. [...] os agricultores camponeses sempre depositaram na terra, sobretudo na propriedade da terra, as esperanças de reconstrução do núcleo familiar. [...] Diferente de outras categorias sociais, o agricultor(a) é ou procura ser, de maneira geral, proprietário(a) da terra, dono(a) dos meios de produção, trabalhador(a); e chefe de família, sendo esta o ator principal. [...] A ideia da subordinação do indivíduo ao todo, representado pela família. (STROPASOLAS, 2006, p.132-133)

Ao se fazer uma análise sobre a mulher camponesa, verifica-se a importância dada ao fator terra, mas esta associada aos fatores trabalho e família; a

terra como substrato essencial para o exercício da autonomia para a organização do grupo familiar.

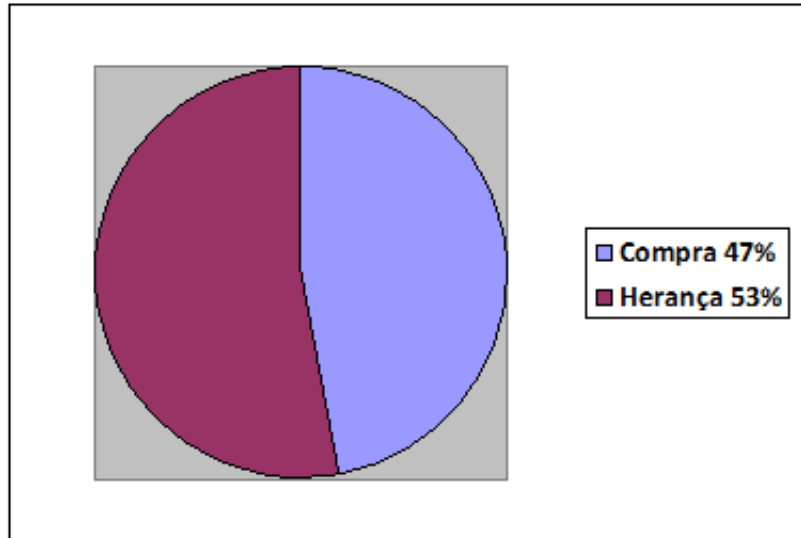


Figura 14 - Forma de aquisição da terra entre as entrevistadas

Fonte: do autor, 2011.

Muito embora seja evidente o viés de gênero nos processos sucessórios de partilha da terra, apontam SILVESTRO *et al.* (2001),

As moças têm as mesmas chances sucessórias que os rapazes; esta é a resposta de 62% dos pais entrevistados [...]. Aqui aparece um contraste significativo entre a opinião dos pais e das próprias moças a este respeito: apenas 46% delas dizem ter as mesmas chances que os rapazes e 38% [...] responderam que “não serão sucessoras”. Deve-se considerar contudo, que o percentual de moças que dizem ter a mesma chance que os rapazes na sucessão da propriedade, pode estar refletindo muito mais seu sentimento de que deveria haver igualdade na partilha dos bens, uma vez que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, do que uma possibilidade concreta de realização. Nesse sentido, Paulilo (2000) observou que o alijamento das mulheres por ocasião da partilha da propriedade é uma questão muito delicada. Tudo o que se consegue, diz a autora, é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. É nítida a preferência familiar masculina na escolha do sucessor. (SILVESTRO; et al, 2001, p.83-84)

Nesse sentido, menciona-se a timidez das agricultoras entrevistadas durante a realização deste trabalho de pesquisa, quando perguntava-se sobre a questão da propriedade da terra (se estava no nome do marido, ou no nome da própria agricultora). Sempre que era mencionado esse assunto, as agricultoras demonstravam um desconforto em falar a respeito.

Isso foi também evidenciado quando se abordava a questão do acesso ao crédito agrícola, como o PRONAF. Diante deste assunto, as entrevistadas, demonstravam uma tamanha estranheza e desconhecimento, como se fosse um assunto fora da sua escala de participação dentro da propriedade e da família.

Somando-se ao fato do cultivar e preservar a terra para as futuras gerações, pelo trabalho das mulheres estão impressos e expressos os modos de fazer e as formas de se organizar, que são intangíveis à esfera do material. Ainda que as adversidades impostas sejam múltiplas, se observa em cada uma das mulheres agricultoras uma esperança, ainda que não revelada, pois ainda que expressem verbalmente o desejo de verem seus filhos longe do campo e da atividade agrícola, investem seu tempo e trabalho para que possam permanecer no espaço rural, na sua propriedade e com a sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção das mulheres sobre o seu papel na organização socioespacial da agricultura familiar é a de que se envolvem em todos os processos e atividades desenvolvidas no interior da unidade produtiva. No entanto, quando indagadas sobre a sua participação diretamente nas atividades agrícolas (lavouras e criatório animal), atividades que executam diariamente, se expressam em sua fala afirmando que só 'ajudam'. Porém, quando questionadas se trabalham efetivamente ou só ajudam, a resposta é unânime e rápida: "Eu trabalho, eu sou agricultora!".

Essa representação sobre o trabalho da mulher pode ser explicada pela atuação do chefe de família, perante a sociedade, pois, geralmente, o homem é o responsável legal pela terra e pelas intermediações de compra e venda da produção agrícola. Um exemplo claro dessa relação é a produção de leite, atividade desempenhada eminentemente pelas mulheres dentro da unidade produtiva, mas o responsável pela comercialização com a cooperativa ou empresa é o homem.

Nesse sentido, a análise se processa na parte interna da organização da agricultura familiar, a fim de investigar como se dá a atuação da mulher dentro da unidade produtiva e sob que lógica ela é permeada, sendo expressa como forma primeira de orientação da profissão agricultora (a família), ou seja, o cuidar precedendo o plantar.

Como verificado na pesquisa, a força de trabalho feminina encontra-se presente em todas as etapas do processo produtivo, assim como se espacializa por toda a área da propriedade. No entanto, essa mulher ativa no processo produtivo tem sua importância e valorização voltados 'para dentro', uma vez que não possui terras em seu nome nem tampouco as negociações dos produtos oriundos do seu trabalho são tratados por elas, pois todas as atividades comerciais ou burocráticas realizadas pelo grupo familiar ficam a cargo do homem. Numa tentativa de síntese, os homens ficam responsáveis pela representação social externa, enquanto para mulher fica a incumbência do gerenciamento interno da propriedade, pois é nesta

que se centra o papel da mulher trabalhadora rural, no contexto da agricultura familiar.

Verifica-se na localidade de Trapeira uma busca incessante por parte das mulheres para a manutenção do seu grupo familiar no espaço rural, assim como manter a reprodução da unidade produtiva. Mesmo que, para isso, estas mulheres tenham de exercer trabalhos fora da unidade produtiva ou fora da agricultura, para complementar a renda e assim, conseqüentemente, assegurar a continuidade da propriedade e a reprodução do grupo familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec /ANPOCSD/ UNICAMP, 1992. 275p.
- ALCOFORADO, Fernando Antônio Gonçalves. **Um projeto para o Brasil**. São Paulo: Nobel, 2000. 112p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço Agrário Brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas velhas funções. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, p.11-19, 2002.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Caracterização da Agricultura no Brasil, a partir dos dados do PNAD. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, n. 25, p.167-177, 1995.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: Finep. Botucatu: UNESP, v.1, 1986. 218p.
- BONINI, Cristiane Vieira. **A Importância da Mulher na Agricultura Familiar: O Exemplo das Trabalhadoras Rurais na Colônia Osório – Cerrito Alegre – Pelotas – RS**. Pelotas: UFPEL, 2004. 82p. (Monografia de Conclusão de Curso).
- BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura Latino-americana: Novos Arranjos e Velhas Questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 400p.
- BRUMER, Anita. Qual a “Vocação” Produtiva da Agricultura Familiar? Globalização, Produção Familiar e Trabalho na Agricultura Gaúcha. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p.223-254.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patrícia. **Agrobusiness in the Americas**. Nova York, EUA: Monthly Review Press, 1980. (traduzido no Brasil sob o título: Agroindústria nas Américas). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 314p.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Introdução. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para Além da Produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, p.17-27, 2003.

CASTRO, Cleber Carvalho. Análise das Forças Competitivas na Atividade Agropecuária Brasileira. In: **Análise**. PUCRS. v.9, n.1. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.159-170, junho/1998.

CASTRO, Josué de. **A Geografia da Fome**: O dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946. 332p.

CAZELLA, Ademir Antônio. A Multifuncionalidade Agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para Além da Produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, p.28-43, 2003.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa Qualitativa com Sujeitos da Reforma Agrária: Desafios Metodológicos em Geografia Agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: Nas Trilhas da Investigação. Uberlândia (MG): Editora Assis, p.449-484, 2009.

CHIAPPE, Marta B.; MARTELO, Emma Zapata. Globalización, género y comunidades rurales: un estudio en Tlaxcala, México. In: BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura Latino-americana: Novos Arranjos e Velhas Questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.335-360, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. 164p.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: Na Luta pela Constituição de uma Identidade Feminista, Popular e Camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.) **Mulheres: Resistência e Luta em Defesa da Vida**. São Leopoldo: CEBl, p. 86-132, 2009.

CORTEZ, Fernando Pacheco. **Pluriatividade e o Estado da Arte da Agricultura Familiar no Município de Morro Redondo, RS**. Pelotas-RS: UFPEL, 2006. 131p. (Tese de Doutorado).

DE DAVID, César. Agricultura Familiar em Assentamentos Rurais: Contribuições à Dinâmica Regional do Sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, José Gláucio; PESSÔA, Vera Lucia Salazar. (Orgs.). **Agricultura Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia: Assis Editora, p.15-38, 2008.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984. 278p.

DONOSO, Sonia Zapata. Aproximación a Las Mujeres Jóvenes Campesinas. In: BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura Latino-americana: Novos Arranjos e Velhas Questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.107-122, 2005.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A Fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu – RS: Consequências na reorganização do setor agrário**. Rio Grande: PPGeo – FURG. 2010. 127p. (Dissertação de mestrado)

FULLER, A.; BRUN, A. *Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe*. In: **Rural Change in Europe**. Arkleton Research, Second Review Meeting, Waldkirchen, 18-21 september, Germany, p.147-167, 1988.

FURTADO, Celso. O problema da mão-de-obra. In: **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, p.117-141, 1980.

GAZOLLA, Márcio. O Processo de Mercantilização do Consumo de Alimentos na Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.85-106, 2009.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SALAMONI, Giancarla. Para Entender o Campesinato: A contribuição de A. V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v.19. n.2, p. 197-208, outubro 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo. **Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos: manual de normas da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2006. 61p.

GOOGLE. Programa **Google Earth**, 2007. Acesso em: fevereiro, 2011.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da Geração de Renda em Pequenas Propriedades e a Questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, p.81-93, 2008.

ITEPA. **Banco de Dados da Zona Sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/itepa/25anos/estrutura_fundiaria.pdf>. Acesso em: maio, 2010.

JULIÃO, Francisco. Ligas Camponesas - Outubro de 1962 - Abril de 1969. Rio de Janeiro: **CIDOC, Cuaderno**, n. 27, 1969.

KAUTSKY, Karl. O camponês e a indústria. In: **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, p.29-35, 1980.

LAMARCHE, Hugues. Introdução Geral. In: **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Campinas: UNICAMP, p.13-33, 1993.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. 1996. Relações de Gênero em Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (RS): Participação da Mulher na Produção e Reprodução em Unidades Familiares e Coletivas. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio. (Orgs.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria: Editora da UFSM, p.93-116, 1996.

LOVATTO, Patrícia; CRUZ, Patrícia Postali; MAUCH, Carlos Rogério; BEZERRA, Antônio Amaral. Gênero, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Uma Análise sobre o Papel da Mulher na Agricultura Familiar de Base Ecológica. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.15, n. 2, p.191-212, maio/ago, 2010.

LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de. Atrizes do Turismo Rural: O Trabalho da Mulher na Atividade Turística na Região de Campos de Cima da Serra (RS). In: BRASIL, Leisa. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS/PTA, v.6, n.3, p.15-17, 2009.

MALUF, Renato S. A Multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Rural Brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, p.135-152, 2003.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A Produção Familiar e suas Diferentes Formas de Representação. In: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angêlo. (Orgs.) **Abordagens Teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p.169-178, 2007.

MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 198p.

MENDRAS, Henry. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra - Agricultura Familiar 2010/2011**. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: julho, 2010.

_____. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

_____. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

MONTOYA, Marco Antônio; GUILHOTO, Joaquim J. M. A Mudança estrutural no Agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, João Carlos (orgs). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, p.189-217, 2001.

MÜLLER, Geraldo. As Relações indústria-agricultura e os Padrões Agrários no Brasil. **Rascunho**, nº 2, Araraquara: FCL/UNESP, 1989. 51p.

NEVES, Delma Pessanha. Formas Tuteladas e Condição Camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). **Processos de Constituição e Reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. I: Formas Tuteladas e condição camponesa. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p.137-162, 2008.

_____. Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Medeiros; SUZUKI, Júlio

César (Orgs.). **Geografia Agrária Teoria e Poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, p.211-270, 2007.

_____. Agricultura Familiar. In: MOTTA, Márcia. (Org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.23-26, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. **De Camponesa a “Madame”**: Trabalho Feminino e Relações de Saber no Meio Rural. São Paulo: Edições Loyola, 1986, 232p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, p.183-210, 2003.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.13-53, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 195p.

RESENDE, Luiza de; FERREIRA, William Rodrigues. Mobilidade Urbana: Diferentes Visões de Apropriação do Espaço. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia (MG): Editora Assis, p.253-278, 2009.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **A Caracterização da Agricultura Familiar no 4º Distrito do Município de Canguçu - RS**. Pelotas/RS: UFPEL, 2007. 100p. (monografia de conclusão de curso).

_____. **A Organização Socioespacial da Agricultura Familiar: As Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar no 4º Distrito do Município de Canguçu – RS**. Pelotas/RS: UFPEL, 2008. 23p. (artigo de conclusão de curso de Especialização).

ROSSINI, Rosa Ester. O Trabalho da Mulher na Agricultura Canavieira Altamente Tecnificada e Capitalizada – São Paulo – Brasil. In: **América Latina: Cidade, campo e turismo**. Amália Inés Geraiges de Lemos; Mónica Arroyo; Maria Laura Silveira. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, SP. Dic/2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/13rossini.pdf>>. Acesso em: novembro, 2009.

RUSSO, Renato. Índios. 1986. In: LEGIÃO URBANA. **Dois**. São Paulo: EMI, 1995.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. O marco teórico. In: **Agricultura familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas/RS: EGUFPEL, 2005. 374p.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. O Pré-moderno na Pós-modernidade: Refletindo Sobre as Comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná. In: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Agricultura Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p.207-223, 2007.

SALAMONI, Giancarla. A Imigração Alemã no Rio Grande do Sul – O Caso da Comunidade Pomerana de Pelotas. In: **História em Revista**. Pelotas: UFPEL, v.7, n.1, p.25-41, 2001.

_____. **Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável – o Exemplo de Santa Silvana – Pelotas - RS**. Rio Claro (SP): UNESP, 2000. 331p. (Tese de Doutorado)

_____. **Produção Familiar na Agricultura: Uma Contribuição Teórica**. Pelotas: (no prelo), p.1-17, 2000.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Considerações sobre a Transformação da Agricultura Tradicional em um Complexo Moderno. In: IV Encuentro de Geógrafos da América Latina: **Ambiente y Sociedad: La Geografía hacia el Siglo XXI**. Mérida – Venezuela, v.1, n.1, p.149-154, mar/abr, 1993.

_____. A Produção Familiar de Pêssego no Município de Pelotas-RS. In: **Geografia**, Rio Claro, 17(2), p.45-64, outubro 1992.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254p.

SILVA, Osvaldo Heller da. Alguns Comentários sobre o Destino do Campesinato em Marx. **Revista Economia Rural**, Brasília, v. 24, n. 1, p.101-116, jan/mar, 1986.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antonio; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2001. 120p.

SIMCH, Terezinha de Lemos. **Produção Familiar na Agricultura**: um exemplo de tipologia no município de Canguçu – RS. Pelotas/RS: FAEM – UFPEL, 2002, 194p. (Tese de Doutorado)

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, 346p.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Escravismo – Trabalho Livre. In: **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.29-48, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**: Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.

TEDESCO, João Carlos. O Produtor e a Agroindústria. In: **Cadernos de Sociologia**: Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários. Porto Alegre: UFRGS, v.6, p.112-132, 1994.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Regina Salum. **Rio Grande do Sul**: Geografia física e Vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984. 184p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth de Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330p.

_____. Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e Continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 21, p.42-61, 2004.

_____. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para Além da Produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, p.9-16, 2003.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, p. 21-55, 1999.

_____. O lugar dos rurais no meio do Brasil moderno. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Natal, 1997.

_____. **Em busca da modernidade social: Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: UNICAMP, 1989. 33p.

_____. **Trajétoria Social e Projeto de Autonomia: os produtores de algodão da região de Campinas, São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1988. 162p.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

ZANETTI, Cândia; MENASCHE, Renata. Segurança Alimentar, Substantivo Feminino: Mulheres Agricultoras e Autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura Familiar à Mesa: Saberes e Prática da Alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.130-141, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

PROPOSTA DE ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO

O roteiro proposto para o trabalho de campo busca investigar as formas de atuação da mulher e de seu respectivo trabalho no interior das unidades produtivas familiares. Para tanto, o questionário semi-estruturado será organizado em três seções, a saber:

1 Questões fechadas que visam caracterizar as unidades produtivas familiares nas suas dimensões sociais, técnicas e de produção:

- COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR (componentes, idade, sexo, grau de escolaridade);
- FORMA COMO A EXPLORAÇÃO FOI CONSTITUÍDA (compra, herança ou posse);
- CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA (própria, parceria, ocupada);
- UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (lavouras, pastagens, matas, áreas não aproveitadas);
- ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (tipos de cultivo/área/quantidade; tipos de rebanho/área/quantidade);
- SISTEMAS DE CULTIVO (rotação de terras, rotação de cultivos, associação de cultivos, prática de pousio);
- COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (tipos de produtos/destino da produção: comércio atacadista, comércio varejista, feiras-livres, autoconsumo, agroindústria; tipos de rebanho/destino da criação: comercialização, autoconsumo);
- RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO (divisão interna da mão-de-obra familiar: número de pessoas/sexo/idade);
- MÃO DE OBRA EXTRA FAMILIAR (tipo e quantidade de mão-de-obra: empregados temporários, permanentes, ajuda mútua);

- **RELAÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO** (tipos de insumos utilizados: fertilizantes, sementes, calcário, inseticidas, herbicidas);
- **USO DA FORÇA MECÂNICA OU ANIMAL** (própria, alugada ou outro);
- **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CRÉDITO RURAL** (recebe sistematicamente, eventualmente ou nunca);
- **ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA** (Embrapa, Emater, Indústria, outros).

2 Questões abertas, de caráter subjetivo, a fim de compreender a percepção das mulheres agricultoras em relação a elas próprias e em relação ao desenvolvimento e reprodução da unidade produtiva:

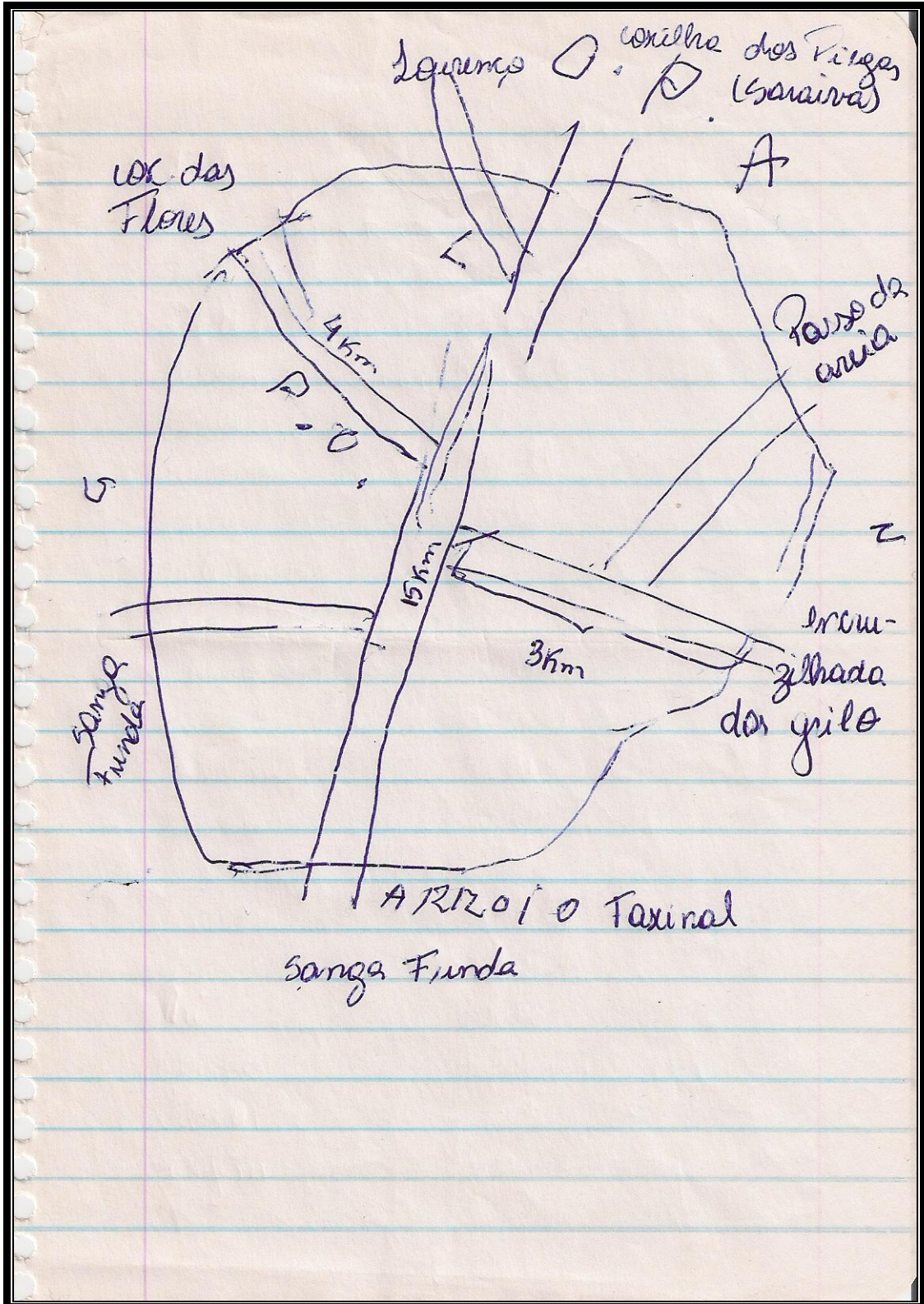
- a) A propriedade está no nome de quem? (Em caso de estar no nome do marido, questionar se alguma parte da propriedade foi incorporada direta ou indiretamente pela mulher, mediante herança por exemplo.)
- b) Quais atividades produtivas são desenvolvidas pelo grupo familiar dentro e fora da propriedade?
- c) Qual a principal fonte de renda da família?
- d) Quais atividades você (agricultora) exerce dentro da unidade produtiva?
- e) Exerce ou já exerceu algum trabalho (permanente ou sazonal) fora da unidade produtiva da família (agrícola ou não agrícola)? Qual? Por quê?
- f) Você se considera agricultora enquanto categoria profissional?
- g) Você já obteve acesso a crédito agrícola? (Como, por exemplo, o PRONAF Mulher ou outra categoria)
- h) Qual a importância para você de se manter agricultora e trabalhar com a sua família?
- i) Qual a perspectiva para o futuro dos seus filhos?

3 Proposta de elaboração de um croqui localizando espacialmente as áreas de domínios e atuação do trabalho da mulher no interior da unidade produtiva.

ANEXOS

Anexo I

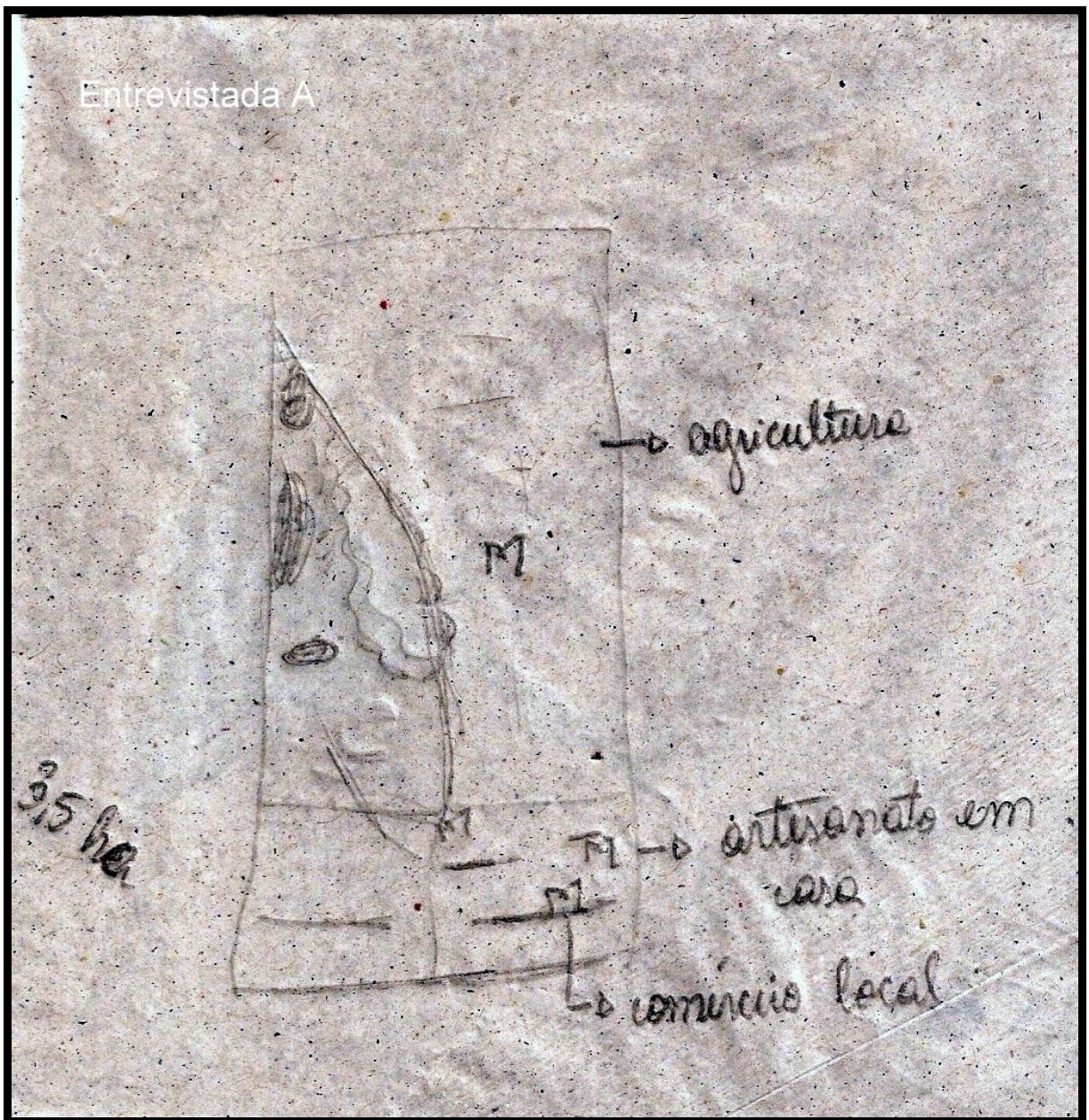
Mapa mental da Localidade de Trapeira, realizado por um morador e agricultor local.



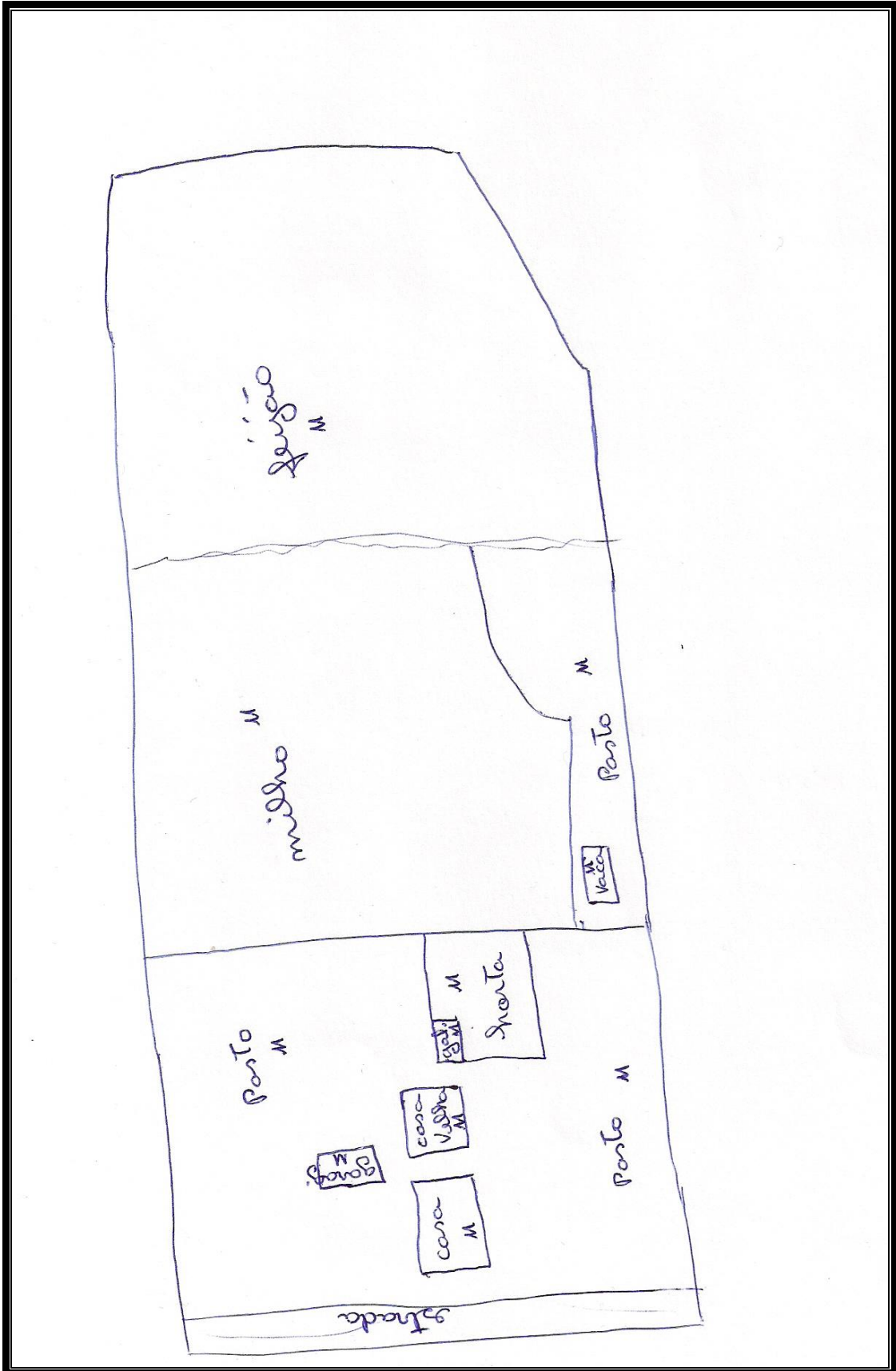
Anexo II

Croquis realizados pelas agricultoras, demonstrando a unidade produtiva de sua propriedade, constando as atividades em que a mulher participa e os espaços onde atua, referenciados pela letra (M).

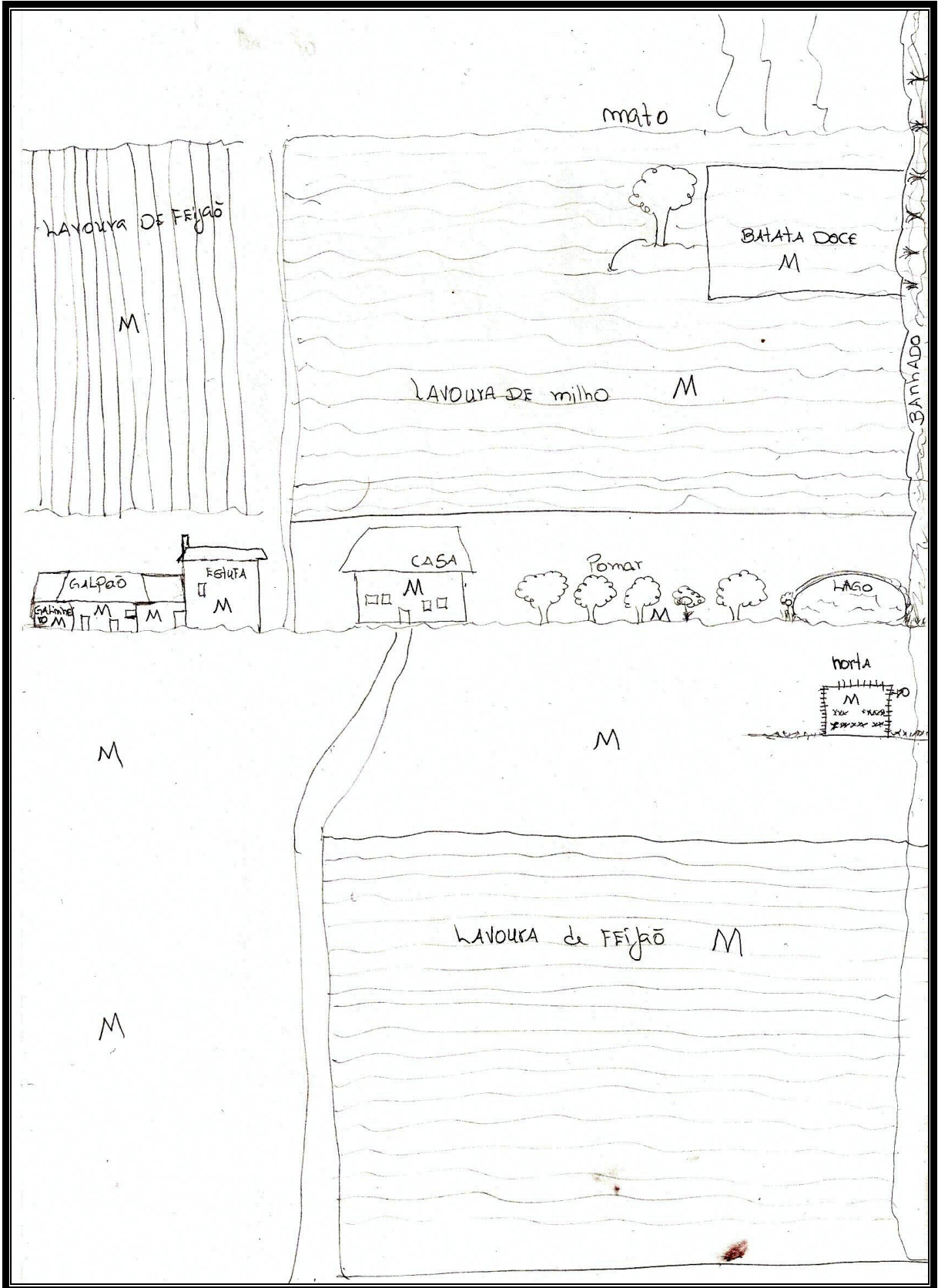
Croqui realizado pela entrevistada A



Croqui realizado pela entrevistada M



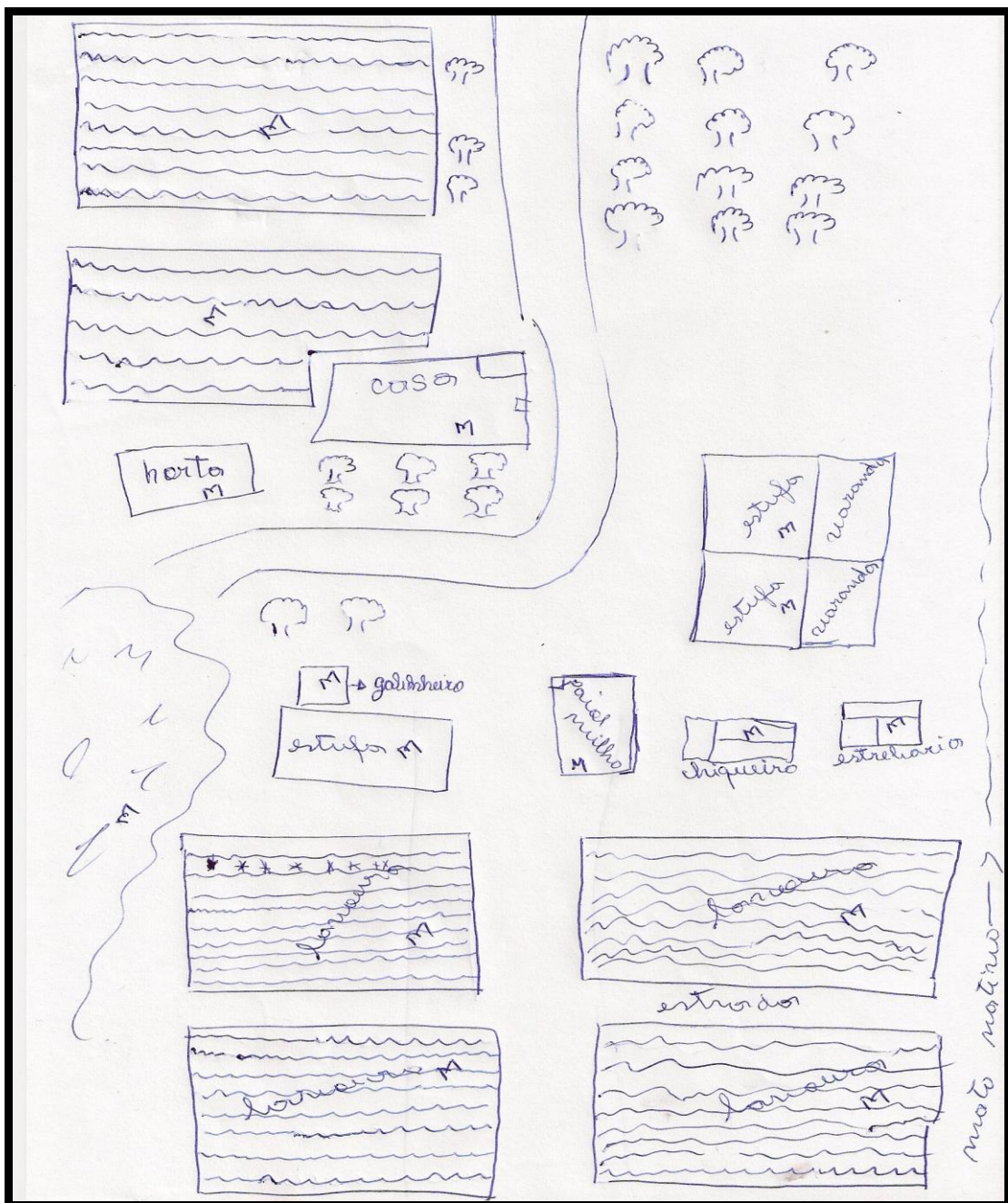
Croqui realizado pela entrevistada U



Anexo III

Croquis realizados pelas agricultoras das unidades onde é praticado o cultivo do fumo, demonstrando a unidade produtiva de sua propriedade, constando as atividades em que a mulher participa e os espaços onde atua, referenciadas pela letra (M).

Croqui realizado pela entrevistada C



Croqui realizado pela entrevistada L

